

ANDRESSA FURTADO DA SILVA DE AGUIAR

Representação da Informação Arquivística:
Diálogos e conexões interdisciplinares

Dissertação de mestrado
Julho de 2013



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – UFRJ
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO – ECO
INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA – IBICT
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – PPGCI

ANDRESSA FURTADO DA SILVA DE AGUIAR

**REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA: diálogos e
conexões interdisciplinares**

Rio de Janeiro

2013

ANDRESSA FURTADO DA SILVA DE AGUIAR

**REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA: diálogos e
conexões interdisciplinares**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, convênio entre o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia e a Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Orientadora: Rosali Fernandez de Souza

Rio de Janeiro

2013

A282r

Aguiar, Andressa Furtado da Silva de

Representação da informação arquivística: diálogos e conexões interdisciplinares/ Andressa Furtado da Silva de Aguiar.- 2013.

f. :130 il. 30cm.

Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da informação, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

Orientadora: Rosali Fernandez de Souza

1. Representação da informação arquivística. 2. Arquivologia. 3. Interdisciplinaridade. 4. Ciência da Informação – Dissertação. I. Souza, Rosali Fernandez de. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação. III. Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. IV. Título.

CDD 025

ANDRESSA FURTADO DA SILVA DE AGUIAR

**REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA: diálogos e
conexões interdisciplinares**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, convênio entre o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia e a Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Rosali Fernandez de Souza – Orientadora
PPGCI – IBICT - UFRJ

Prof^a. Dr^a. Lena Vania Ribeiro Pinheiro
PPGCI – IBICT - UFRJ

Prof^a. Dr^a. Anna Carla Almeida Mariz
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO

aos meus pais, pela estrutura
a Júlia e Gabriela, minhas filhas, pelo amor incondicional,

dedico este trabalho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família pelo carinho e incentivo sem fim, em especial minhas filhas Júlia e Gabriela, por terem sido carinhosas e compreensivas em minhas ausências e em meus momentos de estudo.

À minha orientadora, Professora Doutora Rosali Fernandez de Souza, pela paciência, pela dedicação, pela calma com que conduz seus orientandos, pelo otimismo e sabedoria de usar as palavras sempre certas.

Aos amigos que dividiram as mesmas angústias e dúvidas – Patrick Ribeiro, Priscila Côrbo e Dayo Côrbo -, sempre presentes ao longo destes dois anos de estudo, indagações e aflições, e que também dividiram as conquistas, o bom humor, a persistência nos objetivos.

Ao amigo Welder Antonio Silva, cuja alegria, competência e confiança sempre foram inspiradoras. Por ter me conduzido pelas mãos para o caminho da pesquisa e por ser um exemplo inesquecível em minha vida.

À Professora Doutora Maria Nélide González de Gómez, minha primeira grande orientadora na iniciação científica, pelo encantamento pelo conhecimento, pela ética, pela retidão, pela simplicidade, sempre pronta a ajudar, encaminhar, orientar.

À Professora Doutora Anna Carla Almeida Mariz, pelo acompanhamento da minha trajetória desde a graduação, pelas oportunidades oferecidas para que me iniciasse na vida acadêmica.

A todos os professores que fizeram parte dessa caminhada e que certamente contribuíram para que me transformasse ao longo de nosso convívio.

Uma vez que não podemos ser universais sabendo tudo o que se pode saber sobre tudo, devemos saber um pouco de tudo. Porque é mais belo saber algo de tudo que saber tudo de alguma coisa: eis a mais bela universalidade.

B. Pascal

As capelas científicas, fundadas sobre o signo da especialização, vivem muito mais à vontade num mundo fechado, onde a verdade de cada um é menos contestada, do que num mundo aberto, onde estão expostas aos ventos da crítica.

Hilton Japiassu

RESUMO

AGUIAR, Andressa Furtado da Silva de. **Representação da informação arquivística: diálogos e conexões interdisciplinares**. Orientadora: Rosali Fernandez de Souza. Rio de Janeiro, 2013. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2013.

Este estudo tem como objetivo identificar diálogos interdisciplinares da Arquivologia nos discursos sobre a representação da informação no contexto arquivístico, focando na função Classificação de Documentos e na necessidade de interlocução com a Linguística Documentária e, conseqüentemente, com a Ciência da Informação. O trabalho busca analisar estas possíveis conexões a partir do mapeamento da produção científica do GT 2 do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (Enancib) – Organização e Representação do Conhecimento – aborda a questão em ambientes informacionais que incluem a produção documental e informacional em arquivos, além de abordar aspectos interdisciplinares relacionados a estes processos. Junto com esses dados também será utilizada uma análise da estrutura curricular dos cursos de Arquivologia no Brasil para identificar em que eixos temáticos a Arquivologia estabelece diálogos com a Ciência da Informação. O resultado é a identificação de áreas de interseção e vizinhanças epistêmicas entre a Arquivologia e outros campos do saber senão a História, a Administração e a Ciência da Computação, a fim de incentivar estudos futuros sobre essas relações.

Palavras-chave: Representação da informação arquivística; Arquivologia; Interdisciplinaridade; Ciência da Informação; Linguística Documentária.

ABSTRACT

AGUIAR, Andressa Furtado da Silva de. **Representação da informação arquivística: diálogos e conexões interdisciplinares**. Orientadora: Rosali Fernandez de Souza. Rio de Janeiro, 2013. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2013.

This study aims to identify the interdisciplinary dialogues of the Archival Science in the discourses on information representation in the archival context, focusing on Document classification and the need for entering into dialogue with the Documentary Linguistics and hence with Information Science. The work aims to analyze these possible connections from the mapping of the scientific production of Enancib WG#2 - Knowledge Organization and Representation - which addresses the issue in information environments that include documentary and informational production in archives, in addition to addressing interdisciplinary issues related to these processes. Along with these data will be also used an analysis of the curricular structure of Archival Science courses in Brazil in order to identify which are the thematic axes used by the Archival Science to establish dialogues with the Information Science. The result is the identification of areas of epistemic intersection between Archival Science and other areas than History, Administration and Computer Science, in order to encourage future studies on these relations.

Keywords: Representation of archival information; Archival Science; interdisciplinarity; Information Science; Documentary Linguistics.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1	Analogia entre a tridimensionalidade do objeto arquivístico (baseado em Heredia Herrera) e mudanças de perspectivas do campo.....	17
FIGURA 2	Conarq - Modelo de classificação por assuntos Classe 023 – Quadros, Tabela e Política de Pessoal	27
FIGURA 3	Conarq - Modelo de classificação por assuntos Classe 020.5 – Assentamentos Individuais. Cadastro	28
FIGURA 4	SAESP - Modelo de Classificação Funcional Classe 01 – Organização Administrativa	29
FIGURA 5	Adaptação do quadro resumo das abordagens em CI elaborado por Fernandes (2010) a partir do mapeamento de Capurro e Hørland	38
FIGURA 6	Informação, linguagem, língua e discurso	45
FIGURA 7	Relação multidisciplinar	51
FIGURA 8	Relação pluridisciplinar	51
FIGURA 9	Relação interdisciplinar	52
FIGURA 10	Relação transdisciplinar	52
FIGURA 11	Quadro disciplinas curriculares de fronteira com as áreas de informação nos cursos de Arquivologia no Brasil (MARQUES)	56
FIGURA 12	Temas abordados nos trabalhos do GT2 do Enancib entre 2003 e 2009	60
FIGURA 13	Trabalhos analisados – conceitos, teorias, linhas de pensamento e áreas de concentração dos diálogos	61
FIGURA 14	Quadro de áreas que aparecem nas referências bibliográficas dos trabalhos analisados	63

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

AN	Arquivo Nacional
ANCIB	Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação
CI	Ciência da Informação
CONARQ	Conselho Nacional de Arquivos
ENANCIB	Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação
FEFIERJ	Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro
FURG	Fundação Universidade Federal do Rio Grande
LD	Linguagem documentária
ORC	Organização e Representação do Conhecimento
SAESP	Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo
SRI	Sistema de Recuperação da Informação
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UEPB	Universidade Estadual da Paraíba
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UEPB	Universidade Federal da Paraíba
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UnB	Universidade de Brasília
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	A ÁREA ARQUIVÍSTICA: PANORAMA, DISCUSSÕES E ABORDAGENS	16
2.1	PANORAMA HISTÓRICO: A EVOLUÇÃO DAS PRÁTICAS E DO PENSAMENTO ARQUIVÍSTICO E AS QUESTÕES EM TORNO DO OBJETO	16
2.2	A DIMENSÃO COMUNICACIONAL DA INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA	23
2.3	A FUNÇÃO CLASSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS	25
3	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: ABORDAGENS, USOS E ESTUDOS SOBRE INFORMAÇÃO	31
3.1	PARADIGMAS E ABORDAGENS EM CI	34
3.2	REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO E ESTUDOS DE LINGUAGEM	43
3.3	LINGUAGENS DOCUMENTÁRIAS, LINGÜÍSTICA DOCUMENTÁRIA E INFORMATIVIDADE	46
4	INTERDISCIPLINARIDADE E COLABORAÇÃO CIENTÍFICA: ARQUIVOLOGIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	50
4.1	ENSINO DE ARQUIVOLOGIA NO BRASIL: EIXOS TEMÁTICOS DE DIÁLOGO ENTRE ARQUIVOLOGIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO NOS NOVOS CURRÍCULOS	55
4.2	PESQUISA EM ARQUIVOLOGIA NO BRASIL: APRESENTAÇÃO NOS ANAIS DO ENANCIB	58
4.2.1	Procedimentos de coleta de dados	58
4.2.2	Procedimentos de tratamento e análise de dados	61
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	65
	REFERÊNCIAS	69
	ANEXO S	75

1 INTRODUÇÃO

A crescente expansão do campo da Arquivologia e a necessidade de estabelecer diálogos cada vez mais intensos com outros saberes conduzem a um olhar mais crítico e aprofundado sobre essas relações e suas causas e consequências, contribuindo para a construção de um corpo teórico-conceitual melhor definido, na tentativa de identificar, compreender e suprir as carências / lacunas teórico-conceituais existentes na área. Para tanto, é importante considerar que as ciências não se comportam de forma estática, estando sujeitas a novas integrações e questionamentos, descobertas e críticas – elementos necessários para o progresso e o estabelecimento científicos. Pode-se dizer, inclusive, que a beleza do científico reside justamente em sua refutabilidade, nas certezas passadas e presentes que conduzem a possibilidades futuras, desafios a serem domados, obstáculos a serem superados. Isto não significa que a evolução das ciências ocorra de forma sempre linear ou que haja sempre rupturas em relação aos paradigmas anteriores, mas que há, de qualquer forma, um caminho que segue sempre em direção a algo novo ou a uma nova visão acerca do que já foi anteriormente estabelecido.

A Arquivologia está profundamente relacionada com a atividade humana e social – enquanto ciência social aplicada – e desempenha papel fundamental nesse aspecto, tendo em vista a relação de seus objetivos tanto com a análise do contexto social de produção documental como forma de registro de atividades, quanto como um meio de colaboração para que o documento desempenhe seu papel nesse contexto. (THOMASSEN, 2006, p. 10).

Ao considerarmos os documentos de arquivo como “produtos e produtores de atividades sociais” (THOMASSEN, p.9), é necessário que se leve em consideração o que está além do suporte: o documento é a materialização de algo que precisa ser comunicado, trazido à tona, informado, notificado, registrado. É, portanto, um instrumento de prova, evidência ou legitimação de ações ou verdades que precisam de explicitação e representação de um momento - presente – em um contexto específico. Vale ressaltar que este momento refere-se à ocasião de sua produção ou criação.

Neste sentido, é coerente a mudança de direção de questionamentos acerca de *o que é o documento* para questionamentos sobre *o que faz o documento*. O documento arquivístico tem a característica de estar relacionado a uma atividade que deu origem a sua criação. Está diretamente ligado a ações e objetivos dentro de contextos produtivos. Junto com a preocupação sobre a apreensão da ideia que o documento representa dentro de um

determinado domínio, o aporte das tecnologias de informação e comunicação (TIC's) suscita novas preocupações e problematizações acerca da indexação de documentos, terminologia da área, revisão de instrumentos, acesso e transferência de informação - todas questões relacionadas à comunicação e, conseqüentemente, à linguagem e representação da informação.

Os marcos da área arquivística ressaltam a proximidade e os laços com áreas como: i) a História – a questão da criação dos Arquivos Nacionais para manutenção das identidades nacionais (SILVA, 2009a) e do foco na produção historiográfica no século XIX; ii) a Administração – a aproximação da gestão com a demanda proveniente do problema do acúmulo de massa documental em meados do século XX; e iii) a Ciência da Computação – a inserção da automação no contexto de produção documental e o nascimento da era da informação, onde o foco passa para a virtualização e a instantaneidade da informação. De fato, tais relações possuem extrema importância para o próprio desenvolvimento da Arquivologia. Porém, é inevitável que outras articulações sejam elencadas e priorizadas nos estudos e na pesquisa arquivística para que a gestão documental transcenda o caráter pragmático da disciplina, pautando os modelos desenvolvidos em representações teóricas verificáveis através da experiência e comprovadas pela observação, sistematicamente organizadas e metodicamente obtidas.

As funções arquivísticas Classificação e Descrição estão ligadas à questão da representação da informação, apesar de parecer haver ainda certo estranhamento em relação a esta conexão, uma vez que esta temática é amplamente abordada e estudada pela Ciência da Informação e não reconhecida pela área arquivística como aporte teórico que possa influenciar suas práticas. A questão interdisciplinar ainda parece necessitar de abordagens mais amplas, uma vez que a literatura da área ainda se encontra muito pautada em abordagens direcionadas para o processamento técnico de documentos. Este estudo abordará especificamente a função arquivística Classificação, por ser compreendida como matricial para a gestão documental.

A Classificação de documentos, considerada força motriz para o *fazer arquivístico*, é a explicitação de funções ou estruturas dentro de um contexto de produção documental. É a representação do mapeamento deste contexto produtivo e que subsidia as demais etapas da gestão de documentos. Classifica-se o item documental pensando no todo e nas relações existentes, no papel desempenhado pela informação dentro do organismo. Ao contrário do livro para a biblioteca – unidade de informação que independe das outras unidades -, o

documento, ou ainda, a informação arquivística, pensada em nível de unidade de informação, só pode ser significada se relacionada com outras unidades informacionais que representam uma atividade, subfunção ou função específica.

A proposta desta pesquisa justifica-se pelo fato de a questão da representação da informação ser amplamente tratada e discutida pela Ciência da Informação, mas ao mesmo tempo não ser tão abordada pela Arquivologia, cujo objeto – apesar de todo o questionamento em seu entorno – pode ser definido como a materialização da informação em registro documental. Vale ressaltar que o fato de a Ciência da Informação abordar enfaticamente questões sobre tratamento e representação da informação torna a problematização em torno do tema relevante para a área, uma vez que a informação contextualizada no campo arquivístico é dotada de peculiaridades interessantes para outros campos de estudo. Sendo assim, a Ciência da Informação deverá subsidiar fortemente este diálogo interdisciplinar.

O fato de a informação arquivística ter caráter orgânico (isto é, relacionar-se com outras informações para construir uma representação de contexto de produção) já é um indício da necessidade de ser adequadamente representada para que suas funções sejam cumpridas. A dimensão comunicacional da informação arquivística evidencia-se no próprio intento do registro documental: a necessidade de *informar*, seja para legitimar ações ou comunicá-las, seja para perpetuar memórias. Uma linha de pensamento sobre a comunicação ressalta que o ato de comunicar pressupõe transmissões, trocas, interações, uma espécie de sinergia informacional, uma vez que estas transmissões não fariam sentido sem um propósito de significação para os atores envolvidos. Assim, pensando a comunicação como transmissão, é sugerido que a comunicação seja um *processo de movimento* e que a informação seja o que é *movido* no processo.

Várias pesquisas propõem o fortalecimento dos diálogos interdisciplinares entre a Arquivologia e áreas como a Comunicação, a Linguística, a Filosofia, a própria Ciência da Informação, a Biblioteconomia, entre outras (SOUZA, 2002). Tais relações poderiam ser evidenciadas através de determinados aspectos de cada campo de estudo que, em alguma instância, poderiam colaborar para o olhar lançado sobre o tratamento da informação arquivística, assumindo que seja este o objeto da Arquivologia: as relações com a Ciência da Informação e Biblioteconomia podem ser consideradas mais fáceis de serem postas ou visualizadas, uma vez que ambas tratam de produção, uso, tratamento, circulação e disseminação de informação, cada área dentro de seus respectivos contextos e delimitações; a Comunicação, por sua vez, também apresenta um papel que pode ser considerado

fundamental nas construções acerca da informação arquivística, já que esta informação é produzida e circula dentro de um contexto de interações funcionais; a Filosofia, neste contexto, poderia ser utilizada como instrumento agregador, um facilitador para a compreensão do aspecto dos usos funcionais e trocas colaborativas entre as disciplinas ou campos de estudo. Contudo, é no aspecto colaborativo da Linguística Documentária que este trabalho será balizado, concebendo que seja considerado subcampo da Ciência da Informação que se debruça sobre reflexões teóricas e metodológicas sobre organização da informação. (LARA, 2008). A Linguística Documentária, por si, englobará o aspecto comunicacional da informação registrada - a *comunicação documentária* - e a utilização da linguagem como apoio primordial a este processo. Além de reflexões sobre a informação, aborda a questão da função pragmática informacional (LARA, 2008), fazendo associação às construções de sentido a partir das estruturas simbólicas dos registros documentais, colocando a linguística como mediadora dentro de contextos de produção e circulação de informação. Também é ressaltada a relevância das comunidades discursivas para a identificação e compreensão da terminologia utilizada nesta composição produtiva informacional, levando em conta a função da informação dentro destas comunidades discursivas.

Contudo, apesar de toda a reflexão e proposta para que se estabeleça com mais vigor a troca interdisciplinar, os questionamentos e a pesquisa na área arquivística giram ainda em torno do aspecto pragmático da disciplina, enfraquecidos por conexões escassas com áreas que subsidiariam reflexões teóricas que poderiam mudar significativamente o *fazer*, tendo em vista que teoria e prática têm vínculos indissolúveis.

O objetivo deste estudo é investigar relações e diálogos entre a Arquivologia e campos de estudo que abordem a temática da representação da informação, a fim de identificar e estabelecer as áreas de interseção e concentração destes diálogos. Esta investigação foi feita através de busca de produção científica que verse sobre o tema proposto nesta pesquisa, a partir da leitura dos trabalhos apresentados entre 2003 e 2009 no GT2 do Enancib - ANCIB, levando em conta que este é um evento chave da área de Ciência da Informação e que este GT trata especificamente da temática da representação da informação, grupo que também tem como integrante a Arquivologia. Também foi utilizada uma análise da estrutura curricular dos cursos de Arquivologia no Brasil a partir do mapeamento de Marques (2012) para identificar em que eixos temáticos a Arquivologia estabelece diálogos com a Ciência da Informação.

Com o cruzamento do produto do mapeamento realizado dos trabalhos apresentados no GT2 do Enancib e da análise das referências, juntamente com a análise curricular dos

cursos feita por Marques (2012), foi possível identificar as áreas de interseção e vizinhanças epistêmicas entre a Arquivologia e outros campos do saber senão a História, a Administração e a Ciência da Computação – relações ressaltadas na produção do conhecimento arquivístico - como também incentivar estudos futuros sobre essas relações, a fim de aprofundar a pesquisa voltada para a construção epistemológica da área de Arquivologia e de suas relações com a *práxis*.

2 A ÁREA ARQUIVÍSTICA – PANORAMA, DISCUSSÕES E ABORDAGENS

A Arquivologia move-se em direção a um contexto cada vez mais dinâmico e interdisciplinar. O pragmatismo que acompanhou historicamente a disciplina arquivística vai cedendo lugar – ainda que lentamente - a questionamentos e demandando articulações com outras áreas. Porém, é inegável que a disciplina ainda esteja atrelada a valores pragmáticos e manualísticos muito fortes, principalmente no que diz respeito a uma espécie de tradição de *subordinação* científica – vista de fora por outras disciplinas -, onde a área esteve sempre muito vinculada à posição de apoio a outros saberes, conforme colocado por NEGREIROS e DIAS:

A transformação histórica da Arquivologia é, evidentemente, marcada pelo pragmatismo. A disciplina formou-se a partir de soluções de problemas práticos que a teoria se encarregou, mais tarde, de explicar, analisar e compreender. Primeiro, porque documentos de arquivo são fruto das atividades humanas e, inevitavelmente, produzidos; depois, porque a Arquivologia esteve sempre a reboque de outras disciplinas como a Diplomática, o Direito, a Administração e a História. (NEGREIROS; DIAS, 2008, p. 3)

Este capítulo discutirá os aspectos evolutivos da área, assim como as relações e diálogos interdisciplinares de maior vulto, fazendo uma analogia destas interlocuções com os marcos de sua evolução, além de abordar os questionamentos em torno do objeto, a dimensão comunicacional da informação arquivística e, enfim, a função Classificação de documentos, que será priorizada neste estudo para abordagem das possibilidades de interações interdisciplinares necessárias para a discussão da representação da informação no campo arquivístico. Vale ressaltar que não serão discutidas todas as possibilidades interdisciplinares – tanto as já estabelecidas quanto as que possivelmente poderiam ser de grande contribuição para a área -, mas as que tiveram destaque nos grandes momentos da disciplina e as que estão sendo consideradas relevantes nesta pesquisa sobre a representação da informação na Arquivologia.

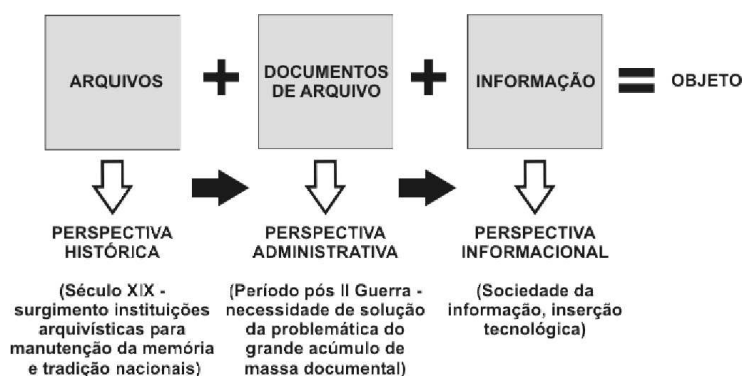
2.1 PANORAMA HISTÓRICO: A EVOLUÇÃO DAS PRÁTICAS E DO PENSAMENTO ARQUIVÍSTICO E AS QUESTÕES EM TORNO DO OBJETO

A fim de discutir a multiplicidade de questionamentos em torno do objeto – especialmente para compreender a mudança de foco do *documento* para a *informação* – é

interessante compreender os aspectos evolutivos da área arquivística. Este trabalho não tem a pretensão de tomar partido em uma discussão epistemológica em torno do objeto, mas se aproveita desta discussão para demonstrar que as incertezas conduzem a questionamentos que, por sua vez, suscitam críticas e novas buscas em direção ao amadurecimento da área.

Os marcos da evolução - no sentido de mudanças de perspectivas - da área contextualizam suas aproximações com outros campos disciplinares e, ao mesmo tempo, proporcionam uma compreensão acerca do que alguns autores chamam de *deslocamento* de seu objeto, enquanto HEREDIA HERRERA (1992) considera que o objeto da Arquivologia é baseado na tríade “arquivos – documentos de arquivo – informação”. Este triplo dimensionamento do objeto contempla, de fato, a própria evolução disciplinar. Poderíamos representar essa analogia entre objeto e os marcos evolutivos do ponto de vista da movimentação das perspectivas da área da seguinte forma:

Figura 1 – Analogia entre a tridimensionalidade do objeto arquivístico (baseado em Heredia Herrera) e mudanças de perspectivas do campo.



Fonte: elaboração própria.

Vários autores ressaltam o surgimento dos arquivos ainda na antiguidade, e com eles, a necessidade de tratamento para que pudessem ser conservados. O ato de documentar remonta ao início do registro da história da humanidade, ainda com as civilizações pré-clássicas e, como consequência, surge a necessidade de organizá-los (SCHELLENBERG, 1980, p.75).

Os suportes dos registros documentais diversificam-se ao longo da história, representando a memória de pessoas e instituições, evidenciando as relações do homem com a sociedade e estabelecendo seu papel enquanto ator social.

Os primeiros vestígios de formação de arquivos conhecidos descobertos pela Arqueologia “remontam ao 4º milênio a.C., junto das civilizações do Vale do Nilo e da

Mesopotâmia” (REIS, 2006). Juntamente com os achados documentais, percebeu-se uma intenção de organização desses registros, pois também foram encontrados catálogos descritivos sobre a documentação. As placas de argila utilizadas para registrar atos do governo, da justiça e das pessoas, além de cartas e outros documentos, encontravam-se acumuladas e dispostas em estantes situadas em grandes salas nos palácios e templos, sob tutela das classes dirigentes. Os registros já eram acumulados com uma complexa lógica de representação funcional e estrutural, o que pode significar que o acúmulo de registros pré-clássicos já formava uma espécie de sistema de informação organizada de modo a atender as castas superiores e os governos.

A noção de Arquivo Público, criada pelos romanos a partir da implantação de arquivos provinciais que surgiam juntamente com o desenvolvimento do Direito, nasce com a ideia da implantação de arquivos centrais para uso do Estado que também funcionavam para garantir a reclamação de direitos por parte dos cidadãos (REIS, 2006).

Na Idade Média, no entanto, os arquivos passam a significar espaço de acúmulo de registros pelo seu valor de prova e manutenção da memória de fatos e atos passados. A queda do Império Romano também culminou no desaparecimento do complexo sistema de arquivos Públicos desenvolvido até o momento, uma vez que conhecimento e cultura eram privilégios do clero, que assumiu o controle dos arquivos – situados em mosteiros e catedrais – e a gestão da documentação referente a títulos de propriedade da Igreja e de instituições públicas e particulares (REIS, 2006).

O ressurgimento do Direito Romano no século XII faz com que haja uma retomada da prática de produção, acumulação e organização de registros em um sentido administrativamente mais estruturado nos séculos seguintes (XIII e XIV), quando surgem as Chancelarias, os Arquivos Centrais e as primeiras nomeações de profissionais arquivistas para as cortes europeias.

Assim, percebe-se que a prática de acumulação e organização de registros é muito anterior à institucionalização da disciplina arquivística, cujos marcos iniciais são diferentemente apontados pelos autores da área.

De acordo com Rousseau e Couture [...] os documentos administrativos estão presentes em todas as épocas, regendo as relações entre os governos, as organizações e as pessoas e apoiando o exercício do poder, o reconhecimento dos direitos, o registro da memória e a utilização futura. Todavia, a Arquivologia, enquanto disciplina ou campo do saber, segundo a maioria dos autores, trata de um produto recente. Alguns desses autores consideram que os primeiros elementos da Arquivologia são frutos do séc. XVI; existem aqueles que apontam a obra de Dom Jean Mabillon, intitulada *De Re Diplomática*, em 1681, como marco inaugural; há também aqueles

que defendem que o marco inaugural da Arquivologia é produto da Revolução Francesa. Porém, a grande maioria identifica como marco fundador da Arquivologia o Manual dos Holandeses, escrito pelos arquivistas S. Muller, J. A. Feith e R. Fruin, em 1898. (SILVA, 2009, p.40)

O surgimento do Estado Moderno (século XVI) faz com que sejam criados os Arquivos de Estado, centralizando os documentos da administração. Esta centralização suscitou a necessidade de elaboração de instrumentos normativos que regulassem a rotina de trabalho com a documentação.

O ano de 1789 é considerado um dos grandes marcos da institucionalização da disciplina arquivística. A criação do Arquivo Nacional da França, juntamente com a Revolução Francesa, representa uma abertura à garantia dos direitos dos cidadãos e promoção da responsabilidade da Administração perante a sociedade. Os arquivos já não são mais privilégio das instituições que detinham o poder e passam a representar a nação como um todo. Pode-se dizer, então, que os Arquivos Nacionais emergem como instrumentos de constituição de identidade e memória do Estado.

Na Época Contemporânea os arquivos vão adquirir dupla dimensão, onde se por um lado são garantia dos direitos dos cidadãos, por outro conservam e gerem a memória do passado da nação e por isso serão objeto da investigação histórica. (REIS, 2006)

Subsequente à ótica historiográfica da acumulação e ordenação de documentos no Arquivo Nacional da França¹, surge a preocupação metodológica que dá origem a um dos fundamentos da Arquivologia: o *princípio de respeito aos fundos*, proposto pelo historiador francês e chefe da Seção Administrativa dos Arquivos Departamentais do Ministério do Interior, Natalis de Wailly, em 1841. A proposta consistia em agrupar e manter agregados os documentos provenientes de um mesmo corpo, a fim de que pudesse ser identificado o seu contexto de produção. Até então, a lógica de organização não considerava a importância do contexto de produção dos documentos, mas apenas o valor intrínseco deles.

Em 1898, a elaboração do Manual dos Holandeses proporcionou à Arquivística o que se pode considerar o primeiro passo para a constituição de um conjunto de articulações conceituais e práticas do campo, configurando a base da Arquivística Moderna. Porém, toda a configuração legada ao fazer arquivístico até meados do século XX foi transformada a partir da formação de um momento de intensa produção e acúmulo de massa documental, o que

¹ A documentação recebida de diferentes órgãos era agrupada utilizando uma metodologia única, onde os documentos de diversas origens recebiam o mesmo tratamento e se misturavam, perdendo a contextualização original do órgão produtor.

certamente toda a articulação metodológica e conceitual estabelecida até então não era capaz de dar conta.

Configurou-se, a partir de meados do século XX, a necessidade de tratar a massa documental produzida e acumulada pelas administrações, através de uma série de procedimentos que racionalizasse seu fluxo, garantisse sua integridade, seus usos e sua destinação. A partir de então, foi identificada a necessidade de intensificar o diálogo da Arquivologia com as teorias da Administração.

Indolfo (2007) aponta como início da questão acerca da gestão de documentos a necessidade do Congresso Americano de dispor de espaço físico para armazenamento de documentos públicos, sem que ainda houvesse grandes problemas a se lidar sobre esta questão. Porém, o aumento da produção documental no início do século XX culminou em uma mobilização no sentido da criação de grupos e atos legislativos que dessem conta dessa produção desenfreada. Essa mobilização foi intensificada com a chegada da II Guerra Mundial, quando surge a ideia da necessidade de implementação de um programa de gestão de documentos na esfera governamental, com a finalidade de racionalizar a produção documental.

Na década de 70 começam a surgir preocupações voltadas às questões tecnológicas e ao uso de ferramentas computacionais no auxílio às práticas arquivísticas, já levantando, também, a questão terminológica da área. Outros saberes – como a Biblioteconomia e a Ciência da Computação - já estavam caminhando no sentido de produzir conhecimento e pesquisa acerca da temática, enquanto houve, por parte da Arquivologia, certa resistência em relação ao novo contexto que surgia no horizonte de suas práticas. (NEGREIROS; DIAS, 2007)

Neste contexto de transição de perspectiva, entra em voga a questão da mudança paradigmática da Arquivologia, saindo da era custodial para absorver o conhecimento e a colaboração de outras áreas, direcionando o foco de sua atenção para além do suporte. Nesse sentido, a inserção das tecnologias de informação e comunicação age diretamente no questionamento acerca do objeto da área, além de questões relacionadas ao *fazer arquivístico*, trazendo os profissionais para um campo onde pensar e repensar a Arquivologia torna-se essencial para o crescimento e a afirmação do *saber arquivístico*.

A questão em torno do objeto não é consensual e ainda um tanto nebulosa, partindo do princípio de que alguns autores compreendem que o objeto esteja pautado em apenas um ou outro aspecto da tripla dimensão proposta por HEREDIA HERRERA. Apesar de uma

tendência atual à atribuição do objeto do campo arquivístico à informação, a polissemia do termo e sua aplicação na área ainda são discutidas e as recomendações vão de encontro à articulação em um âmbito interdisciplinar.

A imprecisão do objeto obriga [...] as disciplinas do conhecimento humano, que investigam as propriedades e o comportamento da informação, a convocar um intercâmbio metodológico com outras ciências sociais, especialmente com a Sociologia e a História, além de agregar contribuições procedentes da Informática, das disciplinas ligadas à Comunicação Social e às Ciências Sociais.

A inclusão dessa discussão em um espaço interdisciplinar exigirá um esforço para a identificação e delimitação do objeto de estudo da Arquivística. (SOUSA, 2002, p. 13)

Sousa (2002) defende que a dependência da materialidade do objeto arquivístico é de grande fragilidade, principalmente por conta do contexto tecnológico em que vem sendo pautada a disciplina arquivística e suas intervenções. Em contrapartida, José Augusto Chaves Guimarães acredita que, em uma perspectiva terminológica, o termo *documento* é mais convincente, pois possui uma configuração mais objetiva e delimitada, enquanto a *informação* é dotada de uma característica mais polissêmica.²

Também apontando a polissemia de significação do que vem a ser informação, Vreeken fala da dificuldade de compreensão do conceito por conta das numerosas definições existentes, ressaltando, porém, a necessidade de contextualização dentro das áreas de pesquisa:

A abundância e diversidade de definições de informação tornam o conceito central de gestão da informação difícil de compreender. Há muitos conceitos diferentes sobre a informação em diferentes áreas de pesquisa e, ainda na mesma área, diferentes conceitos são utilizados. Para lidar com esta situação confusa, devemos saber como os conceitos de informação são utilizados e, se possível, por que são utilizados com seus significados específicos. (VREEKEN, 2005, tradução nossa)

Sousa posiciona-se a favor da informação arquivística como objeto de estudo da Arquivologia, ressaltando:

Defende-se, aqui, a informação como objeto de estudo da Arquivística, pois “em uma época onde o progresso tecnológico nos projetou na era da informação, o arquivista, como todos os que trabalham com a informação, deve atravessar a parede do formato - o documento - para ir na direção do conteúdo, a informação”.(COUTURE apud SOUSA, 2002, p.14)

² Consideração do autor em relação à questão *dimensão do documento versus dimensão da informação*, em palestra no Seminário *Instituições, dispositivos, mediações*, realizado em 2010 no IBICT, onde foi discutido o deslocamento das questões da informação para a emergência do objeto, com o levantamento da hipótese da informação ser apenas um atributo outorgado ao documento.

Martín-Pozuelo Campillos, em seu trabalho sobre a construção teórica em arquivística e o princípio da proveniência, trata a questão arquivística em torno da dimensão do documento:

[...] o documento representa a materialização das atividades específicas desenvolvidas por uma Instituição; por sua vez esta surge para cumprir uma função social igualmente específica, em virtude da qual são conferidas competências que lhe permitem desenvolvê-la. É precisamente o cumprimento de sua função o objetivo da própria Instituição e o fundamento teórico da gênese, todo o ciclo de vida e o destino final do documento, já que este nasce primordialmente para servir a razão de sua origem, a Instituição. (MARTÍN-POZUELO CAMPILLOS, 1996, p.89, tradução nossa)

A materialidade do objeto arquivístico – a dimensão física do documento – remete ao que Fonseca (2005) chama de “Arquivologia Clássica”, onde o olhar é focado e gira em torno dos conjuntos documentais produzidos ou recebidos por uma determinada administração. Este enquadramento do objeto corrobora com a preocupação da área acerca de questões de ordem prática, especificamente sobre o tratamento e o processamento técnico dos acervos documentais.

O dimensionamento do objeto parece estar ligado às perspectivas evolutivas da área, ou seja, a questão tecnológica teve um impacto maior do que apenas no âmbito das intervenções práticas do campo, tendo refletido, também, na tentativa de virtualização e imaterialização do objeto de estudo arquivístico, como em suas prerrogativas conceituais e terminológicas. Desta forma, pode-se dizer que as mudanças e extrapolariam a questão puramente técnica, representando uma transformação paradigmática que ainda não se encontra plenamente estabelecida, uma vez que a revolução tecnológica que molda uma nova disciplina arquivística ainda está em andamento, impulsionando a área para um novo contexto de produção científica. Por conta do surgimento de um novo paradigma, Fonseca ressalta o deslocamento do objeto da Arquivologia já apontado anteriormente por Thomassen (1999):

O objeto da Arquivologia, na perspectiva de um novo paradigma, desloca-se do “arquivo” para a informação arquivística, ou “informação registrada orgânica”, expressão cunhada por arquivistas canadenses para designar a informação gerada pelos processos administrativos e por eles estruturada de forma a permitir uma recuperação em que o contexto organizacional desses processos seja o ponto de partida. (FONSECA, 2005, p.59)

Para Jardim (1999), o deslocamento do objeto para a dimensão da informação exige ainda mais pesquisa e aprofundamento teórico.

Ainda assim, mesmo com o aporte das tecnologias de informação e comunicação, não se extinguirá a produção e acumulação de documentos em suporte físico tradicional, pois a

função e os objetivos da utilização das ferramentas tecnológicas estão ligados à gestão e, conseqüentemente, à racionalização dos processos arquivísticos. Assim, e contextualizando a questão tecnológica com o respaldo legal oferecido à documentação em meio eletrônico, ainda não é possível pensar a extinção da utilização dos suportes mais tradicionais.

A inclusão dessa discussão em um espaço interdisciplinar exigirá um esforço para a identificação e delimitação do objeto de estudo da Arquivística (SOUSA, 2002, p. 13), o que favorecerá o adensamento do arcabouço teórico-metodológico do campo disciplinar, pois certamente a questão emblemática da área está não somente ligada aos questionamentos em torno de seu objeto, mas também às suas práticas e ao seu caráter pragmático, historicamente relacionado à abordagem focada na materialidade do documento (FONSECA, 2005). Além disso, a contextualização tecnológica exige uma série de indagações em relação ao fazer arquivístico que dependem, prioritariamente, de pesquisas e interações com outros saberes - não no sentido de dependência ou subordinação teórica, mas no âmbito integrador entre os campos.

2.2 A DIMENSÃO COMUNICACIONAL DA INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA

Além das questões acerca do objeto, ainda há outra discussão - também conceitual e terminológica - sobre a definição do que, enfim, seria a *informação arquivística*.

O contexto de produção documental não se mantém pela simples necessidade de acumulação de conhecimento, mas pela demanda comunicacional decorrente destes processos, seja em função da necessidade de cumprimento da razão de sua produção, seja em função de uma necessidade posterior de informar, comunicar, provar, perpetuar a memória. Desta forma, fica implícito no ato de documentar a dimensão comunicacional em sua essência. Segundo Mollica (2009), a Linguística propicia diálogos de grande importância com - e para - diversas áreas que tratam, em alguma instância, de relações ou aplicações dos estudos de linguagem. A linguagem funciona como mediadora para a construção e representação do saber e, desta forma, pode ser considerada uma ferramenta comunicacional, encontrando-se em todas as instâncias do pensamento, do conhecimento, da compreensão humana - repercute no comportamento do indivíduo e nos condicionamentos sociais.

É também importante observar que a informação tratada pela área arquivística possui características específicas de produção, acumulação e transferência: a informação é orgânica, ou seja, é produtora de sentido na medida em que é contextualizada e articulada com outras

informações, da mesma forma que um corpo só funciona plenamente com a completude de seus órgãos e membros, com a articulação entre pensamento, razão e ato. É necessário salientar, a fim de compreender a relevância dos estudos de linguagem para a área, que essa informação de que trata a Arquivologia é produzida de acordo com uma demanda comunicacional específica - corporativa, organizacional, institucional. O discurso é dotado de uma complexidade limitada, de restrições comunicativas contextualizadas no ambiente da organização, regido por pressupostos objetivos, técnicos, sociais e econômicos peculiares. Pensa-se a informação como parte de um processo e, como tal, seu fluxo e representação obedecem a padrões também especificados dentro do sistema (ambiente).

Thomassen ressalta a função da informação – registrada na forma documental para representar ações, comunicações e decisões - dentro do contexto do sujeito produtor:

A informação é registrada e estruturada tendo em vista uma possível reutilização, em outro momento ou outro lugar. A informação gerada por processos de trabalho é estruturada de acordo com estes processos, **de modo a possibilitar a recuperação e interpretação contextual**, mesmo em outro momento ou lugar.

Arquivos funcionam como a memória dos produtores de documentos e da sociedade de forma geral.[...] Eles precisam de suas memórias individuais e organizacionais para que possam manter sua capacidade de ser entendidos e de documentar sua própria história. É importante para a sociedade que as organizações funcionem bem, que indivíduos e associações sejam responsáveis por seus atos, e que registros de valores culturais duradouros sejam preservados através do tempo. (THOMASSEN, 2006, p. 7 grifo nosso)

É possível articular as dimensões *documento x informação* da seguinte forma: o documento é uma representação da verdade – uma verdade específica e inerente a um determinado ambiente – em função da informação contida nele. Esta verdade também se relaciona com a questão espacial e temporal, pois depende de contextos de produção, momentos históricos, objetivos da entidade produtora. Por outro lado, a informação [arquivística] por si é dotada de volatilidade e é dependente da materialização via registro documental para que seja válida. A materialização da informação aqui não está relacionada a sua forma física – suporte -, mas ao ato do seu registro. Ou seja, sem registro não se pode considerar que haja validade da informação arquivística.

Comunicam-se fatos, decisões, estratégias através de documentos arquivísticos. O documento tem o papel de comunicador de ações que competem à entidade produtora. Esta comunicação é realizada levando em consideração um grupo de colaboradores que se relacionam com o ambiente em que as informações são produzidas. O processo

comunicacional que ocorre com a produção do documento arquivístico pode ser visto da seguinte forma: o documento (registro) é o que move o processo e a informação é o elemento movido no processo. Assim, podemos considerar que o registro documental é um elemento essencial em um patamar específico da comunicação humana, uma vez que as interações formais em ambientes colaborativos dependem de um nível de expressão regulamentar e validade de informações.

A comunicação humana é o processo através do qual indivíduos em relacionamentos, grupos, organizações e sociedades criam, transmitem e usam a informação para se relacionar com o ambiente e entre si. (RUBEN, 1988, p.18-19, tradução nossa)

2.3 A FUNÇÃO CLASSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS

A Ciência da Informação e a Biblioteconomia abordam a classificação de modo diverso do campo arquivístico, elevando-a ao *status* de teoria e disciplina científica (CAMPOS, 1995), enquanto que, para a Arquivologia, a Classificação de Documentos é tratada, ainda, como uma intervenção de ordem prática, baseada no empirismo e extremamente fragmentada (SOUSA, 2002).

A Arquivologia é regida por alguns princípios que norteiam suas práticas de forma transversal. O Princípio da Proveniência e o Princípio da Ordem Original, que basicamente podem ser vistos como um único princípio com duas abordagens: i) pensando no fundo, como um conjunto que não deve ser misturado a outros de origens distintas; e ii) pensando na estrutura interna de sua organização, que deve ser mantida de acordo com sua organização original.

A Classificação de documentos é uma das funções arquivísticas, ou seja, um procedimento técnico e intelectual que faz parte do processo de gestão de documentos³, cujo produto é chamado Plano de Classificação de Documentos Arquivísticos. Esse procedimento é considerado a mola propulsora da gestão documental, pois impulsiona as etapas posteriores da gestão. A Classificação é realizada nas fases corrente e intermediária dos arquivos (fases em que a documentação ainda atende à administração e o valor do documento está atrelado à razão pela qual foi produzido).

³ Conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento de documentos em fase corrente e intermediária, visando sua eliminação ou seu recolhimento – definição segundo o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística.

Para Sousa (2003), a Classificação é o que distingue o objeto da Arquivologia – segundo o autor, a informação arquivística – das outras Ciências da Informação.

Enquanto modo representativo da ordem relacional estrutura-atividades-funções, onde é objetivada a organização da informação com vistas ao acesso e à recuperação, a Classificação de Documentos pode ser facilmente encaixada em uma sistematização de aspectos estruturais, característicos e funcionais das linguagens documentárias (VOGEL, 2007) uma vez que a Classificação é a representação funcional de relações dentro de um contexto de produção documental.

À medida que vão sendo acumuladas, [as informações] estabelecem relações entre si. Elas estão unidas por um elo criado no momento em que são produzidas e recebidas, determinado pela razão de sua elaboração e que é necessário à própria existência e à capacidade de cumprir seu objetivo. Elas são um conjunto indivisível de relações intelectuais. (SOUSA, 2002, p. 15)

Para se proceder à elaboração de um Plano de Classificação, é necessário, antes de tudo, conhecer a entidade produtora. É preciso compreender sua estrutura, seu funcionamento, missão, seus objetivos e competências. O Plano de Classificação deve refletir o contexto de produção e circulação de informações do produtor, contemplando não apenas a estrutura, mas a relação orgânica entre os documentos. Leva-se em conta o papel que a informação desempenha dentro do contexto produtivo e informacional e como esta informação se relaciona com outras para que seu objetivo seja alcançado de modo a atender às demandas da administração.

É possível utilizar modelos com metodologias distintas para classificação de documentos arquivísticos. A classificação pode ser: i) estrutural, levando em consideração especialmente a estrutura do organismo produtor; ii) por assuntos, agrupando os documentos de modo temático; e iii) funcional, levando em consideração não apenas a estrutura da entidade produtora, mas especialmente suas competências e atividades desenvolvidas. O que é imprescindível, independente do modelo adotado, é que o instrumento seja simples, flexível e expansível.

O modelo estrutural apresenta algumas fragilidades que podem culminar em revisões constantes e grandes alterações no Plano de Classificação. Neste modelo as grandes classes baseiam-se no organograma do produtor, ou seja, na hierarquia das unidades administrativas. Os documentos são dispostos nas classes de acordo com a unidade administrativa de origem, o que, em muitas situações, pode não ser muito evidente, uma vez que algumas espécies

documentais são produzidas e recebidas por todas as unidades (ofícios, memorandos, etc). Ao pensarmos que, especialmente no caso dos órgãos públicos, existe sempre a possibilidade de reformulação de estruturas e fusões, um instrumento de representação da informação baseado em organogramas torna-se extremamente suscetível a quaisquer mudanças estruturais.

O modelo “por assuntos” – apesar de ter sido elaborado para refletir funções e atividades do produtor - pode apresentar uma ambiguidade que dificulte a classificação. As classes apresentam um nível de abstração passível de gerar dúvidas quanto à acomodação de documentos, como no exemplo a seguir:

Figura 2 – Conarq - Modelo de classificação por assuntos Classe 023 – Quadros, Tabela e Política de Pessoal

023	QUADROS, TABELAS E POLÍTICA DE PESSOAL
023.01	ESTUDOS E PREVISÃO DE PESSOAL
023.02	CRIAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO, TRANSFORMAÇÃO, TRANSPOSIÇÃO E REMUNERAÇÃO DE CARGOS E FUNÇÕES
023.03	REESTRUTURAÇÕES E ALTERAÇÕES SALARIAIS (inclusive ascensão e progressão funcional; avaliação de desempenho; enquadramento; equiparação, reajuste e reposição salarial; promoções)
023.1	MOVIMENTAÇÃO DE PESSOAL - Quando se tratar de atos específicos e individuais de servidores, classificar em 020.5.
023.11	ADMISSÃO. APROVEITAMENTO. CONTRATAÇÃO. NOMEAÇÃO. READMISSÃO. READAPTAÇÃO. RECONDUÇÃO. REINTEGRAÇÃO. REVERSÃO
023.12	DEMISSÃO. DISPENSA. EXONERAÇÃO. RESCISÃO CONTRATUAL. FALECIMENTO

Fonte: Conarq, 2001

O exemplo é parte do modelo de classificação de documentos de arquivo das atividades-meio da Administração Pública Federal, proposto pelo Conarq – Conselho Nacional de Arquivos (ANEXO 2). O modelo contempla apenas a área-meio, comum a todos os órgãos. O modelo pode sofrer adaptações por conta de peculiaridades institucionais, mas ainda assim as alterações não são significativas. Em relação à atividade finalística, as entidades elaboram seus próprios Planos de Classificação e submetem à apreciação do Conarq.

O problema em relação ao modelo temático é o nível de abstração das classes, não deixando evidente que documentos são produzidos em função de cada atividade

desempenhada na instituição, exatamente por causa da falta de representação dos tipos documentais no Plano, apesar de haver uma explanação genérica sobre os documentos que devem ser enquadrados em cada classe. No caso da área-meio, porém, ainda há uma facilidade maior quanto ao reconhecimento e a assimilação dos documentos às classes, problema que se agrava na representação das atividades finalísticas, especialmente por conta de especificidades técnicas.

Figura 3 – Conarq - Modelo de classificação por assuntos Classe 020.5 – Assentamentos Individuais. Cadastro.

020.5	ASSENTAMENTOS INDIVIDUAIS. CADASTRO - Incluem-se documentos referentes à vida funcional do servidor, bem como os registros e/ou anotações a ele referidos. - Ordenar as pastas de assentamento individual alfabeticamente pelo nome do servidor. - Sugere-se abrir uma pasta para os documentos de caráter geral, sempre que tal procedimento se justificar.
-------	---

Fonte: Conarq, 2001

Na classe *Assentamentos Individuais*, por exemplo, devem ser incluídos “*documentos referentes à vida funcional do servidor*”(Conarq, 2001). O termo *assentamento* pode estar se referindo à lotação do servidor, porém, a expressão *vida funcional* tem um sentido amplo, que pode ser considerado em vários aspectos, o que pode gerar documentos passíveis de serem acomodados em outras classes. Não explicitar com exatidão a atividade e os tipos documentais produzidos em decorrência das ações pode causar uma série de erros e inconsistências.

O modelo funcional, por sua vez, reflete as competências institucionais e seus desdobramentos em funções e atividades e contempla os tipos documentais produzidos, fazendo com que o instrumento seja mais efetivo no que se refere a representar a entidade produtora e a relação orgânica entre os documentos arquivísticos.

A imagem abaixo é parte do modelo funcional elaborado pelo Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo - SAESP (ANEXO 3) para classificar os documentos da Administração Pública do Estado (área-meio).

Figura 4 – SAESP - Modelo de Classificação Funcional Classe 01 – Organização Administrativa

**PLANO DE CLASSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO
ESTADO DE SÃO PAULO: ATIVIDADES-MEIO**

Função:	01	ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA
Subfunção:	01.01	Ordenamento jurídico
Atividade:	01.01.01	Elaboração de atos normativos
Documento:	01.01.01.01	Decreto, estatuto, código, regulamento, regimento, instrução normativa, norma, resolução, deliberação, portaria
Atividade:	01.01.02	Habilitação jurídica e regularização fiscal dos órgãos, entidades e empresas
Documentos:	01.01.02.01	Alvará de funcionamento
	01.01.02.02	Certificado de matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI
	01.01.02.03	Comprovante de atualização de dados no Cadastro Nacional do Trabalhador - CNT
	01.01.02.04	Comprovante de inscrição e de situação cadastral no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ
	01.01.02.05	Comprovante de inscrição no Cadastro de Contribuinte Mobiliário - CCM
	01.01.02.06	Comprovante de inscrição no Cadastro de Contribuintes do ICMS
	01.01.02.07	Comprovante de inscrição no Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT
	01.01.02.08	Comprovante de matrícula na Junta Comercial

Fonte: SAESP, 2004

O modelo funcional proposto pelo SAESP evidencia as competências (aqui chamadas de funções), seus desdobramentos (subfunções) e as atividades desempenhadas pela instituição para o cumprimento de seus objetivos, relacionando a elas os documentos produzidos. Este modelo de instrumento de classificação propicia a compreensão do contexto de produção e circulação de informação na entidade produtora de forma mais clara e objetiva, apesar de exigir um nível maior de complexidade em sua elaboração.

Vale ressaltar que a escolha dos modelos institucionais utilizados nesta pesquisa serve apenas para ilustrar as metodologias utilizadas na elaboração de instrumentos de gestão de documentos – neste caso, Planos de Classificação de documentos arquivísticos -, não havendo, neste trabalho, o intuito de proceder à análise ou crítica das instituições que os elaboraram.

Apesar das peculiaridades de cada metodologia, há ainda um ponto nebuloso em relação ao trabalho intelectual de elaboração de Planos de Classificação de documentos que atinge todas as propostas metodológicas: em relação à atividade-fim dos organismos produtores, é necessário considerar a área de atuação de cada entidade, levando em conta o domínio em que as informações são produzidas e circulam. Os contextos sociais e culturais influenciam a elaboração de instrumentos de representação de informação, uma vez que estes devem ser considerados linguagens documentárias orientadas a refletir um determinado sistema de produção e trocas informacionais a partir de um perfil específico de atuação e conhecimentos. Sendo assim, a fim de atender e representar o segmento de origem dessas demandas informacionais, é importante que a linguagem utilizada enquadre-se em padrões

terminológicos e conceituais oriundos desses contextos, preocupação da Linguística Documentária, conforme ressaltado por Lara:

Quando reconhecida como inscrição organizada, a informação é vista como resultado de uma *‘construção institucional e intencional que tem nos valores simbólicos e funcionais a condição para a construção do sentido e para circular socialmente, desencadeando processos de conhecimento’* (LARA, 2006a). Por esse motivo, a Linguística Documentária preocupa-se com os problemas decorrentes dos processos simbólicos do tratamento e da recuperação da informação, buscando pesquisar soluções que diminuam a distância entre os estoques e o uso da informação a partir dos estudos das estruturas simbólicas da documentação, das questões linguísticas de mediação entre produtores e consumidores da informação e da ligação entre os processos documentários e a construção e verbalização da informação. Nesse sentido, propõe que a linguagem dos ambientes informacionais combine referências da produção informacional, dos objetivos institucionais e dos elementos cognitivos e comunicacionais de grupos de usuários como meio de promover a circulação social da informação. (LARA, 2008, p. 3)

Nota-se uma carência que vai além da simples observação da realidade prática para a elaboração de modelos: existe uma necessidade tão urgente quanto à observação da dinâmica da produção documental, uma carência de diálogo com teorias e métodos que validem esses modelos também cientificamente. A articulação com a Terminologia (Wuester) e com a Teoria do Conceito (Dahlberg) é fundamental, pois se torna imprescindível regular terminológica e conceitualmente o objeto dentro da área de conhecimento em que ele é produzido (Análise de Domínio, Hjørland). Sendo assim, a classificação de documentos necessita, além da análise das estruturas organizacionais e da produção informacional, contemplar o aspecto comunicacional inerente às comunidades em que a informação é produzida e circula, a fim de elaborar instrumentos que representem efetivamente esses ambientes. Para tanto, torna-se indispensável recorrer, também, às disciplinas que se debruçam sobre a temática dos estudos de linguagem para análise e representação da informação.

3 CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: ABORDAGENS, USOS E ESTUDOS SOBRE INFORMAÇÃO

A Ciência da Informação surge após um período de transformações sociais, políticas e econômicas desenhadas a partir do cenário da I Guerra Mundial, onde a produção e o acúmulo acelerado da informação, especialmente no âmbito da ciência e tecnologia, acabaram por impulsionar o crescimento econômico (PINHEIRO; LOUREIRO, 1995). Esse momento histórico também foi considerado um marco para a Arquivologia, pois influenciou, a partir da segunda metade do século XX, uma aproximação maior da área primeiramente com a Administração e mais tarde com a Ciência da Computação, especificamente por conta da necessidade de racionalização da produção documental e o controle do estoque informacional através da ideia de gestão das massas documentais. Nesse contexto passa a ser observado o valor estratégico da informação.

Uma sucessão de eventos, discussões e interlocuções iniciadas a partir dessas transformações começa a cunhar a Ciência da Informação, porém o aprofundamento nas discussões acerca de definições e conceitos começa a tomar corpo apenas na década de 60, segundo Pinheiro e Loureiro:

Semelhante a algumas outras áreas científicas interdisciplinares, a Ciência da Informação possui as raízes embrionárias nesse período histórico, mas é na década de 60 que são elaborados os primeiros conceitos e definições e se inicia o debate sobre as origens e os fundamentos teóricos na nova área, período em que identificamos marcos, na tentativa de melhor demarca-la, assim como estabelecer relações interdisciplinares com outros campos do conhecimento e vislumbrar qual a atuação dos também novos profissionais. (PINHEIRO; LOUREIRO, 1995)

A conferência realizada em 1962 no Georgia Institute of Technology foi considerada por diversos autores o local de nascimento da área, momento em que emerge sua definição básica (FONSECA, 2005):

Ciência que investiga as propriedades e o comportamento da informação, as forças que governam o fluxo de informação e os meios de processar a informação para ótima acessibilidade e uso. O processo inclui a origem, a disseminação, a coleta, a organização, o armazenamento, a recuperação, a interpretação e o uso da informação. O campo está relacionado com matemática, lógica, **linguística**, psicologia, tecnologia da computação, pesquisa operacional, artes gráficas, comunicação, biblioteconomia, administração e algumas outras áreas. (SHERA; CLEVELAND, 1977, grifo nosso)

A Ciência da Informação se estabelece interdisciplinarmente desde sua gestação. É interessante observar as diferentes perspectivas de olhar sobre a emergência e o amadurecimento da área que, mesmo com diversos pontos de convergência, nota-se que, por vezes, alguns aspectos desse contexto são privilegiados em detrimento de outros. Vale ressaltar que não serão abordados e mencionados neste trabalho todos os teóricos que colaboraram para a constituição e o mapeamento da área, uma vez que esta não é a proposta deste estudo, tentando fazer apenas um contraponto geral entre o posicionamento e a conceituação de alguns autores.

Segundo Herner (1984), a constituição da área está relacionada à convergência de diversas outras disciplinas e práticas. Herner apresenta os marcos da disciplina a partir da importância dos imperativos tecnológicos e seus motivos políticos e estratégicos, focando na problemática da recuperação da informação. O autor elenca esses elementos cronologicamente a partir de uma série de publicações e eventos, começando com *As we may think*, em 1945, de Vannevar Bush, e finalizando em 1982, com *Libraries and Librarians in an Age of Electronics*, de F. W. Lancaster. A obra de Bush – que trata da importância do papel da informação no contexto da Segunda Guerra Mundial, além de fazer algumas previsões a respeito da evolução sobre os usos de tecnologia associados a processos e práticas informacionais – certamente foi um marco para a área. A idealização do “Memex” reitera a preocupação acerca do armazenamento e recuperação da informação.

Apesar de Herner traçar um quadro de movimento e transformação da área muito focado no imperativo tecnológico, o autor peca por deixar de lado o cunho epistemológico e até mesmo social desse panorama, uma vez que não se pode falar no surgimento e nas mudanças de necessidades tecnológicas sem contextualizá-las com determinadas demandas sociais, econômicas e políticas. Desta forma, fica evidente que ele privilegia apenas um aspecto – o tecnológico – do processo evolutivo da Ciência da Informação.

Vale notar que, assim como os imperativos tecnológicos, as abordagens acerca da intervenção humana e conceitual no que se refere à tecnologia são consideradas de extrema importância para o surgimento e a evolução da área, já que a automação é um meio e não um fim em si.

Evidentemente a relação da Ciência da Informação com a Ciência da Computação apresenta fortes laços, mas também é inegável que a automação gera questionamentos e problemas que demandam que diálogos com outras áreas sejam firmados, sendo incluídas nessas interlocuções disciplinas que ampliem as discussões e trocas, considerando os atores

sociais, os meios, as intermediações, as transformações e intervenções que podem incidir sobre o objeto e o inverso, pensando em que direções e com que profundidade o objeto informação atua nas dimensões social, política e econômica.

A anatomia conceitual da Ciência da Informação revela-se sob diversas abordagens e prerrogativas, interdisciplinar em sua essência, mas sem perder de vista sua autonomia e sem pender para lado algum nessas interrelações (PINHEIRO; LOUREIRO, 1995).

Pinheiro e Loureiro (1995) salientam, a partir do trabalho de McGarry (1984), que objeto informação é visto a partir de uma multiplicidade e complexidade de acepções, dentre as quais são destacadas: i) informação como fato - Shera; ii) informação como elemento transformador de estruturas - Belkin; e iii) informação como representação do conhecimento – Farradane.

A acepção de Belkin é de extrema relevância para o objetivo desta pesquisa, pois ressalta o aspecto comunicacional da informação, levando em consideração o gerador e o receptor e as questões cognitivas envolvidas nos processos informacionais, o que corrobora com o questionamento do deslocamento do documento para a informação na Arquivologia, pensando que o olhar deve ser lançado com mais cuidado na direção das ações e objetivos da informação dentro de um determinado contexto, do que na direção de definição do objeto informacional em si.

Para Belkin, a questão central não é estabelecer uma definição singular para a informação, e sim conceitos em cuja pluralidade se poderiam identificar maneiras de ver e interpretar o fenômeno da informação, mais do que afirmar o que ele vem a ser. (FONSECA, 2005, p.20)

Tefko Saracevic é outro contribuidor de extrema relevância para os avanços da Ciência da Informação, pois a partir de suas abordagens é possível apontar a concentração de relações interdisciplinares da área com a Biblioteconomia, a Ciência da Computação, a Ciência Cognitiva e a Comunicação.

Entre os mais importantes nomes da Ciência da Informação, Tefko Saracevic é dos que mais têm contribuído para o crescimento e avanços da área. Recentemente escreveu artigos sobre a American Society for Information Science (Asis) e sobre a própria Ciência da Informação, nos quais discute as origens, evolução, e as relações da Ciência da Informação com outras áreas.

[...]

Ao abordar a interdisciplinaridade da Ciência da Informação, Saracevic inclui quatro campos nos quais se concentram essas relações: Biblioteconomia, Ciência da Computação, Ciência Cognitiva (incluindo inteligência artificial) e Comunicação. As relações com as ciências da computação seriam complementares e se referem “à aplicação de computadores e computação na recuperação da informação, assim como à

associação com produtos, serviços e redes”. (PINHEIRO; LOUREIRO, 1995)

Para Saracevic (1996), são bem delineadas as diferenças entre a Ciência da Informação, tecnológica em sua essência, e a Biblioteconomia, cujo objetivo parte do caráter cultural e técnico das bibliotecas. Ainda assim, não deixa de considerar o forte laço interdisciplinar entre as duas áreas. Assim como Herner, Saracevic aponta que a evolução da recuperação da informação seria o aspecto mais forte para o surgimento da área, uma vez que o desenvolvimento do paradigma acabou por abarcar também a questão dos usuários e dos modos de interação, evidenciando que os processos de comunicação se situam na base da Ciência da Informação (SARACEVIC, 1996).

É importante observar que a recuperação da informação, se considerada ao mesmo tempo um objetivo e uma etapa dentro dos processos informacionais, demanda que outras ações interligadas e relacionadas entre si sejam desencadeadas para que o objetivo seja alcançado e resulte em um produto. A organização e a representação da informação, neste contexto de processo informacional, são fundamentais para que o objetivo seja cumprido e culmine em um produto informacional que atenda as necessidades tanto do produtor quanto do consumidor da informação.

A complexidade e o espectro dos problemas tratados pela Ciência da Informação demandam uma participação colaborativa e heterogênea de profissionais, o que reafirma a natureza interdisciplinar da área, que, ao contrário do que alguns teóricos poderiam afirmar, confere a esse campo uma força motivadora, trazendo à tona novas questões, inquietações, diálogos e possibilidades sempre enriquecedores (PINHEIRO; LOUREIRO, 1995).

3.1 PARADIGMAS E ABORDAGENS EM CI

Um olhar reflexivo sobre os caminhos percorridos pela ciência através do tempo demonstra uma cena evolutiva de conceitos e paradigmas, considerando os contextos históricos que modificam a forma de olhar e pensar a ciência. A irrefutabilidade científica cede espaço à flexibilidade e à ampliação de diálogos *interautores* e *interdisciplinas*, contribuindo para a emergência de novos pensamentos, abordagens e paradigmas.

A ciência da informação nasce em meados do século XX com um paradigma físico, questionado por um enfoque cognitivo idealista e individualista, sendo este por sua vez substituído por um paradigma pragmático e social ou, para tomar um famoso conceito cunhado por Jesse Shera e sua colaboradora Margaret Egan em meados do século passado (SHERA 1961, 1970) e

analisado em profundidade por Alvin Goldman (2001), por uma “epistemologia social” (*social epistemology*), mas agora de corte tecnológico digital. Um número recente da revista *Social Epistemology* (v.16, n.1, 2002) é dedicado à relação entre epistemologia social e ciência da informação. Como se pode ver, o que aparentemente surge no final desse relativamente curto processo histórico, a saber, o paradigma social, já se encontrava no início, se bem que não como paradigma da ciência da informação, mas sim de seus predecessores, em particular a biblioteconomia e a documentação”. (CAPURRO, 2003 p.2-3)

Juntamente com a mudança dos cenários históricos, podemos pontuar não uma transformação da ideia de informação, mas sim o surgimento de abordagens que Vreeken (2002) chama de *noções de informação*, considerando a multiplicidade de sentidos, contextos e propósitos que a informação possui para as mais diversas áreas.

As percepções sobre informação não apenas influenciam nossa visão sobre gestão de informação, mas também nossa percepção sobre sistemas de informação, nossa percepção sobre comunicação, o papel do campo da Ciência da Informação e a condução de pesquisas. Isso significa que as percepções sobre informação, que eu prefiro chamar de noções de informação, têm profunda influência no campo da CI. Por causa disso, os pesquisadores da CI têm obrigação de saber ao menos que noções de informação existem. (VREEKEN, 2002, p. 4, tradução nossa)

Capurro identifica na Ciência da Informação duas raízes: a Biblioteconomia clássica ou o estudo dos problemas decorrentes da transmissão de mensagens; e a outra relacionada à computação. A primeira retoma as origens da sociedade entendida como uma trama ou uma rede de relações baseadas na linguagem, ou seja:

[...] em âmbito hermenêutico aberto, onde os entrecruzamentos metafóricos e metonímicos permitem não apenas manter fluido o mundo das convenções e fixações que tornam possível uma sociedade humana relativamente estável, como também nos permitem gerar a capacidade de perguntar pelo que não sabemos a partir do que cremos que sabemos. (CAPURRO, 2003 p.6-7)

Esta primeira raiz na Ciência da Informação relaciona-se aos aspectos sociais e culturais próprios do mundo humano. A segunda raiz é de caráter tecnológico e mais recente e se refere ao “impacto da computação nos processos de produção, coleta, organização, interpretação, armazenagem, recuperação, disseminação, transformação e uso da informação, e em especial da informação científica registrada em documentos impressos”. (CAPURRO, 2003)

Podemos dizer, então, que o impacto tecnológico explica a razão da predominância do paradigma fisicalista entre 1945 e 1960. Para Capurro (2003), o problema acerca dessa

periodização é a pré-existência do paradigma social em relação a esse período, assim como a as mudanças transcorridas até a atualidade.

Nesse contexto, Capurro (2003) revela diferentes paradigmas epistemológicos associados às diferentes abordagens presentes na CI, apesar de reconhecer que tal esquematização é simplista. Em um primeiro momento, Capurro (1991) identifica três paradigmas da Ciência da Informação, influenciado por uma visão objetiva da realidade, onde considera: i) *paradigma da representação*, em que o homem *conhecedor* cria uma representação mental do mundo e a CI seria responsável pelo estudo de mecanismos de representação, codificação e uso da informação; ii) *paradigma fonte-canal-receptor*, em que a CI foca seus esforços e estudos no impacto da informação no receptor (influência dos trabalhos de Shanon, 1948, e Weaver, 1949); e iii) *paradigma platonista-materialista*, em que o conhecimento objetivo materializado seria o objeto da CI.

Posteriormente, Capurro (2003), influenciado pela análise das abordagens da informação como objeto e da abordagem cognitiva, bem como pelos desenvolvimentos seguintes que consideram o impacto social da informação, retoma a análise dos paradigmas da CI destacando agora três outros paradigmas epistemológicos na área:

- Paradigma físico: representado por pesquisadores como Bush (1945), que propôs o “memex”; Buckland (1991), autor da proposta de conceituação de informação-como-coisa; Shannon e Weaver (SHANNON, 1948; SHANNON; WEAVER, 1949), autores da Teoria Matemática da Comunicação e Harold Borko (1968), referência clássica na definição de CI e em sua vertente tecnológica. Capurro considera a recuperação da informação como a principal motivação para o desenvolvimento da CI (SARACEVIC, 1996), como parte do paradigma físico. Complementarmente ao paradigma físico, como um caminho em direção ao paradigma cognitivo, o autor cita ainda influências da cibernética, de Norbert Wiener (1961), da Teoria Geral de Sistemas, de Ludwig von Bertalanffy; os sistemas emergentes, especificamente em relação aos biólogos Humberto Maturana e Francisco e a computação. O paradigma físico pode ser entendido como um agrupamento dos paradigmas anteriormente identificados, especificamente o da representação, o da fonte-canal-receptor e o platonista materialista (CAPURRO, 2003);
- Paradigma cognitivo: representado especialmente por B. C. Brookes (1980), mas também por abordagens “[...] intermediária(s) entre o paradigma cognitivo mentalista de Brookes e o paradigma social”, com ênfase nas necessidades do usuário

(Ingwersen), em situações problemas (Wersig) e nos modelos mentais (Vakkari) (CAPURRO, 1991; CAPURRO, 2003);

- Paradigma social: “[...] *tem suas origens na obra de Shera, oriundas da década de 1970, atualmente é representado pelas teorias de Frohmann, Hjørland, Capurro e Brier.*” (CAPURRO, 2003). Afirma que diversas ferramentas e práticas das ciências sociais e da filosofia vêm sendo utilizadas pela CI, dentre elas: hermenêutica; análise de discurso; análise de domínio; redes sociais. (CAPURRO Apud MATHEUS, 2005, p.152-153).

Capurro (2003) estabelece ainda que cada novo paradigma surge como uma crítica ao paradigma anterior. Autores como MATHEUS (2005) criticam a argumentação de Capurro em torno dos paradigmas concorrentes, onde enfatiza a competição e minimiza uma possível complementaridade entre as diferentes abordagens.

A multiplicidade de abordagens na Ciência da Informação sofre influência de seu caráter interdisciplinar, das múltiplas influências epistemológicas que contribuíram para sua formação e seu desenho enquanto ciência, assim como da complexidade de seu objeto.

Este trabalho não tem o intuito de proceder ao aprofundamento e análise das diversas abordagens em Ciência da Informação, apenas apresentando de forma sucinta os aspectos em cada uma delas, a fim de alinhar a pesquisa às discussões epistemológicas da área.

A noção de que a CI é um campo permeado por percepções interessadas e diversas é comum. Sendo seu fenômeno central a informação, que permeia o interesse de vários campos de conhecimento, diferentes entendimentos de seu objeto de estudo convergem para ali. Objeto complexo, multi-objeto, muitos objetos, campo poli-epistemológico, termos correntes na literatura do campo que examina a CI, indicam os resultados do conhecimento da CI, a percepção de suas tarefas e a concorrência no campo. É esta mesma concorrência que se aponta para indicar o caráter interdisciplinar da CI. (FERNANDES, 2010)⁴

Fernandes (2010) sintetiza as vertentes da Ciência da Informação em um quadro elaborado a partir do mapeamento de Capurro e Hjørland (2007). Nesse mapeamento, a autora elenca essas grandes vertentes (Documentalista, Matemática, Cognitiva, Construtivista Social e Hermenêutica) e ressalta seus aspectos históricos, conceituais, e metodológicos, de modo a facilitar a comparação entre similaridades, complementaridades ou diferenças entre elas.

⁴ Retirado das *Notas de Aula* de Geni Chaves Fernandes na disciplina *Introdução à Ciência da Informação*, ministrada na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – Unirio.

Figura 5 – Adaptação do quadro resumo das abordagens em CI elaborado por Fernandes (2010) a partir do mapeamento de Capurro e Hørland

ABORDAGENS	ASPECTO: CAUSAS / ORIGENS
Documentalista	Explosão da informação (científica); Big Science (grandes dimensões da ciência demanda gestão); Caos documentário (insuficiência teórica e metodológica na gestão da informação); Evolução que passa pela Biblioteconomia e pela Documentação.
Matemática	Explosão da informação (científica); Big Science (grandes dimensões da ciência demanda gestão); Caos documentário (insuficiência teórica e metodológica na gestão da informação); Teorias da informação desenvolvidas especialmente durante a 2ª GM (TMI, TGS, Cibernética).
Cognitiva	A CI já está institucionalizada; A abordagem não faz demandas que justifiquem sua existência.
Construtivista Social	A CI já está institucionalizada; A abordagem não faz demandas que justifiquem sua existência.
Hermenêutica	A CI já está institucionalizada; A abordagem não faz demandas que justifiquem sua existência.
ABORDAGENS	ASPECTO: RELAÇÕES COM A TEORIA DO CONHECIMENTO
Documentalista	Objetivista; Informação e documento têm significados dados; O conhecimento está objetivado.
Matemática	Objetivista; Informação codificada tem significado dado; O conhecimento é um espelho do real construído pela ciência; O conhecimento, assim como o real, é harmônico.
Cognitiva	Subjetivista. De cunho empirista; O indivíduo produz a realidade em suas experiências com o real.
Construtivista Social	Subjetivista. De cunho intersubjetivo; O sujeito reproduz a realidade conforme sua “forma de vida”, cosmovisão, “visão de mundo”.
Hermenêutica	Pretende superar a dicotomia sujeito/objeto; O entendimento passa pela relação inextricável entre sujeito e objeto.
ABORDAGENS	ASPECTO: CARÁTER DA CI
Documentalista	Interdisciplinar dada a origem dos pesquisadores que a constituem; Prática que evolui para concepções teóricas; Ligada à tecnologia; É uma disciplina da ciência.
Matemática	Interdisciplinar pela origem das teorias que acolhe e dos pesquisadores que a constituem; É uma meta-ciência (colabora com outras para construir conhecimentos sobre a ciência).
Cognitiva	Interdisciplinar pela necessária busca de bases teóricas e metodológicas em outras ciências.
Construtivista Social	Interdisciplinar; Busca bases teóricas em outras ciências sociais; Aborda temas que perpassam a realidade social.
Hermenêutica	Interdisciplinar; Busca bases teóricas na filosofia e em outras ciências sociais;

A informação é sempre um fenômeno social.

ABORDAGENS	ASPECTO: LOCALIZAÇÃO NO QUADRO DAS CIÊNCIAS
Documentalista	Ciência social porque lida com o conhecimento publicado (público); Auxiliar de outras ciências (acesso à informação).
Matemática	Ciência social do tipo comportamentalista (estuda o comportamento dos cientistas) e Meta-Ciência (seu objeto são as ciências).
Cognitiva	Ciência Humana (às vezes também definida como ciência social, o que é um problema nesta abordagem); É uma das ciências cognitivas.
Construtivista Social	Ciência social; O fenômeno informacional é social.
Hermenêutica	Ciência social; Subdisciplina da retórica.

ABORDAGENS	ASPECTO: OBJETO DE ESTUDO
Documentalista	A informação; Propriedades e estrutura da informação registrada (objetivada) no contexto da comunicação.
Matemática	A informação; Propriedades e estrutura da informação, que resultam do comportamento dos cientistas quando a buscam para produzir novos conhecimentos. Daí ser primordial estudar seu comportamento.
Cognitiva	A formação da estrutura cognitiva e do papel da informação como produção de sentido, assim como as alterações que causa nessa estrutura.
Construtivista Social	Produção social de sentido a partir de cosmovisões, formas de vida ou visões de mundo dos sujeitos socialmente inseridos; Os efeitos sociais da informação nas redes sociais e como aí se produz o conhecimento coletivo.
Hermenêutica	Os processos interpretativos de informação onde contam tanto o objeto (informação, dado, documento, etc.) como o sujeito interpretante, que é sempre situado.

ABORDAGENS	ASPECTO: PROBLEMAS IDENTIFICADOS E CRÍTICAS
Documentalista	Poucas vias de comunicação científica (instrumentos, serviços e tecnologias).
Matemática	A linguagem das especialidades das ciências causa ruído na comunicação científica.
Cognitiva	A CI, até então, estaria equivocada ao colocar seu foco sobre objetos, porque a informação é significação do indivíduo; O desenho dos Sistemas de Recuperação da Informação – SRIs estaria calcado nos objetos ao invés de nos indivíduos.
Construtivista Social	A produção de sentido não é individual (como afirma a abordagem cognitiva), mas socialmente produzida.
Hermenêutica	Para entender os processos informativos a CI não deve focar exclusivamente o sujeito ou o objeto; A interpretação é sempre de um sujeito situado sobre objetos pré-compreendidos.

ABORDAGENS	ASPECTO: OBJETIVOS E LINHAS DE PESQUISA
Documentalista	Serviços informacionais para a ciência; Estudo da organização e representação do conhecimento; Criação de Linguagens Documentárias – LDs;

	Gestão de unidades de informação.
Matemática	Controle da produção científica em vista do desenvolvimento; Construção de indicadores de produção; Criação de uma linguagem para acesso da informação científica neutra e codificada; Criação de modelos para inteligência competitiva.
Cognitiva	Deslindar as relações entre estímulo e estrutura cognitiva; Contribuir para os estudos da Inteligência Artificial – IA; Desenhar SRIs conforme as estruturas cognitivas dos usuários.
Construtivista Social	Entender os efeitos sociais da informação; Estudar o uso social da informação; Entender a produção de conhecimento e circulação da informação em redes sociais; Estudar os modos de mediação da informação; Estudar os efeitos de poder da informação.
Hermenêutica	Entender os processos interpretativos em situações práticas; Fornecer elementos para construção de SRI e ORC com base nos grupos, em suas formas de organização e entendimento do conhecimento e da informação.

ABORDAGENS	ASPECTO: BASES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS
Documentalista	Biblioteconomia, Documentação, Teorias da Informação; Teorias da representação; Linguística; Lógica.
Matemática	TGS; Teoria Matemática da Comunicação; Comunicação; Cibernética; Sociologia do Conhecimento; Sociologia da Ciência; Administração; Filosofia da Ciência.
Cognitiva	Ciências Cognitivas; Psicologia; Inteligência Artificial; TGS; Teoria da Complexidade; Teoria da Aprendizagem.
Construtivista Social	Teorias das Ciências Sociais; Teoria das redes; Teoria Ator-Rede; Filosofia da Linguagem; Análise do Discurso.
Hermenêutica	Hermenêutica; Fenomenologia; Retórica; Filosofia da linguagem.

ABORDAGENS	ASPECTO: INFORMAÇÃO
Documentalista	Parte ou representação do conhecimento objetivado em documentos; Sai do conhecimento e não se confunde com ele; Dinamiza o conhecimento; É aproximadamente o conteúdo do documento; Estudada nos SRI.
Matemática	Unidade do conhecimento;

	Mede o conhecimento; Tem valor atribuído por um agente decisor; Significado em si mais valor atribuído; Suas regularidades são decorrentes do comportamento dos cientistas.
Cognitiva	Atribuição de sentido a partir da estrutura cognitiva. É aquilo que transforma a estrutura cognitiva; Individual; Relativista; Sentido e significado são individuais.
Construtivista Social	Atribuição de sentido a partir de visões de mundo; Sentido socialmente possível; Entra nos jogos de poder; Sentidos circulantes em disputa.
Hermenêutica	Interpretação dada a partir de um horizonte de compreensão; Apreendida como sendo; Reforça o familiar; É interpretada a partir de heranças; Pode deslocar o horizonte da compreensão.

ABORDAGENS	ASPECTO: CONHECIMENTO
Documentalista	Estrutura objetivada em documentos (M3 de Popper); A estrutura pode mudar no tempo; Conjunto de conceitos ordenados.
Matemática	Somatório de informações; Produzido por informações às quais alguém atribui valor; Apresenta uma estrutura correspondente ao real ou à razão.
Cognitiva	Estrutura cognitiva; É pessoal, individual; Conjunto de conceitos relacionados a partir do acúmulo de experiências do indivíduo.
Construtivista Social	Capital social; Produzido coletivamente; Conhecimentos socialmente produzidos e que conflitam entre visões de mundo. Estrutura de conceitos relacionados a partir de visões de mundo.
Hermenêutica	Horizonte da compreensão; Herdado; Estrutura de conceitos relacionados a partir da práxis.

ABORDAGENS	ASPECTO: COMUNICAÇÃO
Documentalista	Relação entre SRI e usuário; Não é problematizada; Disseminação; Transferência.
Matemática	Comunicação científica; Modos formais e informais de comunicação e seus papéis na construção de conhecimento; Difusão; Transferência; Deve ser controlada.
Cognitiva	Problemática pelo relativismo da abordagem; Olha a recepção.
Construtivista Social	Nas redes sociais; Foco na apropriação em redes; Não há transferência, mas apropriação interpretativa;

	Nela aparecem disputas de poder.
Hermenêutica	Partilha de horizontes; Permite que entendamos (não é concordar) os outros; Interpretação sempre se dá no diálogo.

ABORDAGENS	ASPECTO: AGENTES
Documentalista	SRI (intermediadores); Usuários (precisam ser treinados); Cientistas.
Matemática	Administradores de política científica; Administradores de empresas; Cientistas / pesquisadores.
Cognitiva	Indivíduo.
Construtivista Social	Sujeito inserido em redes sociais.
Hermenêutica	Sujeito histórico (cultural e historicamente situado).

ABORDAGENS	ASPECTO: OUTROS CONCEITOS ESPECÍFICOS
Documentalista	Mapas de conhecimento; Gestão; ORC; Documento.
Matemática	Entropia; Mensagem; Ruído; Feed-back.
Cognitiva	Sistemas especialistas; Inteligência artificial; Estrutura cognitiva.
Construtivista Social	Redes sociais; Discurso; Mediações; Mídias; Instituições; Poder, Ideologia.
Hermenêutica	Pré-compreensão; Horizonte da compreensão; Pragmatismo.

Fonte: Adaptação baseada em Fernandes, 2010

É necessário mais do que ver a informação de forma sedimentada, *coisificada*, matéria. Seus usos e propósitos dizem muito a respeito de seus aspectos pragmáticos e da conotação social implícita na produção, uso e disseminação da informação. (MATHEUS, 2005, p. 162)

Certamente, também, o panorama histórico-científico contribuiu para a transformação de cenários e noções de informação, assim como a emergência de novos estudos e áreas que se conectassem interdisciplinarmente com a Ciência da Informação.

Capurro argumenta em torno dos paradigmas da Ciência da Informação pontuando que os objetos deste campo sofreram *alargamentos* ao longo do tempo. Com uma ideia de complementaridade, os interesses em torno do objeto deslocam-se dos sistemas físicos, da mecanização, para o indivíduo e então para a sociedade. (MATHEUS, 2005, p. 153)

Lado a lado com esse *alargamento* de interesses, a interdisciplinaridade do campo de pesquisa sofre um visível incremento, juntamente com a consensualidade acerca de questões primais sobre o conceito ou as noções de informação e o objeto da CI.

3.2 REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO E ESTUDOS DE LINGUAGEM

A representação da informação é largamente abordada na Ciência da Informação e Biblioteconomia, especialmente por seu envolvimento e aporte de teorias como: a Teoria da Classificação Facetada - em que são apresentados princípios para a estruturação hierárquica de conceitos, permitindo contemplar a complexidade dos assuntos e pontos de vista específicos de cada unidade de informação, além de conferir flexibilidade às combinações terminológicas; a Teoria do Conceito, que propõe que *conceito* é o conjunto de enunciados verdadeiros sobre um determinado objeto, onde cada um destes enunciados pode ser considerado uma característica e onde se pode considerar que há relação entre conceitos, desde que haja semelhanças entre suas características; e a Teoria Geral da Terminologia, cuja principal contribuição vai além da simples identificação de termos, buscando “*a validação social das escolhas de forma e conteúdo, como expressão pragmática da observação das comunidades de uso*” (LARA, 2008). É importante ressaltar que a construção de linguagens para sistemas de informação busca referências nas áreas de atuação ou domínios, permitindo que a linguagem torne-se um instrumento efetivo de comunicação dentro de tais sistemas. Resumidamente, a representação da informação consiste em analisar o assunto de um documento e representá-lo ou transformá-lo em uma expressão linguística, além de atribuir conceitos ao objeto de análise. É a sumarização de um conteúdo extenso, a fim de transformá-lo em um signo simplificado e intenso - no que diz respeito ao seu significado. A representação é um processo comunicativo com vistas à organização do conhecimento e recuperação da informação. Vale ressaltar, porém, que as articulações da Arquivologia com teorias da Comunicação, do campo da Linguística e da Ciência da Informação que abordem essa dimensão comunicacional ainda são escassas.

CAMPOS (1995) afirma que a problemática de definição terminológica atinge não somente a categoria de profissionais especializados no tratamento de documentação, mas que tem uma abrangência muito mais larga, pois a informação e a conceituação para fins de comunicação encontra-se presente em uma extensa diversidade de áreas do conhecimento.

A linguagem funciona como mediadora para a construção e representação do saber e, desta forma, pode ser considerada uma ferramenta comunicacional, encontrando-se em todas as instâncias do pensamento, do conhecimento, da compreensão humana - repercute no comportamento do indivíduo e nos condicionamentos sociais.

Quanto à concepção da linguagem como “chave” do homem e da história social, como via de acesso às leis do funcionamento da sociedade, essa talvez constitua uma das mais importantes características de nossa época. Pois trata-se realmente de um fenômeno novo: a linguagem, cuja prática o homem sempre dominou - que constitui um todo com o homem e a sociedade, aos quais está intimamente ligada -, essa linguagem, agora mais do que em qualquer momento da história, é isolada e como que colocada à distância para ser captada enquanto objecto de conhecimento particular, susceptível de nos dar acesso não apenas às leis do seu próprio funcionamento, mas também a tudo que releva da ordem social. (KRISTEVA, 1999, p. 13)

Pode-se dizer que a informação assume uma representação social, ou seja, não se observa a realidade em si, apenas uma representação dela – o que é defendido são ideias que sustentam hipóteses e têm relação com a compreensão que se faz das coisas em um determinado contexto social.

A contribuição linguística influiu intensa e diretamente na constituição do rigor metodológico das ciências humanas, tendo sido a primeira - entre elas - a se constituir como ciência no final do século XVIII, com objeto e método bem definidos (BIZZOCCHI, 2000, p.38). A origem dos pensamentos e indagações acerca da linguagem e sua função remete à Antiguidade, ao próprio pensamento filosófico, à noção de origem e constituição do ser e, sem dúvidas, à ideia de que o conhecimento da verdade parte de suas formas de representação. Neste sentido, a associação da linguagem a representações - da verdade, do pensamento, do conhecimento, do comportamento - permeia não somente os estudos linguísticos, mas a materialização - através do discurso - e a constituição e organização do conhecimento científico em si.

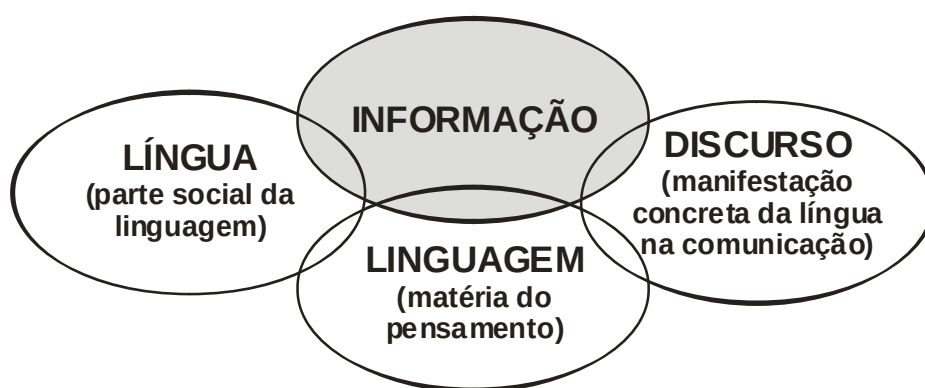
[...] esta materialidade enunciada, escrita ou gesticulada produz e exprime (isto é, comunica) aquilo a que chamamos um pensamento. Quer dizer que a linguagem é simultaneamente o único modo de ser do pensamento, a sua realidade e a sua realização.

[...] Se a linguagem é a matéria do pensamento, é também o próprio elemento da comunicação social. (KRISTEVA, 1999, p. 17-18)

Desta forma, pode-se afirmar que a linguagem funciona como processo de construção e representação de significado, cujo objetivo é informar, comunicar, fazer compreender a partir da perspectiva do comunicador - produtor de significado - em relação ao outro, ao mundo e a si mesmo, tendo a língua como seu elemento social e o discurso como concretização da manifestação da língua nos processos comunicacionais. (KRISTEVA, 1999)

Podemos assim inserir, sem receio, a informação neste esquema de linguagem, como elemento que permeia o domínio em suas representações:

Figura 6 - Informação, linguagem, língua e discurso.



Fonte: elaboração própria.

Os estudos linguísticos passaram por movimentos distintos ao longo do século XX: o Estruturalismo, a Gramática Gerativo-transformacional e a Análise do Discurso.

A abordagem estruturalista de Saussure ressalta a língua como um sistema de formas onde o valor de cada elemento está relacionado à sua posição - e sua função - dentro desse sistema, e não em si mesmo. Seu valor é explicitado através de suas relações de semelhanças e diferenças com os demais elementos do mesmo sistema, permitindo identificá-los todos.

Para Saussure, não interessava a relação das formas da língua com os objetos do mundo ou até mesmo com o pensamento - interessava tão somente a relação do linguístico com o linguístico. Vale ressaltar que o estruturalismo convergiu para diferentes direções ao longo do tempo, inclusive para caminhos que incluíam no linguístico o sujeito, como também caminhos onde a dimensão comunicacional proposta por Jakobson - que teve grande repercussão no Brasil - trilhou diálogos com a antropologia e a teoria da informação.

O segundo movimento fundamental dos estudos de linguagem - a Gramática Gerativotransformacional - se dá nos anos 50, com o esgotamento do Estruturalismo, a partir

da perspectiva do norte-americano Noah Chomsky. O autor tenta relacionar a linguagem com a questão da expressão do pensamento, colocando como central a perspectiva sintática, onde a biologia influi na competência de falar, excluindo-se a dimensão historicista da questão.

A Análise do Discurso - terceiro grande movimento da história dos estudos de linguagem - pensa o vínculo exterior e o linguístico como um movimento histórico e constitutivo. Esse movimento se inicia no final da década de 60 e possui como representantes Foulcault (com uma abordagem filosófica atrelada ao estudo histórico) e Pêcheux (posicionando-se em favor do discurso como objeto linguístico e histórico deste estudo). Estas perspectivas trouxeram de volta a linguagem para o cerne das questões das ciências humanas, onde “a historicidade não está na análise do discurso definida pelo tempo, enquanto dimensão do mundo, mas por uma especificidade determinada pela ideologia, por uma materialidade sócio-histórica.” (GUIMARÃES, 2001)

McGarry aponta que a informação deve ser organizada e ter um veículo de comunicação, que por sua vez precisa de um atributo essencial para ser compreendido pelo receptor, fazendo com que esse seja capaz de distingui-lo dos outros fenômenos ao redor. O autor define três classes de veículos para a transmissão de informações: sinais, símbolos e signos (McGarry, 1999).

Você usa sinais ao dirigir o carro. Sinaliza que o momento e o local para determinada ação estão próximos. Rigorosamente falando, o sinal é uma forma de signo que enfatiza a necessidade de que será seguido por algum tipo de ação, e que requer algum tipo de reação do receptor.

[...]

O signo é um indício físico da presença imediata da coisa ou evento que representa. A fumaça é indício de fogo; a queda do barômetro indica que o tempo piorou; e as faces coradas são indício de embaraço.

[...]

Os símbolos são um tipo especial de signo: representam um objeto, ideia ou evento; mas a intenção é causar o mesmo tipo de reação emocional, como se o que representam estivesse presente. (McGARRY, 1999)

Essas representações transmitem significados intrínsecos e dependem de regras lógicas pautadas na cultura e na comunicação para sua criação e transferência.

A linguagem é um sistema; uma rede de relações definidas comparável à nossa orquestra. É um sistema de signos e símbolos, orais e escritos, usados por membros de uma sociedade de maneira relativamente uniforme de modo a evocar significado. (McGARRY, 1999)

3.3 LINGUAGENS DOCUMENTÁRIAS, LINGUÍSTICA DOCUMENTÁRIA E INFORMATIVIDADE

É justo afirmar que a intensificação da preocupação acerca do tratamento e a representação da informação para fins de recuperação e disseminação culminou em questionamentos e estudos para atender a essas demandas informacionais. Os estudos e a formação de um campo que abordasse as linguagens documentárias emergem a partir das próprias preocupações da Ciência da Informação em relação a questões de organização e recuperação da informação. Assim, a partir dessas ideias, foi proposta a criação de uma subárea que contemplasse e se aprofundasse nos estudos sobre a representação da informação, sobretudo acerca das questões de linguagem imbricadas nessa proposta, a fim de que se compreendesse e desse conta de seu processamento, circulação e acesso. Surge então a Linguística Documentária, cuja motivação:

[...] relaciona-se ao atendimento às necessidades informacionais provenientes, hoje, da crescente complexidade a que se submete a sociedade. Tomando a atividade documentária como gênero de prática social, os produtos documentários apresentam a informação como resultado de organização, mediando a produção e a demanda. Para dar conta dos problemas que tal atividade propõe, a Linguística Documentária se desenvolve principalmente a partir da apropriação dos conceitos da Linguística Estrutural, da Semiótica, da Terminologia e da Lógica Formal. Essa apropriação se faz de modo coordenado, não se propondo apenas como uma junção, o que permite definir o campo através da interdisciplinaridade que lhe é inerente. (TÁLAMO; LARA, 2006, p. 207)

O conceito de Linguagem Documentária passou por diversas transformações ao longo do tempo e, em meados dos anos 80, surge no Brasil o grupo Temma, representante dos estudos brasileiros sobre a temática, formado principalmente por pesquisadores e professores do Departamento de Biblioteconomia e Documentação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo e de pesquisadores da UNESP Marília.

O trabalho deste grupo - coordenado pela professora Johanna W. Smit - culminou em uma série de trabalhos organizados posteriormente no livro *Análise documentária: a análise da síntese*. (VOGEL, 2007)

VOGEL aponta alguns conceitos de Linguagem Documentária a partir das ideias de diversos autores reunidos no trabalho de Smit:

[...] as Linguagens Documentárias são linguagens artificiais ou linguagens de indexação, que visam “ao controle do vocabulário e à padronização da linguagem no processo de busca” (1988, p.89), e preocupam-se com a transmissão do conteúdo dos documentos. Os termos dessa linguagem não teriam “em primeiro plano, o compromisso de serem fiéis à linguagem do usuário” (idem, p. 103), mas uma fidelidade com o vocabulário especializado. (GUIMARÃES apud VOGEL, 2007)

[...] As LD's são tradicionalmente denominadas instrumentos comutadores ou de conversão, uma vez que permitem representar a informação presente numa determinada forma linguística em outra forma, dita documentária. [...] Assim as linguagens documentárias não deveriam ser vistas apenas como denominações, mas a partir do conceito de **representação**, permitindo a separação do processo de elaboração das Linguagens Documentárias do processo de análise de textos com fins documentários (LARA apud VOGEL, 2007, grifo nosso). A autora, em sua dissertação de mestrado, propõe observar outros aspectos das Linguagens Documentárias, como destacamos a seguir: a identificação das Linguagens Documentárias com “sistemas de informação, com a função de normalizar os conceitos de área, controlar seu uso e viabilizar a interface documentação-usuário” (VOGEL, 2007)

A Linguística Documentária, por sua vez, se desenvolve no seio da Ciência da Informação e representa uma área que se debruça sobre questões relativas às linguagens documentárias, no que diz respeito a sua característica de ser uma linguagem específica inscrita na linguagem geral (LARA; TÁLAMO, 2007). Para García Gutiérrez (1998), os problemas que se referem à informação são oriundos de problemas de linguagem e necessitam de soluções baseadas em interlocuções com áreas que tratem amplamente das questões relacionadas à temática.

Para identifica-los e enunciar-los adequadamente há de se reconhecer o âmbito da origem dos mesmos através do estabelecimento dos vértices do sistema linguístico documentário. Buscam-se então, para isso, os fundamentos nas ciências da linguagem mobilizando conhecimentos da linguística, da terminologia, da semântica, da gramática aplicada à gestão da informação, como em campos relacionados, como a análise do discurso, a análise do conteúdo e, de modo geral, as ciências cognitivas. (GARCÍA GUTIERREZ, 1998)

A afirmação de Tálamo (1994) de que o processo de difusão informacional depende da sistematização de uma linguagem específica para atender a uma necessidade de informação produtor-usuário vai de encontro à problemática da representação da informação na Arquivologia, especialmente em relação à classificação de documentos, pois segundo a autora “estas hipóteses têm a função de determinar as demandas informacionais, constituídas através de variáveis como: instituição, área de conhecimento em estoque, tipo de atividade e segmentos sociais envolvidos”. (TÁLAMO, 1994)

Outro ponto crucial para a discussão da importância dos estudos da Linguística Documentária para a representação da informação é a questão da análise de domínio.

[...] é uma abordagem teórica de Ciência da Informação (CI) que afirma que a melhor forma de compreender as informações na ciência da informação é estudar as áreas de conhecimento como “comunidades de discurso”, que são parte da divisão da sociedade do trabalho. Organização do conhecimento,

estrutura, padrões de cooperação, linguagem e formas de comunicação, sistemas de informação e critérios de relevância são reflexões dos objetos do trabalho dessas comunidades e do seu papel na sociedade. A psicologia, o conhecimento, a necessidade de informação e critérios subjetivos de relevância devem ser vistos nesta perspectiva. (HJØRLAND; ALBRECHTSEN, 1995, P.400)

A articulação da Linguística Documentária com a Terminologia também rendeu resultados positivos a partir de um diálogo colaborativo que trouxe à tona excelentes contribuições da Terminologia para a Ciência da Informação, contribuição que explicita que a relevância da Terminologia vai além da simples identificação terminológica: (LARA, 2008).

A principal contribuição da Terminologia, porém, não é a identificação de termos em si, mas a validação social das escolhas de forma e de conteúdo, como expressão pragmática da observação dos discursos das comunidades de uso. Exemplo disso é o aperfeiçoamento das bases para a construção de linguagens dos sistemas informacionais (sistemas de classificação, tesouros, arquitetura da informação) que ganham novo patamar ao substituir procedimentos aleatórios de constituição dos vocabulários, por outros baseados em referências concretas dos domínios e áreas de atividade. Investe-se, via Terminologia, nas embreagens para a interpretação, permitindo que a linguagem dos sistemas informacionais exerça mais convenientemente seu papel de veículo para a comunicação, interpretação e recuperação. (LARA, 2008)

Percebe-se, então, que a Terminologia desempenha um papel fundamental para os estudos da Linguística Documentária, em articulação com a análise de domínio: baseia-se na observação dos discursos das áreas a fim de transformar o conhecimento em uma estrutura nocional, ao passo que as linguagens documentárias transformam informações em modelos de representação para integrar sistemas informacionais (LARA; TÁLAMO, 2007). Desse modo, a partir das observações sobre as interações entre saberes que discorrem sobre a temática da representação da informação e da elaboração de linguagens documentárias, fica evidenciado que tais abordagens estão muito mais próximas e evidentes nos interesses de estudos da Ciência da Informação. A Arquivologia, por sua vez, ainda se integra tenuemente com esses saberes, sem articular um diálogo mais aprofundado em relação à aplicação da representação da informação no contexto arquivístico, apesar de haver a disponibilização de disciplinas nas grades curriculares dos cursos de Arquivologia que tratam da temática da representação da informação e de estudos provenientes da Linguística Documentária. Este assunto será abordado no capítulo 4, com base no mapeamento realizado por Marques (2012) sobre a evolução da estrutura curricular dos cursos de Arquivologia no Brasil.

4 INTERDISCIPLINARIDADE E COLABORAÇÃO CIENTÍFICA: ARQUIVOLOGIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Fundamental para a compreensão do valor e da aplicabilidade da interdisciplinaridade é, antes de tudo, o entendimento acerca do que é *disciplina* e assimilar as possibilidades de interação entre disciplinas. As disciplinas constituem-se de uma grade peculiar de conhecimentos com características essenciais acerca do plano de ensino, da elaboração de métodos, matérias e seus mecanismos. Japiassu define disciplina como ciência e a disciplinaridade, por sua vez, seria o modo de exploração deste universo científico. Pombo (1993) também ressalta que é possível usar o termo *disciplina* no mesmo sentido que *ciência*, e elenca sete critérios que permitem a distinção entre disciplinas: “1) o domínio material ou objeto de estudo; 2) o conjunto possível de fenômenos observáveis; 3) o nível de integração teórica; 4) os métodos; 5) os instrumentos de análise; 6) as aplicações práticas; e 7) as contingências históricas”.

É importante reconhecer que as disciplinas articulam-se e que tais articulações podem ser estabelecidas através de relações multi, pluri, inter e transdisciplinares. As disciplinas podem se relacionar de formas distintas, havendo, para cada modo de relação, um determinado nível de cooperação (JAPIASSU, 1976). Este trabalho baseia-se especificamente na forma de interação interdisciplinar, focando no caráter cooperativo, recíproco e transformador deste modo de articulação. Enquanto “*a interdisciplinaridade caracteriza-se pela intensidade das trocas entre os especialistas e pelo grau de integração real das disciplinas no interior de um mesmo projeto de pesquisa*” (JAPIASSU, 1976), as relações multi e pluridisciplinares implicam na justaposição de conhecimentos de um mesmo nível hierárquico em torno de um determinado objeto sem que necessariamente haja alguma forma de integração entre as disciplinas. A multidisciplinaridade consiste na absorção de informações de diversas disciplinas para a análise de um mesmo objeto, sem que haja conexão colaborativa direta entre elas, ou seja, sem que uma influencie ou transforme a outra em algum nível. Já na relação pluridisciplinar está implicada a mesma justaposição de disciplinas, sendo, que neste caso, não são desprovidas de similaridades e relações, embora não haja evidência de coordenação ou cooperação. Tanto na multidisciplinaridade como na pluridisciplinaridade, cada disciplina faz uso de sua metodologia e teoria, sem que haja transformações ou integração de resultados, e também sem que haja a exploração de alguma forma de articulação entre elas.

Figura 7: Relação multidisciplinar – conhecimentos no mesmo nível hierárquico, sem evidência de conexões entre os domínios.



Fonte: Japiassu, baseado em Jantsch.

Figura 8: Relação pluridisciplinar – conhecimentos no mesmo nível hierárquico com a presença de algum nível de interação entre os domínios.

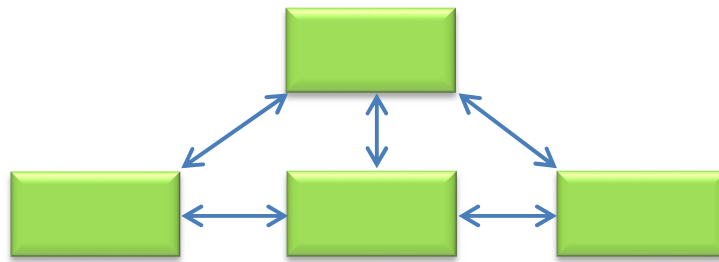


Fonte: Japiassu, baseado em Jantsch.

A interdisciplinaridade pressupõe a existência de um nível hierárquico superior que coordene as ações das disciplinas, promovendo o diálogo e a cooperação. Neste caso, há a adoção de uma perspectiva teórico-metodológica comum para as disciplinas envolvidas. A interação interdisciplinar exige mutualidade, fazendo com que cada disciplina ultrapasse suas fronteiras e a dureza de seus núcleos de especialidade e explore a porosidade de seus extremos a procura de trocas e contribuições que possibilitem uma formação cada vez mais ampla e menos fragmentada. Japiassu (1976, p.29) aponta a interdisciplinaridade como “*uma exigência interna das ciências [humanas], como uma necessidade para uma melhor inteligência da realidade que elas nos fazem conhecer*”. Para o autor, as hiperespecializações devem ceder espaço às relações colaborativas, em prol de um espectro de maior abrangência dos conhecimentos em detrimento à fragmentação do espaço científico e epistemológico. (JAPIASSU, 1976, p.40)

[...] o espírito de concorrência e de propriedade epistemológica entre os pesquisadores devem ceder lugar ao trabalho em comum em busca de interação, ente duas ou mais disciplinas, de seus conceitos diretrizes, de sua metodologia, de sua epistemologia, de seus procedimentos, de seus dados, bem como da organização da pesquisa e do ensino que dela possa decorrer. (JAPIASSU, 1976, p.32)

Figura 9: Relação interdisciplinar – existência de um nível hierárquico superior. Reciprocidade nas interações.

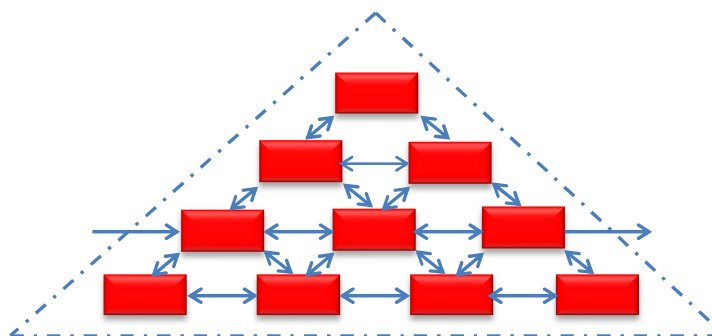


Fonte: Japiassu, baseado em Jantsch.

Para Japiassu (1976, p.30), o crescente número de especializações culmina “*numa fragmentação crescente do horizonte epistemológico*”, limitando a possibilidade de crescimento das áreas a partir de redes de colaboração entre saberes. Ao invés de as sociedades científicas buscarem a formação cada vez maior de hiperespecialistas, o autor acredita que a formação polivalente dos indivíduos corrobora para a promoção de profissionais mais aptos, mais preparados e com visão menos parcial de suas próprias áreas de conhecimento.

Ainda nessa base de integração e coordenação entre saberes, há uma proposta mais ampla e relativamente mais recente no campo das relações entre as disciplinas, que Japiassu define como um tipo de coordenação entre todas as disciplinas e diversos sistemas de interdisciplinas. Representa um nível de integração além da interdisciplinaridade, onde não há fronteira entre as disciplinas. Esta forma de integração parte do princípio de que todos os saberes têm a mesma importância, e busca sentido através das relações entre as diversas áreas.

Figura 10: Relação transdisciplinar.



Fonte: Japiassu, baseado em Jantsch.

A fragmentação do saber enfraquece a visão do todo, fazendo com que o conhecimento faça sentido apenas dentro das áreas de especialização, promovendo uma espécie de desconexão com o mundo real (JAPIASSU, 1976). Segundo Japiassu, a interdisciplinaridade passa a ser uma demanda não apenas científica, mas também social. O autor alerta para a necessidade de que os saberes estabeleçam conexões que efetivamente ultrapassem apenas os diálogos, que ultrapassem suas delimitações e se abram às interações reais.

A Ciência da Informação se estabelece como área essencialmente interdisciplinar (PINHEIRO, 1997) e evidencia em seu discurso os diálogos e as áreas de interseção – consensualmente a Biblioteconomia, a Ciência Cognitiva, a Linguística, a Comunicação e a Ciência da Computação. Segundo Fonseca (2005), porém, existe uma espécie de omissão no que diz respeito ao estabelecimento de laços interdisciplinares entre a Ciência da Informação e a Arquivologia, por parte das duas áreas: “a falta de percepção das relações interdisciplinares entre essas duas áreas do conhecimento é instigante, na medida em que tais relações parecem bastante óbvias quando se identifica a informação como elemento central do conjunto de objetos de que ambas se ocupam. (FONSECA, 2005, p.9)

A autora ressalta que a interdisciplinaridade ainda não é muito explorada pela disciplina arquivística, e que precisaria fortalecer seus diálogos com outras áreas para desenvolver suas questões.

É importante ressaltar que a perspectiva da autora em relação ao estabelecimento de laços interdisciplinares entre as duas áreas não é consensual. Tognoli e Guimarães afirmam haver um diálogo entre a CI e a Arquivologia (além da Biblioteconomia e da Museologia) por conta da configuração de seus objetos.

A Ciência da Informação (CI) encontra em seu objeto de estudo um espaço de interlocução com as outras áreas do conhecimento. A informação registrada é o elemento responsável por dar a ela um caráter interdisciplinar por natureza.

Nesse contexto, a CI está relacionada diretamente às outras áreas da documentação, como a Arquivística, a Biblioteconomia e até mesmo a Museologia. (TOGNOLI; GUIMARÃES, 2010)

Ainda sobre a falta de consensualidade sobre as relações entre Arquivologia e a Ciência da Informação, Marques e Rodrigues (2007) ressaltam as divergências existentes a partir do ponto de vista de alguns autores:

As relações entre a **Arquivística** e a **Ciência da Informação**, apesar de bastante próximas, não têm uma concepção consensual por parte dos estudiosos das duas áreas, sobretudo quando consideradas no âmbito da

interdisciplinaridade. Silva et al (1999) e Mariz (2004), por exemplo, concebem-nas sob o enfoque sistêmico dos arquivos; Jardim e Fonseca (1995) constataam uma frágil interação entre as duas disciplinas, apontando relações mais voltadas para a pluridisciplinaridade; Pinheiro destaca que as relações interdisciplinares estabelecidas entre a Arquivística e a Ciência da Informação resultam de um “equivoco entre interdisciplinaridade e aplicações” (1999, p. 174-175)¹²; Gagnon-Arguin (1992) recorre à concepção da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), para reforçar as relações entre a Ciência da Informação, a Biblioteconomia e a Arquivística, sob o enfoque do objeto comum das três áreas – a informação registrada. Nessa mesma perspectiva, Rodrigues (2006) mapeia os esforços dessa instituição, ao longo do tempo, para a aproximação e possível harmonização dessas áreas. (MARQUES, RODRIGUES, 2007)

Se a forma de interação define os níveis de colaboração, é necessário repensar se o modo como se desenvolve este diálogo entre a CI e Arquivologia não se enquadra no plano pluridisciplinar – com algumas convergências – ou se há uma prática interdisciplinar efetiva nessas interações.

O fato de se ressaltar uma possível dificuldade de interação entre as áreas pode ser compreendido a partir da tradição da disciplina arquivística, que em seus grandes momentos privilegiou os aspectos do objeto e os questionamentos advindos de suas relações com a História, a Diplomática, a Administração e o Direito, com um pensamento custodial muito forte. As articulações em seu entorno estão historicamente ligadas a sua materialidade, e suas reflexões muito pautadas em manuais e procedimentos técnicos, sendo que o pensamento pós-custodial e integrado é relativamente recente, assim como sua integração com as tecnologias, o que desenha um novo horizonte epistemológico [ainda em formação] para a Arquivologia.

Como visto anteriormente, a questão acerca do objeto não é consensual e ainda depende de ampliações do diálogo arquivístico em diversas direções. Tais diálogos começam a se estabelecer lentamente, em um contexto em que a informação começa a tomar corpo e fazer sentido enquanto objeto da Arquivologia, sem que seja abandonada a importância da dimensão do documento. Segundo Tognoli e Guimarães (2010), a Arquivologia admite “ter a informação como objeto de estudo a partir do final da década de 1980”. É importante considerar a abordagem dos autores, pois eles tratam o objeto da Arquivologia como informação registrada, considerando ainda a importância do registro no dimensionamento do objeto. Essa visão retoma a perspectiva da tridimensionalidade do objeto arquivístico proposta por Heredia Herrera (1992). Tognoli e Guimarães (2010) ressaltam ainda que a Ciência da Informação também precisa considerar a tangibilidade da informação para que esta possa ser tratada e recuperada.

Vale ressaltar que a aproximação da Arquivologia com as disciplinas que também interagem com a Ciência da Informação representam um incremento para a arquivística, uma vez que tais diálogos colaborativos têm um amplo caráter integrador e transformador, incentivando que o objeto seja visto a partir de perspectivas diversas e marginais, explorando a porosidade das extremidades da área na medida em que se liberta da dureza de um núcleo de princípios que governam a disciplina.

4.1 ENSINO DE ARQUIVOLOGIA NO BRASIL: EIXOS TEMÁTICOS DE DIÁLOGO ENTRE ARQUIVOLOGIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO NOS NOVOS CURRÍCULOS

O ensino de Arquivologia no Brasil não nasceu em uma universidade, tendo sua origem no Arquivo Nacional com o Curso Permanente de Arquivos – CPA, criado para atender a demanda de formação de pessoal para atuar na instituição, já funcionando com regularidade na década de 1960. (MARQUES, 2012)

Com a autorização de criação de cursos de Arquivologia no Brasil pelo Conselho Federal de Educação em 1972, o curso do AN passa a ter mandato universitário no ano seguinte, sendo transferido para a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), então Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro (FEFIERJ), em 1977.

O currículo mínimo entrou em vigor em 1974 e foi utilizado sem grandes alterações na Unirio até 1996 por conta das orientações estabelecidas pelo Conselho Federal de Educação, que restringia maiores implementações. Até então, o foco do currículo tinha uma orientação essencialmente técnica e voltada para documentação permanente.

O primeiro momento da institucionalização do ensino de Arquivologia no Brasil atende a demandas específicas da formação técnica do AN. Naquele momento, era perceptível o diálogo interdisciplinar com áreas como a História, o Direito, a Administração e a Diplomática, muito focado no caráter historicista da disciplina (MARIZ, 2012).

A criação de novos cursos de Arquivologia em um cenário de emergência de questionamentos que apontavam a necessidade de intensificação dos diálogos com a área tecnológica culminou na inserção de disciplinas que tratassem da articulação das questões arquivísticas com as tecnologias de informação e comunicação – TICs, por conta de uma mudança de perspectiva que geraria discussões acerca do objeto. Do mesmo modo, o alargamento curricular proporcionou a inserção de diversas disciplinas oriundas ou de

fronteira com a Ciência da Informação, assim como uma preocupação com a pesquisa, que não era considerada no currículo básico proposto pelo CFE.

Marques (2012) faz a análise curricular dos cursos de Arquivologia criados até o ano de 2011 no Brasil, apontando a última revisão de cada um, as disciplinas específicas da área arquivística presentes no currículo dos cursos, uma classificação temática dessas disciplinas elaborada pela própria autora e, por fim, um quadro dispondo as disciplinas de “fronteira com as áreas da informação” (MARQUES, 2012) em cada um dos cursos.

A partir da observação do quadro elaborado por Marques (2012), nota-se que onze entre quinze cursos analisados têm em sua grade disciplinas relacionadas com a questão da representação da informação, o que significa aproximadamente 74% do total dos cursos analisados.

Figura 11 - Quadro de disciplinas curriculares de fronteira com as áreas de informação nos cursos de Arquivologia no Brasil

Universidade	Disciplinas de fronteira com as áreas da informação
UNIRIO	Cultura histórica e documento; Introdução à Ciência da Informação; Estatística aplicada a processos técnicos documentais.
UFSM	Informação e Linguagens Documentárias.
UFF	Fundamentos teóricos em informação; Ética e informação; Normas e padrões para o tratamento e a recuperação da informação; Análise de documentos; Análise documentária e recuperação da informação; Linguagens documentárias notacionais; Laboratório de linguagem documentária verbal; Preservação e conservação de acervos documentais; Reprodução de documentos; Tecnologias da informação; Representação da informação; Fontes de informação gerais e especializadas; Políticas informacionais; Gestão de unidades de informação; Aspectos legais dos processos informacionais; Serviços de referência e informação; Ação cultural em unidades de informação.
UnB	Controle bibliográfico; Informática documentária; Análise da informação; Estudo de usuários; Linguagens documentárias; Indexação; Catalogação.
UEL	Normalização documentária aplicada; Introdução às técnicas da informação aplicadas à Ciência da Informação; Análise documentária; Sociologia e informação.
UFBA	Administração de unidades de informação; Fundamentos da informação; Planejamento de unidades de informação.
UFRGS	Administração aplicada às Ciências da Informação; História dos registros humanos; Introdução às Ciências da Informação; Fundamentos da Ciência da Informação; Introdução aos estudos históricos aplicados à Ciência da Informação; Introdução à fotografia; Metodologia da pesquisa aplicada às Ciências da Informação.
UFES	Tecnologia da Informação; Conhecimento e linguagem; Representação temática; Sistema de gerenciamento de banco de dados aplicados à gestão de documentos.
UNESP	Introdução à Ciência da Informação; Análise documentária; Evolução dos suportes da informação; Métodos quantitativos em Ciências da Informação; Normalização documentária; Arquitetura da informação digital.
UEPB	Informação e sociedade; Representação da Informação; Fontes de informação gerais e especializadas; Tecnologias da informação.
UFPB	Estudo de usuário da informação; Ética da Informação; Fundamentos da Ciência da Informação; Gestão da informação e do conhecimento; Planejamento em unidades de informação; Preservação e conservação de unidades de informação; Representação e análise da informação; Tecnologia da informação; Informação, memória e sociedade; Marketing em unidades de informação; Organização, sistemas e métodos em unidades de informação; Pesquisa aplicada à Ciência da Informação.
FURG	Metodologia da pesquisa em Ciência da Informação; Estudo de uso e usuários da

	informação; Empreendedorismo e Ciência da Informação; Gestão de acervos; Marketing em Sistemas de Informação.
UFMG	Introdução à Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia; Fundamentos de organização da informação; Informática aplicada à Ciência da Informação; Cultura e informação; Fundamentos de Ciência da Informação; Gestão de unidades de informação; Análise de assunto; Linguagens de indexação; Usuários da informação; Planejamento em unidades e sistemas de informação; Bibliotecas, arquivos e museus digitais; Preservação do acervo; Competência informacional.
UFAM	Epistemologia da Ciência da Informação; Teoria da Administração em unidade de informação; Análise documentária; Planejamento de unidades de informação; Tecnologias da informação; Informação, memória e documento; Seminários de arquivos especiais e especializados.
UFSC	Recuperação da informação; Estudo de usuário da informação; Indexação; Políticas de informação; Fontes de informação; Gestão da informação e do conhecimento; Gestão estratégica em unidades de informação; Organização de unidades de informação; Informação para a empresa; Introdução à Ciência da Informação; Informetria.

Fonte: MARQUES, 2012

Apesar de todos os cursos disponibilizarem disciplinas que refletem eixos temáticos convergentes com a Ciência da Informação, nem todos disponibilizam disciplinas relacionadas com os estudos de representação da informação e linguagens documentárias.

De acordo com o mapeamento de Marques, é possível proceder à identificação de disciplinas que se enquadram no eixo temático focado na presente pesquisa. Nota-se que um número representativo (onze das quinze universidades analisadas) – Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade de Brasília (UnB), Universidade Estadual de Londrina (UEL), Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Universidade Estadual Paulista (UNESP), Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) - têm em suas grades disciplinas que versam sobre a questão da representação da informação e seus desdobramentos (Linguagens Documentárias; Análise documentária e recuperação da informação; Linguagens documentárias notacionais; Laboratório de linguagem documentária verbal; Representação da Informação; Indexação; Análise documentária; Representação temática; Representação e análise da informação; Análise de assunto; Linguagens de indexação).

O curso de Arquivologia da UFF lidera em número de disciplinas oferecidas acerca da temática, disponibilizando quatro: i) Análise documentária e recuperação da informação; ii) Linguagens documentárias notacionais; iii) Laboratório de linguagem documentária verbal; e iv) Representação da Informação.

No mapeamento realizado por Marques foram identificadas apenas quatro universidades não disponibilizam disciplinas que tratem especificamente do assunto:

Univerisdade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS e Fundação Universidade Federal do Rio Grande (FURG).

4.2 PESQUISA EM ARQUIVOLOGIA NO BRASIL – APRESENTAÇÃO NOS ANAIS DO ENANCIB

O objetivo desta pesquisa é investigar relações e diálogos entre a Arquivologia e a temática da representação da informação, focando nas abordagens da Linguística Documentária e nos estudos sobre linguagens documentárias, a fim de identificar e estabelecer as áreas de interseção e concentração destes diálogos, além dos aportes teóricos que subsidiam as funções arquivísticas relacionadas explicitamente com a questão da representação da informação – nesse caso, a Classificação de Documentos Arquivísticos, por ser a *função matricial* para a gestão documental.

Procedeu-se à pesquisa exploratória, com levantamento bibliográfico, documental e de dados, a fim de providenciar uma visão panorâmica da área arquivística, da Ciência da Informação, de suas relações e diálogos estabelecidos dentro da temática da representação da informação, e de que forma essas conexões se desdobram em efetivas transformações para a Arquivologia, uma vez que é disso que se trata a interdisciplinaridade: novas construções a partir do diálogo colaborativo interdisciplinas.

4.2.1 Procedimentos de coleta de dados

Para a construção do corpus de análise, foi considerado como universo de investigação as pesquisas apresentadas no GT2 do Enancib – Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, o principal evento de pesquisa na área no Brasil. O GT2 – Organização e Representação do Conhecimento, que também engloba a área arquivística e aborda

[...] teorias, metodologias e práticas relacionadas à organização e preservação de documentos e da informação, enquanto conhecimento registrado e socializado, em ambiências informacionais tais como: arquivos, museus, bibliotecas e congêneres. Compreende, também, os estudos relacionados aos processos, produtos e instrumentos de representação do conhecimento (aqui incluindo o uso das tecnologias da informação) e as relações inter e transdisciplinares neles verificadas, além de aspectos relacionados às políticas de organização e preservação da memória institucional. (ANCIB, 2012)

Em relação à interdisciplinaridade, vale ressaltar que a escolha do GT2 ocorreu em função de a interdisciplinaridade tratada nessa pesquisa ser do foco da organização e representação da informação, e não da interdisciplinaridade epistemológica da CI, o que implicaria também na inclusão ou escolha do GT1- Estudos Históricos e Epistemológicos da Ciência da Informação – para análise. Os Anais do Enancib disponibilizados no portal da ANCIB compreendem o período entre 2003 e 2009, intervalo que foi utilizado para proceder à análise. Os trabalhos de 2010 a 2012 estão listados, mas não estão disponíveis no sítio da ANCIB.

Foram escolhidos termos-referência para filtrar, a partir dos resumos ou dos textos integrais [em caso de ausência de resumo], trabalhos que versassem sobre a questão da representação da informação na Arquivologia, especialmente em relação à classificação de documentos. A lista dos textos apresentados e analisados encontra-se no ANEXO 1 desta pesquisa.

Os termos-chave para a elaboração do mapeamento foram: *acervo; arquivologia; arquivística; representação; linguagem; linguagens; documentação; documentária; documento; classificação; linguística; organização.*

Foram criadas três categorias principais a partir do eixo central de discussão dos trabalhos apresentados: i) *linguagens documentárias e representação da informação*; ii) *arquivística*; e iii) *outros*, abarcando todas as outras temáticas abordadas no GT2 (comunicação científica, bibliotecas digitais, informação e memória, entre outros).

Muitos trabalhos fazem a articulação entre teorias mencionadas nesta pesquisa e linguagens documentárias, mas não fazem a articulação com a classificação de documentos arquivísticos enquanto função da gestão de documentos cujo produto é o plano de classificação. Percebe-se que quando o eixo central de discussão é especificamente sobre linguagens documentárias e representação de informação, não há relação com a Arquivologia.

Em 2003 foram apresentados dezessete trabalhos no âmbito do GT2 do Enancib. Dos dezessete, onze versam sobre linguagens documentárias, Terminologia, instrumentos de representação da informação. Dentre os dez, nenhum se articula com a questão arquivística, sendo que todos foram feitos a partir do olhar da Ciência da Informação (oito) ou Biblioteconomia (três). Não há trabalho que verse sobre a temática arquivística nessa edição.

Figura 12 – Temas abordados nos trabalhos do GT2 do Enancib entre 2003 e 2009

ANO	TEMÁTICA GT2 - ENANCIB		
	Linguagens Documentárias e Representação da Informação	Arquivística	Outros
2003	11	0	6
2004	Não localizados no sítio da ANCIB	Não localizados no sítio da ANCIB	Não localizados no sítio da ANCIB
2005	10	2	13
2006	12	2	8
2007	20	1	25
2008	15	1	7
2009	14	2	5

Em 2005, do total de vinte e cinco trabalhos apresentados no GT2, dez também foram relacionados à representação da informação e elaboração de linguagens documentárias, todos no âmbito da Ciência da Informação. Apenas dois trabalhos versavam sobre questões arquivísticas (especificamente diplomática e arranjo fotográfico), mas também se articulavam com a temática da análise documentária. Os outros temas abordados foram bibliotecas digitais, bases de dados, preservação digital, informação e memória e comunicação científica.

No ano de 2006 foram apresentados vinte e dois trabalhos. Doze deles foram acerca da temática da representação da informação e linguagens documentárias produzidas dentro da perspectiva da Ciência da Informação e da Biblioteconomia. A Arquivologia foi representada por dois trabalhos sobre gênese de acumulação de documentos fotográficos e organização de acervo documental, respectivamente.

A edição de 2007 do Enancib teve quarenta e seis trabalhos apresentados no GT2, sendo vinte relativos à questão da representação da informação e de linguagens documentárias. Apenas um trabalho versava sobre a Arquivologia, com foco na questão da memória.

O GT2 do ano de 2008 contou com a apresentação de vinte e três trabalhos, dentre os quais quinze sobre representação da informação e linguagens documentárias, todos a partir da perspectiva da Ciência da Informação. O único trabalho que abordou questões da Arquivologia versou sobre a teoria arquivística e a articulação com a CI para organização e compartilhamento da informação e do conhecimento.

Finalizando a análise, a edição de 2009 do Enancib teve vinte e um trabalhos apresentados no GT2. Deste total, quatorze abordaram a temática da representação da

informação e de linguagens documentárias, a partir do olhar da Ciência da Informação e da Biblioteconomia. Foram apresentados dois trabalhos que abarcam a disciplina arquivística, abordando as temáticas imagem, memória e informação [em articulação com abordagens teóricas da Ciência da Informação] e Diplomática. Os outros cinco trabalhos versaram sobre temas diversos: bibliotecas digitais, bases de dados, formação profissional e memória e conhecimento.

4.2.2 Procedimentos de tratamento e análise de dados

Com o resultado do mapeamento foi realizada uma busca de apontamentos de abordagens teóricas, conceitos e linhas de pensamento dos trabalhos que tinham como foco a Arquivologia ou dos trabalhos que, mesmo que não explicitamente em seus resumos, abordssem a questão de acervos ou conjuntos documentais com caráter orgânico, a fim de identificar as áreas de interseção e os diálogos estabelecidos com outros campos disciplinares. Também foram analisadas as bibliografias dessas pesquisas, a fim de elaborar um quadro demonstrativo com as áreas de concentração destas relações e a incidência com que elas ocorrem. Dentro do intervalo analisado foram mapeados apenas oito trabalhos que colocavam em pauta a questão arquivística no GT2.

Figura 13 - Trabalhos analisados – conceitos, teorias, linhas de pensamento e áreas de concentração dos diálogos

Ano	Título	Conceitos, teorias, linhas de pensamento, abordagens	Análise bibliografia – áreas de concentração diálogos
2005	A CONTRIBUIÇÃO DO MÉTODO DIPLOMÁTICO E DA INDEXAÇÃO SISTEMÁTICA DE KAISER PARA A ANÁLISE DOCUMENTAL DE CONTEÚDO DE EMENTAS JURÍDICAS: UMA EXPERIMENTAÇÃO COM PROJETOS LEGISLATIVOS	ANÁLISE DOCUMENTÁRIA; ABORDAGEM TEMÁTICA DA INFORMAÇÃO; ANÁLISE DIPLOMÁTICA; REGISTRO; INFORMAÇÃO.	ARQUIVOLOGIA; DIPLOMÁTICA; BIBLIOTECONOMIA; CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO.
2005	A EFICÁCIA PROBATÓRIA DO DOCUMENTO COMO SUBSÍDIO À ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO JURÍDICO-DIGITAL: UMA REFLEXÃO ACERCA DOS AVANÇOS TEÓRICOS DA DIPLOMÁTICA	ANÁLISE DOCUMENTÁRIA, ANÁLISE DIPLOMÁTICA; PRESERVAÇÃO DIGITAL; REGISTRO; INFORMAÇÃO.	ARQUIVOLOGIA; DIPLOMÁTICA; BIBLIOTECONOMIA; CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO; FILOSOFIA; DIREITO; CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO.
2006	A GÊNESE DO ARQUIVO FOTOGRÁFICO DE LEME: UMA LEITURA INDICIÁRIA DA ACUMULAÇÃO	TEORIA DO ESTÁDIO DO ESPELHO; PARADIGMA INDICIÁRIO; LINGUAGEM; REGISTRO; INFORMAÇÃO.	ARQUIVOLOGIA; FILOSOFIA; SEMIÓTICA; HISTÓRIA; FOTOGRAFIA.

2006	REGISTRO, DOCUMENTAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES DO PROJETO ANHUMAS	O TRABALHO SE ASSEMELHA A UM RELATÓRIO DE PROJETO DE PESQUISA E TRATA PRIORITARIAMENTE DA QUESTÃO DA ORGANIZAÇÃO DO ACERVO PARA FINS DE ACESSO.	ARQUIVOLOGIA; CIÊNCIAS SOCIAIS.
2007	SOM, FOTO, FILME: INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DEPOSITÁRIAS DE DOCUMENTOS ESPECIAIS EM SALVADOR	TEORIA MARXIANA DA CONSCIÊNCIA; MEMÓRIA SOCIAL; ABORDAGEM DIALÉTICA MATERIALISTA HISTÓRICA; INFORMAÇÃO E ACESSO; TICs;	CIÊNCIAS SOCIAIS; FILOSOFIA; EDUCAÇÃO; CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO; CIÊNCIAS COGNITIVAS.
2008	ARQUIVOS: TRATAMENTO, RECUPERAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÃO – TRAJETÓRIA DE UM PROJETO	TEORIA DAS TRÊS IDADES; PRINCÍPIO DE RESPEITO AOS FUNDOS; INFORMAÇÃO; INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA; GESTÃO DE DOCUMENTOS.	ARQUIVOLOGIA; BIBLIOTECONOMIA; CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO; CIÊNCIAS SOCIAIS.
2009	ASPECTOS INFORMACIONAIS DO TRATAMENTO DE DOCUMENTOS FOTOGRÁFICOS TRADICIONAIS E DIGITAIS	PUNCTUM (BARTHES); TEORIA LITERÁRIA; ANÁLISE DOCUMENTÁRIA; TEORIA PEIRCEANA DOS SIGNOS.	CIÊNCIAS SOCIAIS; SEMIOLOGIA; FILOSOFIA; HISTÓRIA; FOTOGRAFIA.
2009	DIPLOMÁTICA CONTEMPORÂNEA COMO FUNDAMENTO METODOLÓGICO DA IDENTIFICAÇÃO DE TIPOLOGIA DOCUMENTAL EM ARQUIVOS	TEORIA DAS TRÊS IDADES; GESTÃO DE DOCUMENTOS; TEORIA DIPLOMÁTICA.	ARQUIVOLOGIA; DIPLOMÁTICA; BIBLIOTECONOMIA.

Três dos oito trabalhos resultantes do mapeamento aprofundam-se na questão da análise diplomática, sendo que dois apresentam diálogo com a Ciência da Informação, articulando uma interlocução com a análise documentária para fins de organização da informação. Vale ressaltar a importância desse diálogo para a questão da representação da informação, uma vez que a análise documentária tem por objetivo a organização para acesso e pressupõe não apenas a relevância do que é intrínseco aos documentos, mas também o que gira em torno da necessidade de produção documental, envolvendo usuário e produtor nesse processo (PINTO MOLINA, 1993).

Outros três trabalhos abordam a questão da representação a partir da associação dos aspectos comunicacionais e informacionais de documentos especiais (fotográficos, sonoros, filmográficos) com a Semiologia / Semiótica – que se debruçam sobre os fenômenos de significação de qualquer sistema sóico - e as Ciências Cognitivas.

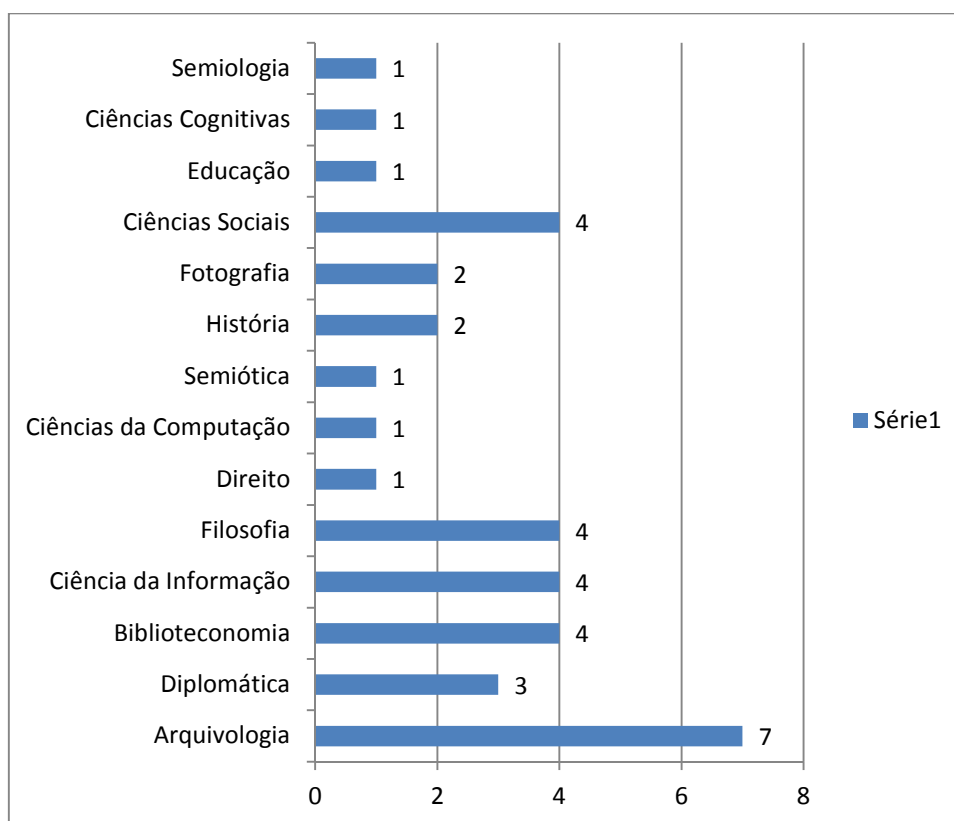
Os outros dois trabalhos que abordam o tema arquivístico giram em torno dos princípios norteadores da disciplina arquivística para a organização de documentos / informações, sendo que apenas um articula-se com a Ciência da Informação.

Considerando o resultado da análise dos trabalhos apresentados no GT2 do Enancib entre os anos de 2003 e 2009, percebe-se que a Arquivologia fez-se, no período analisado,

pouco presente no que diz respeito à produção científica no âmbito deste GT no evento temático de maior relevância no Brasil, havendo poucos trabalhos que reflitam suas relações e diálogos com teorias e abordagens advindas dos estudos de representação da informação, especialmente com as questões teóricas colocadas pela Ciência da Informação desenvolvidas no seio da Linguística Documentária. Não foram identificados trabalhos que abordassem ou articulassem a classificação de documentos com a temática da representação da informação, apenas ressaltando a importância da organização no processo de gestão para a recuperação e o acesso.

Sistematizando a interlocução da Arquivologia com áreas do conhecimento e a incidência desses diálogos a partir da análise bibliográfica dos trabalhos mapeados, desenha-se o seguinte quadro:

Figura 14 – Quadro de áreas que aparecem nas referências bibliográficas dos trabalhos analisados



Dos oito trabalhos apresentados que abordavam em alguma instância a área arquivística, sete apresentaram em suas referências bibliográficas textos da área; as áreas de Ciência da Informação, Filosofia, Biblioteconomia e Ciências Sociais aparecem em quatro trabalhos; a Diplomática aparece em três trabalhos; Fotografia e História em dois trabalhos; e

Semiologia, Ciências Cognitivas, Educação, Semiótica, Direito e Ciências da Computação aparecem, cada uma, em apenas um dos oito trabalhos analisados.

O fato de o diálogo com a Ciência da Informação aparecer em quatro dos oito trabalhos que aparecem no mapeamento não exclui a possibilidade de outros diálogos terem se estabelecido através da interlocução com a Ciência da Informação. É interessante observar, por exemplo, que o trabalho em que as Ciências Cognitivas são utilizadas como aporte teórico também apresenta diálogo com a CI. Não se exclui a hipótese de a aproximação ter se dado a partir do diálogo com as Ciências Sociais ou com a Filosofia, por exemplo, mas a aproximação da Ciência da Informação com abordagens cognitivas tende a levar a crer que esta articulação tenha origem na interlocução com a CI.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Arquivologia traz em seu discurso recente uma necessidade de se estabelecer cada vez mais interdisciplinarmente. Porém, a tradição empiricista da área ainda proporciona alguns entraves em relação ao desenvolvimento de seu arcabouço teórico-metodológico, refletindo, conseqüentemente, nas práticas.

A questão da representação da informação começa a crepitar questionamentos no campo arquivístico, especialmente por conta da utilização de ferramentas tecnológicas, das questões que envolvem a dimensão do objeto – e conseqüentemente das práticas – e da configuração social que a área vem tomando. Discussões sobre as problemáticas terminológicas e em relação à linguagem começam a emergir de forma sutil, sinalizando uma necessidade de buscar na Ciência da Informação, na Biblioteconomia, na Linguística e em outras áreas contribuições para novas reflexões e construções teóricas, moldadas e remodeladas a partir do objeto arquivístico.

No Brasil, a produção teórica sobre Classificação de Documentos ainda parece incipiente, estando a atividade ainda vinculada a elaboração de manuais práticos e modelos estruturados para elaboração de Planos de Classificação de documentos arquivísticos. Não se critica aqui a utilização de modelos, mas a falta de questionamento e pensamento crítico acerca da estruturação dos mesmos, assim como a escassez de interlocuções teóricas que possibilitem uma articulação transformadora entre teoria e prática. Não se afirma neste trabalho a inexistência de diálogos entre a Arquivologia e a Ciência da Informação – pelo contrário, fica claro que há pontos comuns e de convergência entre as áreas -, mas questiona-se em que grau esses diálogos são estabelecidos, e em que nível transformam o pensamento arquivístico e influenciam a produção científica e a práxis.

A necessidade de intensificação da pesquisa e de interlocuções com outros saberes é premente e, mesmo sendo evidente a importância da função Classificação para a gestão de documentos na Arquivologia, ainda há um longo caminho a ser percorrido para que essa atividade alcance um nível de aprofundamento teórico-metodológico que lhe confira rigor científico.

[...] há um espaço muito grande entre o reconhecimento de sua importância e o aprofundamento teórico sobre o tema.

Esse distanciamento somente poderá ser encurtado com o desenvolvimento de pesquisas. E nesse ponto, parte-se do pressuposto formulado pelo arquivista canadense Jean-Pierre Wallot, ex-presidente do Conselho Internacional de Arquivos, que sem a pesquisa, a Arquivística está condenada a permanecer como um corpo de práticas e de receitas sem

racionalidade científica. O fato de ser uma disciplina com finalidades pragmáticas a coloca em uma fronteira perigosa com o empirismo. É necessário, portanto, buscar uma fundamentação teórica para o tratamento da questão da classificação na Arquivística. (SOUSA, 2003, p.240)

A partir da perspectiva de Heredia Herrera (1992) sobre o objeto arquivístico, podemos sugerir que a informação arquivística registrada (ou o documento arquivístico) não é unidimensional, ou seja, apresenta facetas que deveriam ser analisadas independentemente e com mais rigor. Sugere-se, então, que a classificação abarque três instâncias do documento: i) instância *intradocumentária* – sobre o próprio conteúdo informacional; ii) instância *interdocumentária* – sobre as relações com as outras informações produzidas pelas entidades; e iii) instância *extradocumentária* – sobre as relações da informação com seu domínio de produção e o papel que ela desempenha nesse contexto. Deste modo, pode-se afirmar que os estudos sobre Terminologia, Teoria do Conceito e Análise de Domínio são imprescindíveis para a representação da informação registrada e orgânica dentro das comunidades discursivas, pois a comunicação é feita dentro de um contexto específico de produção e circulação de informação inerente a um ambiente informacional dotado de peculiaridades e com objetivos bem delineados. Assim, o objeto informacional passa a integrar de forma harmônica o meio, não destoando de suas características essenciais, dentre elas seus aspectos terminológicos, discursivos e informativos.

A evolução do campo e a perspectiva tecnológica na qual se configura a disciplina arquivística – ainda que com questões a serem resolvidas - demonstram uma necessidade de intensificação de diálogos com áreas diversas. Percebe-se que a dimensão comunicacional da Arquivologia precisa ser enfatizada para que sejam dispostas e aceitas contribuições fora de seu núcleo teórico, metodológico e conceitual, não no sentido de dispersão ou enfraquecimento de uma área que ainda busca um posicionamento como saber autônomo, mas no sentido agregador e colaborativista, uma vez que nenhum saber constrói-se apenas dentro de seu próprio núcleo.

A Arquivística situa-se no cruzamento de novos contextos culturais, dos novos modos de gestão e das novas tecnologias. Ela está na confluência de várias disciplinas: informática, ciências da informação, história, linguística, arqueologia, etnologia, etc.” (ROUSSEAU; COUTURE apud SOUSA, 2002, p.17)

A disciplina começa a trilhar um caminho para fora do centro da rigidez da especialização técnica e do senso comum para a porosidade e possibilidades que as margens oferecem. Percebe-se um esforço em tentar estabelecer um diálogo mais intenso com a

Ciência da Informação e outras disciplinas, como ficou evidenciado no levantamento curricular dos cursos de Arquivologia do Brasil elaborado por Marques (2012). Porém, a pouca representatividade da Arquivologia na produção científica do GT2 do Enancib – versando sobre a temática da organização e representação da informação – demonstra que esses diálogos ainda são incipientes. Pode-se questionar, por exemplo, a razão dessa baixa representatividade no tangente à especificidade desta temática, uma vez que a maior parte dos cursos de Arquivologia oferece disciplinas em suas grades curriculares que versam sobre a questão da representação da informação. Pode-se questionar, também, se a Arquivologia reconhece seu aspecto comunicacional e que os preceitos da Ciência da Informação, mais especificamente neste caso os do subcampo da linguística documentária, influenciam suas práticas finalísticas de representação de contextos produtivos e domínios a partir dos registros documentais ou informações registradas. Outro questionamento surge sobre a atividade de classificação de documentos: em relação à pesquisa, esta temática é considerada de relevância para a área? Considera-se, de fato, a importância do aprofundamento dos diálogos interdisciplinares e da associação dessas interlocuções com os princípios norteadores da disciplina arquivística para que a classificação passe de um *status* ativista para um *status* de práxis?

Não vemos como o papel desastroso do ensino “enfeudado” possa ser atenuado, a não ser que seja substituído por conjuntos interdisciplinares móveis, calcados numa pedagogia que tem por princípio fundamental a união estreita entre o ensino e a pesquisa tendo em vista a exploração e a resolução de problemas novos, dentro de um espírito em que o trabalho em equipe de pesquisadores “cooperantes” constitua a regra. (JAPIASSU, 1976, p.214)

Assim, a força motivadora deste trabalho, ao invés de identificar as interlocuções estabelecidas entre Arquivologia e disciplinas que se ocupam da representação da informação e das questões de linguagem relacionadas à temática, identificou mais outros questionamentos e necessidades de aprofundamentos de discussões no âmbito das possibilidades de interação.

Também ficou evidente, através dos enunciados teóricos da Ciência da Informação, que a área se debruça com propriedade no tema, explorando extensa e intensamente as abordagens de áreas como a Linguística, a Ciência Cognitiva, a Biblioteconomia e a Ciência da Computação, promovendo articulações engrandecedoras para a CI.

Percebe-se que, na mudança de perspectiva da disciplina arquivística, ainda muito pautada na pragmática e na reconfiguração de seu objeto, a Arquivologia tem na Ciência da Informação uma possibilidade de explorar as possibilidades de um campo capaz de conferir

rigor científico às suas práticas, através do estreitamento de uma relação disciplinar que ainda se comporta timidamente no âmbito da temática desta pesquisa.

Com o exposto, é possível identificar a necessidade de intensificar os diálogos da Arquivística com outros saberes e disciplinas, a fim de promover mais pesquisas e reconstruções teórico-metodológicas para o enriquecimento da Arquivologia enquanto campo científico, mais especificamente no âmbito dos estudos sobre organização e representação da informação, que é o foco deste estudo, com o intuito de fomentar uma articulação engrandecedora com suas práticas. Também vale ressaltar a necessidade de que estes diálogos sejam subsidiados pelos estudos já estabelecidos não apenas pela Ciência da Informação e pelos situados no âmbito da Linguística Documentária, mas inclusive com as áreas que se relacionam com a própria CI.

É preciso, pois, não somente reorientar todo o sistema educacional para uma superação das barreiras que impedem os futuros pesquisadores a livre passagem de um domínio do saber a outro, mas também descompartmentalizar sempre mais o próprio espírito do ensino e quebrar os “feudos epistemológicos” que restringem o horizonte mental e atrofiam as pesquisas inovadoras. (JAPIASSU, 1976, p.214)

Considerando a informação como entidade não-autônoma e inserida em um quadro de regras e objetivos, não-estaque e cercada por condições que favorecem determinados aspectos e peculiaridades, observa-se sua característica mutante e ao mesmo tempo transformadora, que evolui ao passo do homem, como elemento agente e também influenciado por suas conquistas, seus anseios, suas demandas e ações.

“A teoria sem a prática vira 'verbalismo', assim como a prática sem teoria, vira ativismo. No entanto, quando se une a prática com a teoria tem-se a práxis, a ação criadora e modificadora da realidade.”
Paulo Freire.

REFERÊNCIAS

BELKIN, N. J. Information concepts for information Science. **Journal of Documentation**, v.34, n.1, Mar. 1978.

BIOLCHINI, Jorge Calmon de Almeida. Semântica e cognição em bases de conhecimento: do vocabulário controlado à ontologia. **Datagrama Zero: Revista de Ciência da Informação**, v.2, n.5, 2001. Disponível em: < http://dgz.org.br/out01/F_I_art.htm > Acesso em: 25 jun. 2010.

BIZZOCCHI, Aldo. O fantástico mundo da linguagem. **Ciência Hoje**, v.28, n. 164, p.38-45, 2000.

BRASIL. Arquivo Nacional. Conselho Nacional de Arquivos. **Classificação, temporalidade e destinação de documentos de arquivo relativos às atividades-meio da administração pública**. Rio de Janeiro: 2001.

BUCKLAND, M. Information as a thing. **Journal of the American Society for Information Science (JASIS)**, v. 42, n. 5, p. 351-360, June. 1991. Disponível em: <<http://people.ischool.berkeley.edu/~buckland/thing.html>>. Acesso em: 7 jul. 2010.

BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CAMPOS, Maria Luiza Almeida. Perspectivas para o estudo da área de representação da informação. **Ciência da Informação**, v.25, n.2, 1995. Disponível em: < <http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/download/441/399> > Acesso em: 25 jun. 2011.

CAPURRO, R.. **Epistemologia e Ciência da Informação**. Disponível em: < http://www.capurro.de/enancib_p.htm >. Acesso em: 16 jun. 2011.

_____. **Foundations of information science: review and perspectives**. Disponível em: < <http://www.capurro.de/tampere91.htm> >. Acesso em: 27 ago. 2011.

CAPURRO, R; HJORLAND, B. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Brasília, v.12, n.1, p.148– 207, jan./abr.2007.

DODEBEI, V. L. D. **Tesouro: linguagem de representação da memória documentária**. Niterói: Intertexto; Rio de Janeiro: Interciência, 2002.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. Saussure, Chomsky, Pêcheux: a metáfora geométrica do dentro/fora da língua. **Linguagem & Ensino**, v. 2, n. 1, p. 123-137, 1999.

FULLER, S. **Social epistemology: science, technology and society**. Bloomington: Indiana University, 1988.

GARCÍA GUTIERREZ, A. Elementos de lingüística en sistemas de información y documentación. **Revista Latina de Comunicación Social**, La Laguna (Tenerife), n.7, jul.

1998. Disponível em: < <http://www.ull.es/publicaciones/latina/a/66ant.htm> > . Acesso em: 7 ago. 2012.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. As Ciências Sociais e as questões da informação. **Morpheus – Revista Eletrônica em Ciências Humanas**, ano 9, n.14, 2009.

GUIMARÃES, Eduardo. Os estudos sobre linguagens: uma história das ideias. **Revista ComCiência**, v. “Linguagem - cultura e transformação”, 2001. Disponível em: < <http://www.comciencia.br/reportagens/linguagem/ling14.htm> > Acesso em 14 jun. 2010.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves. Ciência da Informação, Arquivologia e Biblioteconomia: em busca do necessário diálogo entre o universo teórico e os fazes profissionais. In: GUIMARÃES, J.A.C; FUJITA, M.S.L. (Org.). **Ensino e pesquisa em biblioteconomia no Brasil: a emergência de um novo olhar**. Marília: Cultura Acadêmica e Fundepe, 2008. 33-43.

HEREDIA HERRERA, Antonia. Arquivos, documentos e informação. In: SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Cultura. Departamento de Patrimônio Histórico. **O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania**. São Paulo. 1992. p.113-120.

_____. **Que es un archivo?** Astúrias: Ediciones Trea, 2007.

HERNER, S. Brief history of Information Science. **Journal of the American Society of Information Science**, v. 35, n. 3, p.157-163, 1984.

HJØRLAND, Birger; ALBRECHTSEN, Hanne: Toward a New Horizon in Information Science: domain-analysis. **Journal of The American Society for Information Science – JASIS**, v.46, n.6, p.400-425, 1995.

INDOLFO, Ana C. Gestão de documentos: uma renovação epistemológica no universo da arquivologia. **Arquivistica.net**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 28-60, jul./dez. 2007.

JAPIASSU, Hilton. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1976.

_____. **Introdução ao pensamento epistemológico**. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1986.

_____. **O sonho transdisciplinar e as razões da filosofia**. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

JARDIM, José Maria. **Transparência e opacidade do Estado no Brasil: usos e desusos da informação governamental**. Niterói: EDUFF, 1999.

KNORR-CETINA, Karin. **Epistemic cultures: how the sciences make knowledge**. Cambridge, Massachussets: Harvard University Press, 1999.

KRISTEVA, J. **História da linguagem**. Lisboa: Edições 70, 1999.

LARA, Marilda Lopes Ginez de. Informação, informatividade e linguística documentária: alguns paralelos com as reflexões de Hjørland e Capurro. **DataGramaZero – Revista de**

Ciência da Informação, v.9, n.6, dez. 2008. Disponível em: < http://www.dgz.org.br/dez08/Art_01.htm > Acesso em: 8 maio 2012.

_____. Novas relações entre Terminologia e Ciência da Informação na perspectiva de um conceito contemporâneo da informação. **DataGramaZero – Revista de Ciência da Informação**, v.7, n.4, ago. 2006. Disponível em: < http://www.dgz.org.br/ago06/F_I_art.htm > Acesso em: 15 abr. 2012.

_____. **Representação e linguagens documentárias: bases teórico-metodológicas**. São Paulo: 1999. 208f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, 1999.

LARA, M. L. G. de; TÁLAMO, M. F. G. M. Uma experiência na interface linguística documentária e terminologia. **DataGramaZero – Revista de Ciência da Informação**, v.8, n.5, out. 2007. Disponível em: < http://www.dgz.org.br/out07/Art_01.htm > Acesso em: 13 mar. 2013.

MAIMONE, G. D.; SILVEIRA, M. F. G. M. Linguística e Terminologia: contribuições para a elaboração de tesouros em Ciência da Informação. **DataGramaZero – Revista de Ciência da Informação**, v.12, n.2, abr. 2011. Disponível em: < http://www.dgz.org.br/abr11/Art_05.htm > Acesso em: 10 mar. 2013.

MAIMONE, G. D.; TÁLAMO, N. C. Cognição humana e os paradigmas da Ciência da Informação. **Revista Eletrônica Informação e Cognição**, v.6, n.1, p.55-67, 2007. Disponível em: < <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/reic/article/viewFile/748/650> > Acesso em: 10 mar. 2013.

MARIZ, Anna Carla Almeida. Reformas curriculares do curso de arquivologia da UNIRIO: reflexões e propostas. In: VENÂNCIO, Renato; NASCIMENTO, Adalson (Org.). **Universidades e arquivos: gestão, ensino e pesquisa**. Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação da UFMG, 2012.

MARQUES, Angélica Alves da Cunha. Cursos de Arquivologia no Brasil: adaptações curriculares. In: VENÂNCIO, Renato; NASCIMENTO, Adalson (Org.). **Universidades e arquivos: gestão, ensino e pesquisa**. Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação da UFMG, 2012.

MARQUES, Angélica Alves da Cunha; RODRIGUES, Georgete Medleg. **A constituição do campo científico da arquivística e suas relações com a ciência da informação**. Disponível em: < <http://www.enancib.ppgci.ufba.br/> >. Acesso em: 10 dez. 2012.

MARTIN-POZZUELO CAMPILLOS, Maria Paz. **La construccion teórica en archivística: el principio de procedencia**. Madrid: Universidad Carlos III; Boletín Oficial del Estado, 1996.

MARTINS, Ronaldo Pereira. Informação e conhecimento: uma abordagem dos sistemas de recuperação de informações a partir das interações sociais. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 13, n. 2, ago. 2008. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-99362008000200007&lng=en&nrm=iso >. Acesso em: 04 maio 2013.

McGARRY, K. **O contexto dinâmico da informação**: uma análise introdutória. Trad. Helena Vilar de Lemos. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 1999.

NEGREIROS, Leandro R.; DIAS, Eduardo Wense. Automação de Arquivos no Brasil: os discursos e seus momentos. **Arquivística.net**, Rio de Janeiro, v.3, p. 38-53, jan./jul. 2007.

NOVELLINO, Maria Salet Ferreira. Instrumentos e metodologia de representação da informação. **Inf. Inf.**, Londrina, v.1, n. 2, p. 37-45, jul./dez. 1996.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **O que é linguística**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. **A Ciência da Informação entre sombra e luz**: domínio epistemológico e campo interdisciplinar. Rio de Janeiro, UFRJ/ECO, 1997. Tese (Comunicação e Cultura). Orientadora: Gilda Braga

_____. Ciência da Informação: desdobramentos disciplinares, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade. In: GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida; ORRICO, Evelyn Goyannes Dill. (Org.). **Políticas de memória e informação**: reflexos na organização do conhecimento. Natal: EDUFRN, 2006. p.111-141.

_____. **Correntes teórico-epistemológicas da Ciência da Informação no Brasil e dinâmica de afluentes e efluentes** (Projeto de Pesquisa). Rio de Janeiro: IBICT/UFRJ/ECO, 2008.

_____. Informação – Esse obscuro objeto da Ciência da Informação. **Revista Morpheus**, v. 2, n. 4, 2004. Disponível em: <<http://www.unirio.br/cead/morpheus/Numero04-2004/lpinheiro.htm>>. Acesso em: 5 jun. 2012.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro; LOUREIRO, José Mauro Matheus. Traçados e limites da Ciência da Informação. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v.24, n.1, 1995.

PINTO MOLINA, M. Aspectos teóricos de AD. In: _____. **Análisis documental**: fundamentos y procedimientos. 2. ed. ver. y aum. Madrid: EUDOMA, 1993.

POMBO, Olga. Contribuição para um vocabulário sobre interdisciplinaridade. In: POMBO, Olga; LEVY, Teresa; GUIMARÃES, Henrique (Org.). **A interdisciplinaridade**: reflexão e experiência. 2. ed. Lisboa: Texto, 1994. Disponível em: <http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/opombo/mathesis/vocabulario-interd.pdf> >. Acesso em: 15 mar. 2013.

_____. Epistemologia da Interdisciplinaridade. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL INTERDISCIPLINARIDADE, HUMANISMO, UNIVERSIDADE, 2003. Porto. **Anais...** Universidade do Porto, 2003. Disponível em: <http://www.humanismolatino.online.pt/v1/pdf/C002_11.pdf> . Acesso em: 16 abr. 2013.

_____. Interdisciplinaridade: conceito, problemas e perspectivas. In: _____. **A interdisciplinaridade**: reflexão e experiência. Lisboa: Universidade de Lisboa, 1993. Disponível em: <

<http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/opombo/mathesis/interdisciplinaridade.pdf> > Acesso em: 7 out. 2012.

REIS, Luís. O arquivo e arquivística: evolução histórica. **Biblios**, Peru, ano 7, n. 24, abr./jun., 2006. Disponível em: < <http://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/2152131.pdf> > Acesso em: 28 out. 2012.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Fundamentos da disciplina arquivística**. Tradução de Magda Bigotte de Figueiredo. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

SHELLENBERG, T. R. **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. Rio de Janeiro: FGV, 1980.

SHERA, J. H.; CLEVELAND, D. B. History and foundations of information Science. **Arist – Annual Review of Information Science and Technology**, v.12, p.249-275, 1977.

SILVA, Eliezer Pires da. **A noção de informação arquivística na produção de conhecimento em Arquivologia no Brasil (1996-2006)**. Niterói: UFF/IBICT, 2009. 136 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Instituto de Arte e Comunicação Social, Universidade Federal Fluminense / Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Niterói, 2009a.

SILVA, Welder Antonio. **Zonas interdisciplinares entre a Arquivologia e a Ciência da Informação: cartografia das práticas discursivas**. Niterói: UFF/IBICT, 2009. 250 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Instituto de Arte e Comunicação Social, Universidade Federal Fluminense / Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Niterói, 2009b.

SMIT, J.W. Arquivologia / Biblioteconomia: interfaces das Ciências da Informação. **Informação & Informação**, Londrina, v.8, n.2, jul./dez. 2003. Disponível em: < <http://www.uel.br/revistas/informacao/viewissue.php?id=29> >. Acesso em: 23 mar. 2012.

SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. **As bases do processo classificatório na arquivística: um debate metodológico**. São Paulo: Associação dos Arquivistas de São Paulo, 2002.

_____. Os princípios arquivísticos e o conceito de classificação. In: RODRIGUES, Georgete Medleg; LOPES, Ilza Leite (Org.). **Organização e representação do conhecimento na perspectiva da Ciência da Informação**. Brasília: Thesaurus, 2003. v.2, p. 240-269.

_____. Os princípios da teoria da classificação e o processo de organização de documentos de arquivo. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v.6, n.1, p.5-26, jan./jun 2007.

SOUZA, R. F. . Organização e representação de áreas do conhecimento em ciência e tecnologia: princípios de agregação em grandes áreas segundo diferentes contextos de produção e uso de informação. **Encontros Bibli** (UFSC), v. esp., n. esp., p. 1-15, 2006.

TÁLAMO, M.F.G.M. **Linguagem documentária**. São Paulo: APB, 1994. (Ensaio APB)

TÁLAMO, M.F.G.M.; LARA, M.L.G de. O campo da linguística documentária. **Transinformação**, Campinas, v.18, n.3, p.203-211, set./dez. 2006. Disponível em: <

<http://revistas.puc-campinas.edu.br/transinfo/viewarticle.php?id=182>> Acesso em: 23 maio 2012.

THOMASSEN, Theo. Uma primeira introdução à Arquivologia. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v.5, n.1, p.5-16, jan./jun. 2006.

TOGNOLI, Natália Bolfarini ; GUIMARÃES, José Augusto Chaves . Ciencia de la Información y Archivística: un dialogo a partir del concepto de información registrada. In: GARCIA MARCO, Francisco Javier (Org.). **Revista de Sistemas de Información y Documentación**. Zaragoza: Prensas Universitarias de Zaragoza, 2010. p. 131-136.

VOGEL, Michely Jabala Mamede. **A evolução do conceito de linguagem documentária: as linhas francesa e brasileira**. Disponível em: < <http://www.enancib.ppgci.ufba.br/artigos/GT2--146.pdf> > Acesso em: 2 abr. 2012.

VREEKEN, A. Notions of information: a review of literature. University of Amsterdam, Netherlands . **Sprouts: Working Papers on Information Systems**, v.2, n.7, 2002. Disponível em: < <http://sprouts.aisnet.org/2-7> > Acesso em: 5 dez 2012.

_____. The history of information: lessons for information management. University of Amsterdam, Netherlands, 2005. **Sprouts: Working papers on Information Systems**, v.5, n.2. Disponível em <<http://sprouts.aisnet.org/5-2> > Acesso em 05 maio 2012.

ANEXO 1

Relação De trabalhos apresentados no âmbito do GT2 do Enancib de 2003 a 2009.

Enancib 2003

#	Autor	GT	Título Trabalho	Data Enancib
1	Vânia Mara Alves Lima	GT 2	A FUNÇÃO DA TERMINOLOGIA NA REPRESENTAÇÃO DOCUMENTÁRIA	10/11/2003
2	Virgínia Bentes Pinto / Francisca Rosaline Leite Mota / Nirlange Pessoa de Queiroz	GT 2	A REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO ATRAVÉS DA ANÁLISE DE CITAÇÕES : O CASO DA UFC	10/11/2003
3	Cibele Araújo Camargo Marques dos Santos	GT 2	ANÁLISE DA CAPACIDADE DE CODIFICAÇÃO DA INFORMAÇÃO DE VOCABULÁRIO CONTROLADO NA ÁREA DA SAÚDE	10/11/2003
4	Vera Lúcia Doyle Dodebei / Isabel Arino Grau	GT 2	ARQUIVO MUSICAL a pesquisa no acervo Vera Janacópulos	10/11/2003
5	Marilda Lopes Ginez de Lara	GT 2	CONCEITOS LINGÜÍSTICOS FUNDAMENTAIS PARA A ORGANIZAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES	10/11/2003
6	José Moreira / Miguel Angel Marzal / Pilar Beltrán / Jorge Morato / Sonia Sánchez-Cuadrado / Juan Llorens	GT 2	DESARROLLO DE UN MÉTODO PARA LA CREACIÓN AUTOMÁTICA DE MAPAS CONCEPTUALES	10/11/2003
7	José Augusto Chaves Guimarães / Jane Coelho Danuelo / Pedro José Menezes	GT 2	ENSINO DE TRATAMENTO TEMÁTICO DA INFORMAÇÃO (T.T.I.) NOS CURSOS DE BIBLIOTECONOMIA DO MERCOSUL: UMA ANÁLISE DE CAPACITAÇÃO E PRODUÇÃO CIENTÍFICA DOCENTE COM VISTAS AO DELINEAMENTO DE POLÍTICAS INTEGRADAS PARA ÁREA	10/11/2003
8	Maria Luiza de Almeida Campos	GT 2	ESTUDO COMPARATIVO DE MODELOS DE REPRESENTAÇÃO DE DOMÍNIOS DE CONHECIMENTO: UMA INVESTIGAÇÃO INTERDISCIPLINAR	10/11/2003
9	Jaime Robredo / Leandro Rodor de Oliveira	GT 2	NOVO MODELO DE PROCESSAMENTO E DIFUSÃO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA, TÉCNICA E ARTÍSTICA DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	10/11/2003
10	Rosali Fernandez de Souza / Carlos Alberto Ferreira / Rosângela Silva Carvalho / Roberta Pereira da Silva	GT 2	ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO EM CIÊNCIA NO BRASIL: as Seções de Comunicações apresentadas às Reuniões Anuais da SBPC no período 1956 - 2001	10/11/2003
11	Brígida Maria Nogueira Cervantes / Mariângela Spotti Lopes Fujita / Maria Isabel Asperti Nardi	GT 2	PESQUISA TERMINOLÓGICA PARA A ELABORAÇÃO DE LINGUAGEM DOCUMENTÁRIA	10/11/2003
12	Milena Polsinelli Rubi / Mariângela Spotti Lopes Fujita	GT 2	POLÍTICA DE INDEXAÇÃO NA VISÃO DOS INDEXADORES	10/11/2003
13	Jorge Calmon de Almeida Biolchini	GT 2	SEMÂNTICA NA REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO: DO VOCABULÁRIO CONTROLADO À ONTOLOGIA	10/11/2003
14	Mauricio B. Almeida / Marcello P. Bax	GT 2	TAXONOMIA PARA PROJETOS DE INTEGRAÇÃO DE FONTES DE DADOS BASEADOS EM ONTOLOGIAS	10/11/2003
15	Nanci Oddone / Maria Yêda F. S. de Filgueiras Gomes	GT 2	UMA NOVA TAXONOMIA PARA A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	10/11/2003
16	Alexandra Moreira / Lídia Alvarenga	GT 2	UMA PROPOSTA DE METODOLOGIA PARA ANÁLISE DE CONTEÚDO; MÉTODO ANALÍTICO-	10/11/2003

			SINTÉTICO COM O AUXÍLIO DO SISTEMA KWIC	
17	Maria Odaisa Espinheiro de Oliveira / Anderson Luiz Cardoso Rodrigues / Débora Cristina Nascimento Ferreira / Manoela Ferraz Moysés	GT 2	VOCABULÁRIO TERMINOLÓGICO: A EXPERIÊNCIA DO PROJETO RESNAPAP	10/11/2003

Enancib 2005

#	Autor	GT	Título Trabalho	Data Enancib
1	Rodrigo Rabello da Silva / José Augusto Chaves Guimarães	GT 2	A CONTRIBUIÇÃO DO MÉTODO DIPLOMÁTICO E DA INDEXAÇÃO SISTEMÁTICA DE KAISER PARA A ANÁLISE DOCUMENTAL DE CONTEÚDO DE EMENTAS JURÍDICAS: UMA EXPERIMENTAÇÃO COM PROJETOS LEGISLATIVOS	28/11/2005
2	Lúcia Maria Barbosa do Nascimento / José Augusto Chaves Guimarães	GT 2	A EFICÁCIA PROBATÓRIA DO DOCUMENTO COMO SUBSÍDIO À ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO JURÍDICO-DIGITAL: UMA REFLEXÃO ACERCA DOS AVANÇOS TEÓRICOS DA DIPLOMÁTICA	28/11/2005
3	Maria Luiza de Almeida Campos	GT 2	A PROBLEMÁTICA DA COMPATIBILIZAÇÃO TERMINOLÓGICA E A INTEGRAÇÃO DE ONTOLOGIAS: O PAPEL DAS DEFINIÇÕES CONCEITUAIS	28/11/2005
4	Vera Regina Casari Boccato / Mariângela Spotti Lopes Fujita	GT 2	AVALIAÇÃO DO VOCABULÁRIO CONTROLADO DECS - DESCRITORES EM CIÊNCIAS DA SAÚDE EM FONOaudiologia NA PERSPECTIVA DO USUÁRIO: estudo de observação da recuperação da informação com protocolo verbal	28/11/2005
5	Vera Dodebei	GT 2	CONDIÇÃO DO PATRIMÔNIO: UMA QUESTÃO DE INFORMAÇÃO?	28/11/2005
6	Carlos Henrique Marcondes	GT 2	DA COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA AO CONHECIMENTO PÚBLICO: ARTIGOS CIENTÍFICOS DIGITAIS COMO BASES DE CONHECIMENTOS	28/11/2005
7	Katia P. Thomaz	GT 2	ESTUDO QUALITATIVO-DESCRIPTIVO PARA IDENTIFICAÇÃO DE FATORES CONDICIONANTES DA PRESERVAÇÃO DIGITAL	28/11/2005
8	Manoel Palhares Moreira / Igor Seufferheld de Oliveira Pfeilsticker / Sergio Murilo Stempluc	GT 2	FORMAÇÃO DE UM VOCABULÁRIO CONTROLADO A PARTIR DE PALAVRAS-CHAVE	28/11/2005
9	Manoel Palhares Moreira / Maria Aparecida Moura	GT 2	GERAÇÃO AUTOMÁTICA DE TESAuros: ABORDAGEM CONCEITUAL E VIABILIDADE TECNOLÓGICA	28/11/2005
10	Gercina Ângela Borém Oliveira Lima	GT 2	MODELO HIPERTEXTUAL - MHTX: UM MODELO PARA ORGANIZAÇÃO HIPERTEXTUAL DE DOCUMENTOS	28/11/2005
11	Maria Cristiane Barbosa Galvão	GT 2	MODELO PARA REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO EM MANUAIS TÉCNICOS	28/11/2005
12	Suely Moraes Cerávolo	GT 2	MUSEOLOGIA: RETROSPECTIVA SOBRE A FORMAÇÃO DA ÁREA E MÉTODO DE PESQUISA PARA DELIMITAR UM DOMÍNIO CONCEITUAL	28/11/2005
13	Eduardo Ismael Murguía / Tânia Cristina Registro	GT 2	O ARRANJO ARQUIVÍSTICO COMO ESCRITA: UMA REFLEXÃO SOBRE A NARRATIVA EM IMAGENS A PARTIR DO FUNDO PEDRO MIRANDA NO ARQUIVO PÚBLICO E HISTÓRICO DE RIBEIRÃO PRETO	28/11/2005

14	Eliane Aparecida Borba / Mariângela Spotti Lopes Fujita	GT 2	O PAPEL DO PROFESSOR NA FORMAÇÃO INICIAL DO INDEXADOR EM LEITURA DOCUMENTÁRIA PARA INDEXAÇÃO: O USO DO MODELO DE LEITURA E PROTOCOLO VERBAL INTERATIVO COMO RECURSOS DE APRENDIZAGEM	28/11/2005
15	Mariângela Spotti Lopes Fujita / João Batista Ernesto de Moraes / Igor A. D. Pedrini	GT 2	O TEMA NA NARRATIVA FICCIONAL – UMA ABORDAGEM COGNITIVISTA	28/11/2005
16	Marisa Bräscher / Ana Karla Souza de Oliveira	GT 2	ORGANIZAÇÃO DE CONTEÚDOS DO SERVIÇO BRASILEIRO DE RESPOSTAS TÉCNICAS – SBRT	28/11/2005
17	Rosali Fernandez de Souza	GT 2	ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DE ÁREAS DO CONHECIMENTO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA: PRINCÍPIOS DE AGREGAÇÃO EM GRANDES ÁREAS SEGUNDO DIFERENTES CONTEXTOS DE PRODUÇÃO E USO DE INFORMAÇÃO	28/11/2005
18	Marisa Luvizutti Coiado Martinez / José Augusto Chaves Guimarães	GT 2	ORGANIZAÇÃO TEMÁTICA DA DOUTRINA JURÍDICA: ELEMENTOS METODOLÓGICOS PARA UMA PROPOSTA DE EXTENSÃO DA CLASSIFICAÇÃO DECIMAL DE DIREITO	28/11/2005
19	Antonio Braz de Oliveira e Silva / Marcus José de Oliveira Campos / Wladimir Cardoso Brandão	GT 2	PROPOSTA PARA UM ESQUEMA DE CLASSIFICAÇÃO DAS FONTES DE INFORMAÇÃO PARA NEGÓCIO	28/11/2005
20	Maria Aparecida Moura	GT 2	REPRESENTAÇÃO INFORMACIONAL E AS TEMÁTICAS NACIONAIS: DESAFIOS E TENDÊNCIAS PARA A ELABORAÇÃO DE LINGUAGENS DE INDEXAÇÃO	28/11/2005
21	Fernanda Passini Moreno	GT 2	REQUISITOS FUNCIONAIS PARA REGISTROS BIBLIOGRÁFICOS – FRBR: UM ESTUDO NO CATÁLOGO DA REDE BIBLIODATA	28/11/2005
22	Patrícia da Silva Moreno / Plácida Leopoldina Ventura Amorim da Costa Santos	GT 2	SERVIÇO DE REFERÊNCIA DIGITAL: UMA ANÁLISE APOIADA EM AGENTES DE INTERFACE	28/11/2005
23	Renato Rocha Souza	GT 2	UMA PROPOSTA DE METODOLOGIA PARA INDEXAÇÃO AUTOMÁTICA UTILIZANDO SINTAGMAS NOMINAIS	28/11/2005
24	Marilda Lopes Ginez de Lara	GT 2	UMA TEORIA TERMINOLÓGICA PARA UM CONCEITO CONTEMPORÂNEO DE INFORMAÇÃO DOCUMENTÁRIA	28/11/2005
25	Rogério Aparecido Sá Ramalho / Silvana Aparecida Borsetti Gregorio Vidotti / Mariângela Spotti Lopes Fujita	GT 2	WEB SEMÂNTICA: ASPECTOS INTERDISCIPLINARES PARA A ORGANIZAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE INFORMAÇÕES	28/11/2005

Enancib 2006

#	Autor	GT	Título Trabalho	Data Enancib
1	Gercina Angela Borém Oliveira Lima	GT-2	A ANÁLISE FACETADA NA MODELAGEM CONCEITUAL PARA ORGANIZAÇÃO HIPERTEXTUAL DE DOCUMENTOS ACADÊMICOS: SUA APLICAÇÃO NO PROTOTIPO MHTX (MAPA HIPERTEXTUAL)	19/11/2006
2	Marcus José de Oliveira Campos; Antonio Braz de Oliveira e Silva	GT-2	A APREENSÃO DO ÂMBITO DAS CADEIAS PRODUTIVAS INTERMEDIADA PELA ARTICULAÇÃO DAS CLASSIFICAÇÕES DE ATIVIDADES ECONÔMICAS: PROPOSTA METODOLÓGICA E APLICAÇÃO AO AGRONEGÓCIO	16/11/2006
3	Maria De Lourdes Lima; Eduardo	GT-2	A GÊNESE DO ARQUIVO FOTOGRÁFICO DE	19/11/2006

	Ismael Murguia		LEME: UMA LEITURA INDICIÁRIA DA ACUMULAÇÃO	
4	Luciana Reis Malheiros; Carlos Henrique Marcondes	GT-2	A IDENTIFICAÇÃO DE NOVAS DESCOBERTAS CIENTÍFICAS ATRAVÉS DA ANÁLISE DO CONHECIMENTO CONTIDO EM ARTIGOS CIENTÍFICOS	19/11/2006
5	Mariângela Spotti Lopes Fujita	GT-2	ABORDAGEM COGNITIVA E SÓCIO-COGNITIVA DA LEITURA DOCUMENTÁRIA NA FORMAÇÃO INICIAL DO INDEXADOR: ANÁLISE DA PERSPECTIVA INDIVIDUAL EM CONTEXTO SÓCIO CULTURAL	19/11/2006
6	Manoel Palhares Moreira; Maria Aparecida Moura	GT-2	AMBIENTE PARA MANUTENÇÃO SEMI-AUTOMATIZADA DE TESAUROS	19/11/2006
7	José Augusto Chaves Guimarães; Fabio Assis Pinho	GT-2	Aspectos éticos em organização e representação do conhecimento (O.R.C.)	19/11/2006
8	Vera Dodebei; Inês Gouveia	GT-2	CONTRIBUIÇÕES DAS TEORIAS DA MEMÓRIA PARA O ESTUDO DO PATRIMÔNIO NA WEB	16/11/2006
9	Maria Cristiane Barbosa Galvão; Paulo Mazzoncini de Azevedo Marques; Joaquim Cezar Felipe	GT-2	DA GÊNESE À REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO: MAPEANDO SUPERESTRUTURAS TEXTUAIS NO SETOR DA SAÚDE	19/11/2006
10	María Del Carmen Agustín Lacruz	GT-2	EL ANÁLISIS DE CONTENIDO Y LA REPRESENTACIÓN DOCUMENTAL DE LAS IMÁGENES PICTÓRICAS: UNA INVESTIGACIÓN DESARROLLADA SOBRE LOS RETRATOS DE FRANCISCO DE GOYA	19/11/2006
11	Carlos F. de B. d'Andréa; Cendón Beatriz Valadares	GT-2	ESTRATÉGIAS DE PRODUÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES NA WWW: CONCEITOS PARA UM MÉTODO DE ANÁLISE DE SITES	19/11/2006
12	Maria Luiza de Almeida Campos	GT-2	INTEGRAÇÃO DE ONTOLOGIAS: O DOMÍNIO DA BIOINFORMÁTICA E A PROBLEMÁTICA DA COMPATIBILIZAÇÃO TERMINOLÓGICA	19/11/2006
13	María José López-Huertas	GT-2	LA TERMINOLOGÍA COMO MÉTODO DE ANÁLISIS DE DOMINIOS	16/11/2006
14	Marilda Lopes Ginez de Lara; Maria de Fátima Gonçalves Moreira Tálamo	GT-2	LINGÜÍSTICA DOCUMENTÁRIA E TERMINOLOGIA: EXPERIÊNCIA DIDÁTICA NA INTERFACE DAS DISCIPLINAS	19/11/2006
15	Rosa Inês de Novais Cordeiro; Antonio (Tunico) Carlos Amâncio	GT-2	O QUE VEMOS E COMO VEMOS: DO PONTO DE VISTA DO SUJEITO RECEPTOR	19/11/2006
16	Luana Farias Sales; Maria Luíza de Almeida Campos; Hagar Espanha Gomes	GT-2	ONTOLOGIAS DE DOMÍNIO: UM ESTUDO DAS RELAÇÕES CONCEITUAIS E SUAS APLICAÇÕES	19/11/2006
17	Marcos Luiz Miranda	GT-2	ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO: FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS NA BUSCA E RECUPERAÇÃO DA INFORMAÇÃO EM AMBIENTES VIRTUAIS	19/11/2006
18	Manoel Palhares Moreira; Sergio Murilo Stempluc	GT-2	RECONHECIMENTO DE TÍTULOS DE ARTIGOS NÃO CONDIZENTES COM SEU CONTEÚDO ATRAVÉS DA UTILIZAÇÃO DE PALAVRAS-CHAVE	19/11/2006
19	Miriam Paula Manini; Roseli Buzanelli Torres; Vívian Furquim Scaleante	GT-2	REGISTRO, DOCUMENTAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES DO PROJETO ANHUMAS	19/11/2006
20	Johanna W. Smit; Maria de Fátima Gonçalves Moreira Tálamo	GT-2	SISTEMAS DE RECUPERAÇÃO DE INFORMAÇÃO E MEMÓRIA	19/11/2006
21	Carmen Irene C. de Oliveira; Rosa Inês de Novais Cordeiro	GT-2	TEXTOS FÁLMICOS DE SCI-FI: A REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO EM NARRATIVAS FÁLMICO-INFORMACIONAIS	19/11/2006
22	Renata Maria Abrantes Baracho; Beatriz Valadares Cendón; Frederico Fonseca	GT-2	UM ESTUDO PARA RECUPERAÇÃO DA INFORMAÇÃO EM PROJETOS DE ENGENHARIA	19/11/2006

Enancib 2007

#	Autor	GT	Título Trabalho	Data Enancib
1	Rita de Cássia Souza Ribeiro / Rosa Inês de Novais Cordeiro	GT 2	A CARICATURA NA PERSPECTIVA DA REPRESENTAÇÃO DOCUMENTÁRIA	28/10/2007
2	Iuri Rocio Franco Rizzi	GT 2	A CLASSIFICAÇÃO DECIMAL DE DEWEY E A CULTURA DE PAZ	28/10/2007
3	Michely Jabala Mamede Vogel	GT 2	A EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE LINGUAGEM DOCUMENTÁRIA: as linhas francesa e brasileira	28/10/2007
4	Maria de Lourdes Lima / Eduardo Ismael Murguia	GT 2	A FOTOGRAFIA CONTEMPORÂNEA ENTRE O DOCUMENTO E A ARTE	28/10/2007
5	Marcos Luiz Cavalcanti de Miranda	GT 2	A ORGANIZAÇÃO DO ETNOCONHECIMENTO: a representação do conhecimento afrodescendente em Religião na CDD	28/10/2007
6	Rafael dos Santos Nonato / Gercina Ângela Borém de Oliveira Lima	GT 2	A TEORIA DO CONCEITO APLICADA À DETERMINAÇÃO DE LINKS HIPERTEXTUAIS: considerações sobre modelagem conceitual	28/10/2007
7	Kátia Rodrigues / Nanci Oddone	GT 2	AFERINDO OS DESCRITORES TEMÁTICOS DO PORTAL DA CAPES PARA A COLEÇÃO DE PERIÓDICOS DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	28/10/2007
8	José Oscar Fontanini de Carvalho / Wilmer Lázaro de Miranda	GT 2	AVALIAÇÃO DA APRESENTAÇÃO DE OBJETOS DE APRENDIZAGEM EM REPOSITÓRIOS DIGITAIS ACESSADOS POR EQUIPAMENTOS COMPUTACIONAIS MÓVEIS	28/10/2007
9	Jóice Cleide Cardoso Ennes de Souza / Maria Luiza de Almeida Campos	GT 2	AVALIAÇÃO DE LINGUAGEM DE INDEXAÇÃO APLICADA À INFORMAÇÃO JORNALÍSTICA: estudo de caso	28/10/2007
10	Eduardo Souto Maior Sales / Ed Porto Bezerra / Hernane B.B. Pereira	GT 2	BIBLIOTECA DIGITAL SCOL: organização, gestão e difusão do conhecimento científico através de objetos de aprendizagem SCORM	28/10/2007
11	Cristina Lessa de Barros Barreto / Sandra Lúcia Rebel Gomes	GT 2	BIBLIOTECA VIRTUAL DE ESTUDOS CULTURAIS: Experiência pioneira em informação e comunicação na Internet	28/10/2007
12	Marcel Santos Silva / Silvana Aparecida Borsetti Gregorio Vidotti	GT 2	BIBLIOTECAS DIGITAIS GEOGRÁFICAS DISTRIBUÍDAS: proposta de uma arquitetura para desenvolvimento.	28/10/2007
13	Vera Dodebei	GT 2	DIGITALIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO E ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO	28/10/2007
14	Marcel Ferrante Silva / Gercina Ângela Borém de Oliveira Lima	GT 2	ESTUDO COMPARATIVO ENTRE INTERFACES HIPERTEXTUAIS DE SOFTWARES PARA A REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO	28/10/2007
15	Gercina Ângela Borém de Oliveira Lima	GT 2	GERENCIAMENTO DO CONTEÚDO SEMÂNTICO NO PROTÓTIPO MAPA HIPERTEXTUAL-MHTX: Perspectivas	28/10/2007
16	Graciane Silva Bruzina / Benildes Coura Moreira dos Santos Maculan / Gercina Ângela Borém de Oliveira Lima	GT 2	INDEXAÇÃO AUTOMÁTICA E SEMÂNTICA: estudo da análise do conteúdo de teses e dissertações	28/10/2007
17	Auto Tavares da Câmara Júnior	GT 2	INDEXAÇÃO AUTOMÁTICA DE ACÓRDÃOS POR MEIO DE PROCESSAMENTO DE LINGUAGEM NATURAL	28/10/2007
18	Virginia Bentes Pinto	GT 2	INDEXAÇÃO MORFOSSEMÂNTICA DE IMAGENS NO CONTEXTO DA SAÚDE VISANDO A QUALIDADE NA RECUPERAÇÃO DE INFORMAÇÕES	28/10/2007
19	Miriam Paula Manini / Otacílio Guedes Marques	GT 2	INFORMAÇÃO HISTÓRICA: RECUPERAÇÃO E DIVULGAÇÃO DA MEMÓRIA DO PODER JUDICIÁRIO BRASILEIRO	28/10/2007

20	Marilda Lopes Ginez de Lara	GT 2	INFORMAÇÃO, INFORMATIVIDADE E LINGUÍSTICA DOCUMENTÁRIA: paralelos com as reflexões de Hjørland e Capurro	28/10/2007
21	Mario Barité	GT 2	LA GARANTÍA LITERARIA: VIGENCIA Y PROYECCIÓN TEÓRICO-METODOLÓGICA	28/10/2007
22	Roberto Figueiredo Paletta de Cerqueira / Marcello Peixoto Bax	GT 2	MÉTODO DE MODELAGEM DOMÍNIO-ONTOLÓGICA DO DIREITO POSITIVO BRASILEIRO	28/10/2007
23	Suely Oliveira Moraes Márquez	GT 2	MODELOS DE REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO: avaliação estrutural dos tesouros em Biotecnologia	28/10/2007
24	Miriam Paula Manini / Mamede Lima-Marques / Alex Sandro Santos Miranda	GT 2	ONTOLOGIAS: INDEXAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE FOTOGRAFIAS BASEADAS NA TÉCNICA FOTOGRÁFICA E NO CONTEÚDO DA IMAGEM	28/10/2007
25	Maria Luiza de Almeida Campos / Carlos Henrique Marcondes / Laura Lira / Leonardo Cruz da Costa / Linair Maria Campos / Luciana Reis Malheiros	GT 2	Ontologias: representando a pesquisa na área através de mapa conceitual	28/10/2007
26	Informação não disponível.	GT 2	ONTOLOGIAS: uma nova abordagem para a gestão de recursos informacionais	28/10/2007
27	Fernanda Monteiro / Marisa Bräscher	GT 2	ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO EM REPOSITÓRIOS TEMÁTICOS: o uso da modelagem conceitual	28/10/2007
28	Katia Marques / Nanci Oddone / Marcos Miranda	GT 2	ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO NA PLATAFORMA LATTES: o Módulo Produção Bibliográfica	28/10/2007
29	Rosali Fernandez de Souza / Roberta Pereira da Silva	GT 2	ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO NO CONTEXTO DE GESTÃO E AVALIAÇÃO: domínios interdisciplinares em ciência e tecnologia	28/10/2007
30	Suely Moraes Ceravolo / Maria de Fátima Tálamo	GT 2	OS MUSEUS E A REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO: uma retrospectiva sobre a documentação em museus e o processamento da informação	28/10/2007
31	Carlos Cândido de Almeida / José Augusto Chaves Guimarães	GT 2	PEIRCE E A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: considerações preliminares sobre as relações entre a obra peirceana e a organização da informação	28/10/2007
32	Luciane Paula Vital / Ligia Maria Arruda Café	GT 2	PRÁTICAS DE ELABORAÇÃO DE TAXONOMIAS: análise e recomendações	28/10/2007
33	Jacqueline de Araújo Cunha / Marcos Galindo Lima	GT 2	PRESERVAÇÃO DIGITAL: o estado da arte	28/10/2007
34	Lidia Eugenia Cavalcante	GT 2	PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO DOCUMENTÁRIO E REPRESENTAÇÃO DIGITAL	28/10/2007
35	Rose Marie Santini / Rosali Fernandez de Souza	GT 2	RECUPERAÇÃO DA INFORMAÇÃO DE MÚSICA E A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: Tendências e desafios de pesquisa	28/10/2007
36	Luana Farias Sales	GT 2	RELAÇÕES CONCEITUAIS PARA INSTRUMENTOS DE PADRONIZAÇÃO TERMINOLÓGICA: um novo modelo para o uso em Ontologias	28/10/2007
37	Maria Luzinete Euclides / Mariângela Spotti Lopes Fujita	GT 2	REPRESENTAÇÃO DAS NECESSIDADES DE INFORMAÇÃO NA ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO	28/10/2007
38	Guilherme Ataíde Dias / Dulce Amélia de Brito Neves / José Wendell de Moraes Silva / Gustavo Henrique do Nascimento Neto	GT 2	REPRESENTANDO O CONHECIMENTO ATRAVÉS DE ONTOLOGIAS: o caso do chatterbot Lunmi	28/10/2007

39	Fernanda Passini Moreno / Marisa Brascher	GT 2	REQUISITOS FUNCIONAIS PARA REGISTROS BIBLIOGRÁFICOS - FRBR: um estudo no catálogo da Rede Bibliodata	28/10/2007
40	Luciane Maria Artêncio	GT 2	SOBRE AS INFLUÊNCIAS SÓCIO-CULTURAIS DA CATEGORIZAÇÃO NAS LINGUAGENS DOCUMENTÁRIAS	28/10/2007
41	Rubens Ribeiro Gonçalves da Silva / Lívia Ferreira Tosta / Adelmária Ione dos Santos / Lucas Andrade Souza Serra / Aurora Leonor Freixo / Inácio S	GT 2	SOM, FOTO, FILME: instituições públicas depositárias de documentos especiais em Salvador	28/10/2007
42	Maria Luiza de Almeida Campos / Hagar Espanha Gomes	GT 2	TAXONOMIA E CLASSIFICAÇÃO: a categorização como princípio	28/10/2007
43	Hildenise Ferreira Novo / Maria Luiza de Almeida Campos	GT 2	TAXONOMIAS DE DOMÍNIOS INTERDISCIPLINARES: uma experiência com a área de Geoquímica Ambiental	28/10/2007
44	Rodrigo de Sales	GT 2	TEORIA COMUNICATIVA DA TERMINOLOGIA (TCT) COMO APORTE TEÓRICO PARA A REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO ESPECIALIZADO	28/10/2007
45	Julia Aparecida Gonçalves / Renato Rocha Souza	GT 2	UMA PROPOSTA TAXONÔMICA PARA O ESTABELECIMENTO DE RELAÇÕES EM ONTOLOGIAS: contribuições da Ciência da Informação	28/10/2007
46	Luiz Fernando de Barros Campos	GT 2	WEB 2.0, BIBLIOTECA 2.0 E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (I): Um protótipo para disseminação seletiva de informação na Web utilizando mashups e feeds RSS	28/10/2007

Enancib 2008

#	Autor	GT	Título Trabalho	Data Enancib
1	Maria Carolina Gonçalves / Mariângela Spotti Lopes Fujita	GT 2	A indexação em catálogos on-line na percepção de usuários integrantes de grupos de pesquisa: uma contribuição ao desenvolvimento de política de indexação em rede de bibliotecas universitárias	28/09/2008
2	Sergio Ricardo Ferreira Síndico / Rosali Fernandez de Souza	GT 2	A Medicina e sua representação em linguagens documentárias: marcos na evolução dos ambientes e ferramentas de tratamento da informação	28/09/2008
3	Maria Aparecida Lourenço Santana / Eduardo Wense Dias	GT 2	A representação do assunto por estrutura profunda	28/09/2008
4	Roberta Caroline Vesú Alves / João Batista Ernesto de Moraes	GT 2	Análise documental de textos literários infanto-juvenis: perspectivas metodológicas com vistas à identificação do tema	28/09/2008
5	Carlos Cândido de Almeida / José Augusto Chaves Guimarães	GT 2	Análise Peirceana do Processo de Indexação: em busca de fundamentos para a organização da informação	28/09/2008
6	Leonina Amanda Feitoza / Maria Aparecida Lopes / Nádina Aparecida Moreno / Nelma Camelo de Araújo / Renata Gonçalves Curty / Wilmara Rodrigues Cald	GT 2	ARQUIVOS: tratamento, recuperação e disseminação de informação – trajetória de um projeto	28/09/2008
7	Dulce Baptista	GT 2	Catalogação: uma revolução em curso	28/09/2008
8	Renata Maria Abrantes Baracho / Beatriz Valadares Cendón	GT 2	Esquema de classificação para recuperação de informação em projetos de engenharia	28/09/2008
9	Maria de Lourdes Lima / Eduardo	GT 2	Fotografia e Informação	28/09/2008

	Ismael Murguia			
10	Carlos Xavier de Azevedo Netto	GT 2	Informação e patrimônio arqueológico: formação de memórias e construção de identidades	28/09/2008
11	Suely Moraes Ceravolo / Maria de Fátima Gonçalves Moreira Tálamo	GT 2	Linguagem de especialidade e a elaboração da noção de campo científico: o caso da Museologia	28/09/2008
12	Maria Cristiane Barbosa Galvão / Josiane Cristina Silva / Vanessa dos Santos Ferreira / Joeli Espírito Santo da Rocha	GT 2	Linguagens empregadas em prontuários do paciente frente aos processos de organização e recuperação da informação no contexto da saúde	28/09/2008
13	Leilah Santiago Bufrem / José Simão de Paula Pinto	GT 2	Modelizando práticas para a socialização de saberes	28/09/2008
14	Emanuel G. F. Guedes / João Batista E. de Moraes	GT 2	O processo de identificação de assuntos para a representação da informação: uma análise do conceito Aboutness	28/09/2008
15	Maria Luiza Machado Campos / Kauê Felipe Freitas / Hagar Espanha Gomes / Linair Maria Campos	GT 2	O uso de tesauro como base terminológica para a elaboração de ontologias de domínio: uma experiência com o domínio do Folclore e Cultura Popular	28/09/2008
16	Fábio Mascarenhas e Silva / Johanna Wilhelmina Smit	GT 2	Organização da informação em sistemas eletrônicos abertos de Informação Científica & Tecnológica: Análise da Plataforma Lattes	28/09/2008
17	Marisa Brascher / Lígia Café	GT 2	Organização da Informação ou Organização do Conhecimento?	28/09/2008
18	Rodrigo de Sales / Lígia Café	GT 2	Os tesouros e as ontologias sob um olhar terminológico	28/09/2008
19	Rodrigo Aquino de Carvalho / Mariângela Pisoni Zanaga	GT 2	Perspectivas na web semântica para a Ciência da Informação	28/09/2008
20	Julia Aparecida Gonçalves / Renato Rocha Souza	GT 2	RELAÇÕES E CONCEITOS EM ONTOLOGIAS: contribuições das teorias de Farradane e Dahlberg	28/09/2008
21	Leonardo Cruz da Costa / Carlos Henrique Marcondes	GT 2	Um ambiente para edição, extração e representação do conhecimento contido em artigos científicos publicados na web	28/09/2008
22	Daniela Lucas da Silva / Renato Rocha Souza / Maurício Barcellos Almeida	GT 2	Uma comparação de metodologias para construção de ontologias e vocabulários controlados	28/09/2008
23	Claudia Penha dos Santos / Zenilda Ferreira Brasil / Marcus Granato	GT 2	Valorização do patrimônio científico e tecnológico brasileiro: objetos da área nuclear, levantamento e inventário como forma de preservação	28/09/2008

Enancib 2009

#	Autor	GT	Título Trabalho	Data Enancib
1	Cristina Dotta Ortega / Marilda Lopes Ginez de Lara	GT 2	A NOÇÃO DE ESTRUTURA E OS REGISTROS DE INFORMAÇÃO DOS SISTEMAS DOCUMENTÁRIOS	25/10/2009
2	Miriam Paula Manini	GT 2	ASPECTOS INFORMACIONAIS DO TRATAMENTO DE DOCUMENTOS FOTOGRÁFICOS TRADICIONAIS E DIGITAIS	25/10/2009
3	Maria Luiza de Almeida Campos	GT 2	ASPECTOS SEMÂNTICOS DA COMPATIBILIZAÇÃO TERMINOLÓGICA ENTRE ONTOLOGIAS NO CAMPO DA BIOINFORMÁTICA	25/10/2009
4	Symball Rufino de Oliveira / Marisa	GT 2	AVALIAÇÃO DE SISTEMA RECUPERAÇÃO DE INFORMAÇÃO JURÍDICA: uma aplicação do modelo de	25/10/2009

	Bräscher Basílio Medeiros		raciocínio baseado em casos	
5	Fabiano Ferreira de Castro / Plácida L. V. A. da Costa Santos	GT 2	BIBLIOTECAS DIGITAIS: aspectos no âmbito da representação e padronização de recursos informacionais	25/10/2009
6	Solange Puntel Mostafa / Denise Viuniski da Nova Cruz	GT 2	DAVID HUME E AS RELAÇÕES ASSOCIATIVAS: da teoria ao tesouro	25/10/2009
7	Francisca Rosaline Leite Mota / Marlene de Oliveira	GT 2	DIFICULDADES DO REGISTRO INFORMACIONAL NOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO EM SAÚDE: um estudo das bases de dados SINASC, SIAB e SIM no Estado de Alagoas	25/10/2009
8	Ana Célia Rodrigues	GT 2	DIPLOMÁTICA CONTEMPORÂNEA COMO FUNDAMENTO METODOLÓGICO DA IDENTIFICAÇÃO DE TIPOLOGIA DOCUMENTAL EM ARQUIVOS	25/10/2009
9	Daniela Pereira dos Reis de Almeida	GT 2	EDUCAÇÃO CONTINUADA EM TRATAMENTO DE CONTEÚDOS DOCUMENTÁRIOS: uma proposta de formação em serviço para bibliotecários catalogadores da rede de bibliotecas da UNESP.	25/10/2009
10	Geysa Flávia Câmara de Lima Nascimento / Dulce Amélia de Brito Neves	GT 2	FOLKSONOMIA COMO ESTRATÉGIA DE INDEXAÇÃO DOS BIBLIOTECÁRIOS NO DEL.ICIO.US.	25/10/2009
11	Wagner Ferreira Caldas / Manoel Palhares Moreira	GT 2	FOLKSONOMIA E CLASSIFICAÇÃO DE ETIQUETAS: estudo de caso Flickr	25/10/2009
12	Luciana Reis Malheiros / Carlos Henrique Marcondes	GT 2	IDENTIFICAÇÃO DE TRAÇOS DE DESCOBERTAS CIENTÍFICAS PELA COMPARAÇÃO DO CONTEÚDO DE ARTIGOS EM CIÊNCIAS BIOMÉDICAS COM ONTOLOGIAS NA WEB	25/10/2009
13	Andrés Villafuerte Oyola / Lídia Alvarenga	GT 2	MAPEAMENTO E REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO E MODELAGEM ONTOLÓGICA: Uma experiência na área da cultura do sorgo	25/10/2009
14	Vera Dodebei	GT 2	MEMÓRIA E CONHECIMENTO: oralidade, visualidade e reprodutibilidade no fluxo da informação	25/10/2009
15	João Alberto de Oliveira Lima / Murilo Bastos da Cunha	GT 2	MODELO GENÉRICO DE RELACIONAMENTOS E A ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO	25/10/2009
16	Ilza da Silva Fragozo / Carlos Xavier de Azevedo Netto	GT 2	MODELOS INSTITUCIONAIS DE PROTEÇÃO AO PATRIMÔNIO CULTURAL E PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA NA CIDADE DE JOÃO PESSOA-PB	25/10/2009
17	Deise Maria Antonio / João Batista Ernesto de Moraes	GT 2	O PERCURSO GERATIVO DE SENTIDO APLICADO À ANÁLISE DOCUMENTAL DE TEXTOS NARRATIVOS DE FICÇÃO: Perspectivas de utilização em bibliotecas universitárias	25/10/2009
18	Nair Yumiko Kobashi / Joliza Chagas Fernandes	GT 2	PRAGMÁTICA LINGÜÍSTICA E ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO	25/10/2009
19	Daniela Lucas da Silva / Renato Rocha Souza / Maurício Barcellos Almeida	GT 2	PRINCÍPIOS METODOLÓGICOS PARA CONSTRUÇÃO DE ONTOLOGIAS: uma abordagem interdisciplinar	25/10/2009
20	Ana Paula Ladeira / Lídia Alvarenga	GT 2	PROCESSAMENTO DE LINGUAGEM NATURAL: em busca de evidências temáticas nas publicações nacionais e contemporâneas	25/10/2009
21	Rogério Aparecido Sá Ramalho	GT 2	REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO E ONTOLOGIAS: reflexões interdisciplinares	25/10/2009

ANEXO 2

PLANO DE CLASSIFICAÇÃO ATIVIDADES-MEIO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL – CONARQ (RECORTE) – MODELO POR ASSUNTOS

3 – CÓDIGO DE CLASSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS DE ARQUIVO

CLASSE 000 – ADMINISTRAÇÃO GERAL

010 – ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

020 – PESSOAL

030 – MATERIAL

040 – PATRIMÔNIO

050 – ORÇAMENTO E FINANÇAS

060 – DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO

070 – COMUNICAÇÕES

080 – (vaga)

090 – OUTROS ASSUNTOS REFERENTES À ADMINISTRAÇÃO GERAL

000 ADMINISTRAÇÃO GERAL

001 MODERNIZAÇÃO E REFORMA ADMINISTRATIVA

- Incluem-se documentos referentes aos projetos, estudos e normas relativos à organização e métodos, reforma administrativa e outros procedimentos que visem à modernização das atividades dos órgãos da administração pública federal.

002 PLANOS, PROGRAMAS E PROJETOS DE TRABALHO

- Incluem-se documentos referentes ao planejamento e aos planos, programas e projetos de trabalho gerais.
- Quanto aos demais planos, programas e/ou projetos de trabalho, classificar no assunto específico.
- Quanto à programação orçamentária, ver 051.1.

003 RELATÓRIOS DE ATIVIDADES

004 ACORDOS. AJUSTES. CONTRATOS. CONVÊNIOS

- Incluem-se documentos referentes a um acordo, ajuste, contrato e/ou convênio, implementados ou não, tais como projetos, relatórios técnicos, prestações de contas e aditamentos, que abranjam a execução de várias atividades ao mesmo tempo.
- Quanto aos demais acordos, ajustes, contratos e/ou convênios, classificar no assunto específico.
- Sugere-se abrir uma pasta para cada acordo, ajuste, contrato e/ou convênio, sempre que tal procedimento se justificar.

- 010 ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO
- Incluem-se normas, regulamentações, diretrizes, procedimentos, estudos e/ou decisões de caráter geral.
- 010.1 REGISTRO NOS ÓRGÃOS COMPETENTES
- 010.2 REGIMENTOS. REGULAMENTOS. ESTATUTOS. ORGANOGRAMAS. ESTRUTURAS
- 010.3 AUDIÊNCIAS. DESPACHOS. REUNIÕES
- Ordenar por unidade organizacional, quando necessário.
- 011 COMISSÕES. CONSELHOS. GRUPOS DE TRABALHO. JUNTAS. COMITÊS.
- Incluem-se documentos referentes à criação de comissões, conselhos, grupos de trabalho, juntas e/ou comitês, no próprio órgão ou em órgãos colegiados e de deliberação coletiva, bem como aqueles relativos ao exercício de suas funções, tais como: atas e relatórios técnicos.
 - Sugere-se abrir uma pasta para cada comissão, conselho, grupo de trabalho, junta e/ou comitê, sempre que tal procedimento se justificar.
- 012 COMUNICAÇÃO SOCIAL
- 012.1 RELAÇÕES COM A IMPRENSA
- 012.11 CREDENCIAMENTO DE JORNALISTAS
- 012.12 ENTREVISTAS. NOTICIÁRIOS. REPORTAGENS. EDITORIAIS
- 012.2 DIVULGAÇÃO INTERNA
- 012.3 CAMPANHAS INSTITUCIONAIS. PUBLICIDADE
- Incluem-se cartazes, folhetos, anúncios, folders e outros documentos de caráter promocional.
- 019 OUTROS ASSUNTOS REFERENTES À ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO
- 019.01 INFORMAÇÕES SOBRE O ÓRGÃO
- Incluem-se documentos referentes aos pedidos de informações sobre as funções e atividades do órgão e os serviços que presta.
- 020 PESSOAL

- 020.1 LEGISLAÇÃO
- Incluem-se normas, regulamentações, diretrizes, estatutos, regulamentos, procedimentos, estudos e/ou decisões de carácter geral e boletins administrativo, de pessoal e de serviço.
- 020.2 IDENTIFICAÇÃO FUNCIONAL (inclusive carteira, cartão, crachá, credencial e passaporte diplomático)
- 020.3 OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E ESTATUTÁRIAS. COM ÓRGÃOS NORMATIZADORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. LEI DOS 2/3. RAIS
- 020.31 RELAÇÕES COM OS CONSELHOS PROFISSIONAIS
- Quanto aos documentos cujas informações gerem contenciosos administrativos ou judiciais, classificar no assunto específico.
- 020.4 SINDICATOS. ACORDOS. DISSÍDIOS
- Quanto à contribuição sindical do servidor, classificar em 024.141.
 - Quanto à contribuição sindical do empregador, classificar em 024.153.
- 020.5 ASSENTAMENTOS INDIVIDUAIS. CADASTRO
- Incluem-se documentos referentes à vida funcional do servidor, bem como os registros e/ou anotações a ele referidos.
 - Ordenar as pastas de assentamento individual alfabeticamente pelo nome do servidor.
 - Sugere-se abrir uma pasta para os documentos de carácter geral, sempre que tal procedimento se justificar.
- 021 RECRUTAMENTO E SELEÇÃO
- 021.1 CANDIDATOS A CARGO E EMPREGO PÚBLICOS: INSCRIÇÃO E CURRÍCULUM VITAE
- 021.2 EXAMES DE SELEÇÃO
- Incluem-se documentos referentes aos concursos públicos: provas e títulos, constituição de bancas examinadoras, testes psicotécnicos, exames médicos, editais, exemplares únicos de provas, gabaritos, resultados e recursos.
 - Ordenar pelo tipo de exame e título do concurso, em ordem alfabética.
- 022 APERFEIÇOAMENTO E TREINAMENTO
- 022.1 CURSOS (inclusive bolsas de estudo)

022.11	PROMOVIDOS PELA INSTITUIÇÃO (inclusive propostas, estudos, editais, programas, relatórios finais, exemplares únicos de exercícios, relação de participantes, avaliação e controle de expedição de certificados)
022.12	PROMOVIDOS POR OUTRAS INSTITUIÇÕES
022.121	NO BRASIL
022.122	NO EXTERIOR
022.2	ESTÁGIOS (inclusive bolsas de estágio)
022.21	PROMOVIDOS PELA INSTITUIÇÃO (inclusive estudos, propostas, programas, relatórios finais, relação de participantes, avaliação e declaração de comprovação de estágio)
022.22	PROMOVIDOS POR OUTRAS INSTITUIÇÕES
022.221	NO BRASIL
022.222	NO EXTERIOR
022.9	OUTROS ASSUNTOS REFERENTES A APERFEIÇOAMENTO E TREINAMENTO - Incluem-se documentos referentes às palestras e reuniões de caráter informativo geral promovidas pelo órgão.
023	QUADROS, TABELAS E POLÍTICA DE PESSOAL
023.01	ESTUDOS E PREVISÃO DE PESSOAL
023.02	CRIAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO, TRANSFORMAÇÃO, TRANSPOSIÇÃO E REMUNERAÇÃO DE CARGOS E FUNÇÕES
023.03	REESTRUTURAÇÕES E ALTERAÇÕES SALARIAIS (inclusive ascensão e progressão funcional; avaliação de desempenho; enquadramento; equiparação, reajuste e reposição salarial; promoções)
023.1	MOVIMENTAÇÃO DE PESSOAL - Quando se tratar de atos específicos e individuais de servidores, classificar em 020.5.
023.11	ADMISSÃO. APROVEITAMENTO. CONTRATAÇÃO. NOMEAÇÃO. READMISSÃO. READAPTAÇÃO. RECONDUÇÃO. REINTEGRAÇÃO. REVERSÃO
023.12	DEMISSÃO. DISPENSA. EXONERAÇÃO. RESCISÃO CONTRATUAL. FALECIMENTO.

023.13	LOTAÇÃO. REMOÇÃO. TRANSFERÊNCIA. PERMUTA
023.14	DESIGNAÇÃO. DISPONIBILIDADE. REDISTRIBUIÇÃO. SUBSTITUIÇÃO
023.15	REQUISIÇÃO. CESSÃO - Incluem-se documentos referentes às requisições e cessões internas e/ou externas de servidores para a realização de serviços temporários.
024	DIREITOS, OBRIGAÇÕES E VANTAGENS
024.1	FOLHAS DE PAGAMENTO. FICHAS FINANCEIRAS
024.11	SALÁRIOS, VENCIMENTOS, PROVENTOS E REMUNERAÇÕES
024.111	SALÁRIO-FAMÍLIA
024.112	ABONO OU PROVENTO PROVISÓRIO. ABONO DE PERMANÊNCIA EM SERVIÇO
024.119	OUTROS SALÁRIOS, VENCIMENTOS, PROVENTOS E REMUNERAÇÕES
024.12	GRATIFICAÇÕES (inclusive incorporações)
024.121	DE FUNÇÃO
024.122	JETONS
024.123	CARGOS EM COMISSÃO
024.124	NATALINA (décimo terceiro salário)
024.129	OUTRAS GRATIFICAÇÕES
024.13	ADICIONAIS
024.131	TEMPO DE SERVIÇO (anuênios, biênios e quinquênios)
024.132	NOTURNO
024.133	PERICULOSIDADE
024.134	INSALUBRIDADE
024.135	ATIVIDADES PENOSAS
024.136	SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO (horas extras)

024.137	FÉRIAS: ADICIONAL DE 1/3 E ABONO PECUNIÁRIO - Quanto ao afastamento para gozo de férias, ver 024.2.
024.139	OUTROS ADICIONAIS
024.14	DESCONTOS
024.141	CONTRIBUIÇÃO SINDICAL DO SERVIDOR
024.142	CONTRIBUIÇÃO PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL
024.143	IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE (IRRF)
024.144	PENSÕES ALIMENTÍCIAS
024.145	CONSIGNAÇÕES
024.149	OUTROS DESCONTOS
024.15	ENCARGOS PATRONAIS. RECOLHIMENTOS
024.151	PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO (PASEP). PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL (PIS)
024.152	FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO (FGTS)
024.153	CONTRIBUIÇÃO SINDICAL DO EMPREGADOR
024.154	CONTRIBUIÇÃO PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL (inclusive contribuições anteriores)
024.155	SALÁRIO MATERNIDADE
024.156	IMPOSTO DE RENDA
024.2	FÉRIAS - Quanto ao pagamento de adicional de 1/3 de férias e abono pecuniário, ver 024.137.

024.3

LICENÇAS

- Incluem-se documentos referentes aos estudos, normas e procedimentos sobre todas as licenças concedidas aos servidores.
- Ordenar por:
 - acidente em serviço
 - adotante
 - afastamento do cônjuge/companheiro
 - atividade política
 - capacitação profissional
 - desempenho de mandato classista
 - doença em pessoa da família
 - gestante
 - paternidade
 - prêmio por assiduidade
 - serviço militar
 - tratamento de interesses particulares
 - tratamento de saúde (inclusive perícia médica)
- Ver também 024.4, 024.91 e 029.11.

024.4

AFASTAMENTOS

- Quanto ao afastamento para missões fora da sede e viagens a serviço no país ou no exterior, classificar em 029.21 e 029.22, respectivamente.
- Ordenar por:
 - para depor
 - para exercer mandato eletivo
 - para servir ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE)
 - para servir como jurado
 - suspensão de contrato de trabalho (CLT)
- Ver também 024.3, 024.91 e 029.11.

024.5

REEMBOLSO DE DESPESAS

024.51

MUDANÇA DE DOMICÍLIO DE SERVIDORES

024.52

LOCOMOÇÃO

- Incluem-se documentos referentes às despesas efetuadas com a utilização de meio próprio de locomoção para a execução de serviços externos.

024.59

OUTROS REEMBOLSOS

024.9

OUTROS DIREITOS, OBRIGAÇÕES E VANTAGENS

- 024.91 CONCESSÕES
- Ordenar por:
 - alistamento eleitoral
 - casamento (gala)
 - doação de sangue
 - falecimento de familiares (nojo)
 - horário especial para servidor estudante
 - horário especial para servidor portador de deficiência
 - Ver também 024.3, 024.4 e 029.11.
- 024.92 AUXÍLIOS
- Ordenar por:
 - alimentação/refeição
 - assistência pré-escolar/creche
 - fardamento/uniforme
 - moradia
 - vale-transporte
 - Ver também 026.12.
- 025 APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE E AÇÃO DISCIPLINAR
- 025.1 DENÚNCIAS. SINDICÂNCIAS. INQUÉRITOS
- 025.11 PROCESSOS DISCIPLINARES
- Incluem-se documentos referentes à acumulação ilícita de cargos, empregos e funções públicas, afastamento preventivo, instauração do inquérito (ato de constituição da comissão de sindicância), inquérito administrativo (instrução, defesa, relatório e julgamento) e revisão do processo disciplinar.
 - Quando se tratar de acumulação lícita de cargos, empregos e funções públicas, classificar em 020.5.
- 025.12 PENALIDADES DISCIPLINARES
- Incluem-se documentos referentes à advertência, suspensão, demissão, cassação de aposentadoria, disponibilidade, destituição de cargo em comissão e destituição de função comissionada.
 - O registro das penalidades disciplinares deverá ser feito na pasta de assentamento individual do servidor 020.5.
- 026 PREVIDÊNCIA, ASSISTÊNCIA E SEGURIDADE SOCIAL
- Quanto às licenças, ver 024.3.

026.01	PREVIDÊNCIA PRIVADA
	- Incluem-se documentos referentes aos planos privados de concessão de pecúlios ou de rendas, de benefícios complementares ou assemelhados aos da previdência social.
026.1	BENEFÍCIOS
026.11	SEGUROS
026.12	AUXÍLIOS
	- Ordenar por: acidente doença funeral natalidade reclusão
	- Ver também 024.92.
026.13	APOSENTADORIA
	- Quanto ao abono ou provento provisório, ver 024.112.
026.131	CONTAGEM E AVERBAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO
026.132	PENSÕES: PROVISÓRIA, TEMPORÁRIA E VITALÍCIA
026.19	OUTROS BENEFÍCIOS
026.191	ADIANTAMENTOS E EMPRÉSTIMOS A SERVIDORES
026.192	ASSISTÊNCIA À SAÚDE (inclusive prontuário médico do servidor e planos de saúde)
026.193	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS
026.194	OCUPAÇÃO DE PRÓPRIOS DA UNIÃO
026.195	TRANSPORTES PARA SERVIDORES
026.2	HIGIENE E SEGURANÇA DO TRABALHO
	- Quanto ao pagamento de adicionais de periculosidade, insalubridade e atividades penosas, classificar em 024.133, 024.134 e 024.135, respectivamente.
026.21	PREVENÇÃO DE ACIDENTES DE TRABALHO. COMISSÃO INTERNA DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES (CIPA)

026.22	REFEITÓRIOS, CANTINAS E COPAS (fornecimento de refeições)
026.23	INSPEÇÕES PERIÓDICAS DE SAÚDE
029	OUTROS ASSUNTOS REFERENTES A PESSOAL
029.1	HORÁRIO DE EXPEDIENTE (inclusive escala de plantão)
029.11	CONTROLE DE FREQUÊNCIA (livros, cartões, folhas de ponto, abono de faltas, cumprimento de horas extras) - Ver também 024.3, 024.4 e 024.91.
029.2	MISSÕES FORA DA SEDE. VIAGENS A SERVIÇO - Sugere-se abrir uma pasta para cada missão e/ou viagem, sempre que tal procedimento se justificar. - Quanto aos relatórios técnicos das missões e/ou viagens, classificar no assunto específico.
029.21	NO PAÍS - Incluem-se documentos referentes às ajudas de custo, diárias, passagens (inclusive devolução), prestações de contas e relatórios de viagem. - Quanto à ajuda de custo para mudança de domicílio de servidores, ver 024.51.
029.22	NO EXTERIOR (afastamento do país)
029.221	SEM ÔNUS PARA A INSTITUIÇÃO
029.222	COM ÔNUS PARA A INSTITUIÇÃO - Incluem-se documentos referentes à autorização de afastamento, diárias (inclusive compra de moeda estrangeira), lista de participantes (no caso de comitivas e delegações), passagens, passaportes, prestações de contas, relatórios de viagem e reservas de hotel.
029.3	INCENTIVOS FUNCIONAIS
029.31	PRÊMIOS (concessão ao mérito e elogios)
029.4	DELEGAÇÕES DE COMPETÊNCIA. PROCURAÇÃO
029.5	SERVIÇOS PROFISSIONAIS TRANSITÓRIOS: AUTÔNOMOS E COLABORADORES (inclusive licitações)
029.6	AÇÕES TRABALHISTAS. RECLAMAÇÕES TRABALHISTAS

- 029.7 MOVIMENTOS REIVINDICATÓRIOS: GREVES E PARALISAÇÕES
- 030 MATERIAL
- Incluem-se normas, regulamentações, diretrizes, procedimentos, estudos e/ou decisões de caráter geral.
- 030.1 CADASTRO DE FORNECEDORES
- 031 ESPECIFICAÇÃO. PADRONIZAÇÃO. CODIFICAÇÃO. PREVISÃO. CATÁLOGO. IDENTIFICAÇÃO. CLASSIFICAÇÃO (inclusive amostras)
- 032 REQUISIÇÃO E CONTROLE DE SERVIÇOS REPROGRÁFICOS (inclusive assinaturas autorizadas e reprodução de formulários)
- 033 AQUISIÇÃO (inclusive licitações)
- 033.1 MATERIAL PERMANENTE
- Incluem-se documentos referentes a equipamentos, mobiliário, aparelhos, ferramentas, máquinas, instrumentos técnicos e obras de arte.
 - Quanto à documentação bibliográfica, classificar em 062.
- 033.11 COMPRA (inclusive compra por importação)
- 033.12 ALUGUEL. COMODATO. LEASING
- 033.13 EMPRÉSTIMO. DOAÇÃO. CESSÃO. PERMUTA
- 033.2 MATERIAL DE CONSUMO
- 033.21 COMPRA
- 033.22 CESSÃO. DOAÇÃO. PERMUTA
- 033.23 CONFECÇÃO DE IMPRESSOS
- Incluem-se documentos referentes à impressão de formulários, convites, cartazes, cartões e outros.
- 034 MOVIMENTAÇÃO DE MATERIAL (permanente e de consumo)
- 034.01 TERMOS de Movimentação de Bens Móveis-RMB ou RMBM)
- 034.1 CONTROLE DE ESTOQUE (inclusive requisição, distribuição e Relatório de Movimentação de Almoxarifado-RMA)
- 034.2 EXTRAVIO. ROUBO.
- Quando se tratar de apuração de responsabilidade de servidor, classificar em 025.

- 034.3 TRANSPORTE DE MATERIAL
- 034.4 AUTORIZAÇÃO DE SAÍDA DE MATERIAL
- 034.5 RECOLHIMENTO DE MATERIAL AO DEPÓSITO
- 035 ALIENAÇÃO. BAIXA (material permanente e de consumo)
- 035.1 VENDA (inclusive leilão)
- 035.2 CESSÃO. DOAÇÃO. PERMUTA
- 036 INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO
 - Incluem-se documentos referentes aos serviços de instalação, conservação, recuperação e consertos de equipamentos e mobiliário.
- 036.1 REQUISIÇÃO E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS (inclusive licitações)
- 036.2 SERVIÇOS EXECUTADOS EM OFICINAS DO ÓRGÃO
- 037 INVENTÁRIO
 - Quanto aos inventários de documentação bibliográfica, classificar em 062.5.
- 037.1 MATERIAL PERMANENTE
- 037.2 MATERIAL DE CONSUMO
- 039 OUTROS ASSUNTOS REFERENTES A MATERIAL
- 040 PATRIMÔNIO
 - Incluem-se normas, regulamentações, diretrizes, procedimentos, estudos e/ou decisões de caráter geral.
- 041 BENS IMÓVEIS
 - Incluem-se escrituras, plantas e projetos relativos aos edifícios, terrenos, residências e salas.
 - Sugere-se abrir uma pasta para cada bem imóvel, sempre que tal procedimento se justificar.
- 041.01 FORNECIMENTO E MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS BÁSICOS
 - Quanto à instalação, conservação e reparo de rádio, telex, telefone e fac-símile, ver 072.1, 073.1 e 074.1, respectivamente.
- 041.011 ÁGUA E ESGOTO

041.012	GÁS
041.013	LUZ E FORÇA
041.02	COMISSÃO INTERNA DE CONSERVAÇÃO DE ENERGIA (CICE)
041.03	CONDOMÍNIO
041.1	AQUISIÇÃO
041.11	COMPRA
041.12	CESSÃO
041.13	DOAÇÃO
041.14	PERMUTA
041.15	LOCAÇÃO. ARRENDAMENTO. COMODATO
041.2	ALIENAÇÃO
041.21	VENDA
041.22	CESSÃO
041.23	DOAÇÃO
041.24	PERMUTA
041.3	DESAPROPRIAÇÃO. REINTEGRAÇÃO DE POSSE. REIVINDICAÇÃO DE DOMÍNIO. TOMBAMENTO
041.4	OBRAS
041.41	REFORMA. RECUPERAÇÃO. RESTAURAÇÃO
041.42	CONSTRUÇÃO
041.5	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO (inclusive licitações)
041.51	MANUTENÇÃO DE ELEVADORES
041.52	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO
041.53	MANUTENÇÃO DE SUBESTAÇÕES E GERADORES
041.54	LIMPEZA. IMUNIZAÇÃO. DESINFESTAÇÃO (inclusive para jardins)
041.59	OUTROS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO

042	VEÍCULOS
	- Sugere-se abrir uma pasta para cada veículo.
042.1	AQUISIÇÃO (inclusive licitações)
042.11	COMPRA (inclusive compra por importação)
042.12	ALUGUEL
042.13	CESSÃO. DOAÇÃO. PERMUTA. TRANSFERÊNCIA
042.2	CADASTRO. LICENCIAMENTO. EMPLACAMENTO. TOMBAMENTO
042.3	ALIENAÇÃO (inclusive licitações)
042.31	VENDA (inclusive leilão)
042.32	CESSÃO. DOAÇÃO. PERMUTA. TRANSFERÊNCIA
042.4	ABASTECIMENTO. LIMPEZA. MANUTENÇÃO. REPARO
042.5	ACIDENTES. INFRAÇÕES. MULTAS
042.9	OUTROS ASSUNTOS REFERENTES A VEÍCULOS
042.91	CONTROLE DE USO DE VEÍCULOS
042.911	REQUISIÇÃO
042.912	AUTORIZAÇÃO PARA USO FORA DO HORÁRIO DE EXPEDIENTE
042.913	ESTACIONAMENTO. GARAGEM
043	BENS SEMOVENTES
	- Esta classificação poderá ser ampliada de acordo com a necessidade.
044	INVENTÁRIO (inclusive Relatório de Movimentação de Bens Imóveis-MBI)
049	OUTROS ASSUNTOS REFERENTES A PATRIMÔNIO
049.1	GUARDA E SEGURANÇA
049.11	SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA
049.12	SEGUROS (inclusive de veículos)

- 049.13 PREVENÇÃO DE INCÊNDIO
- Incluem-se documentos referentes ao treinamento de pessoal, instalação e manutenção de extintores, inspeções periódicas, constituição de brigadas de incêndio, planos, projetos e relatórios.
- 049.14 SINISTRO
- Incluem-se documentos referentes às vistorias, sindicâncias e perícias técnicas relativas a arrombamento, desaparecimento, extravio, incêndio e roubo.
- 049.15 CONTROLE DE PORTARIA
- Incluem-se documentos referentes ao controle de entrada e saída de pessoas, materiais e veículos; permissão para entrada e permanência fora do horário de expediente; controle de entrega e devolução de chaves; e registro de ocorrências.
 - Quanto ao controle de uso de veículos, ver 042.91.
- 049.2 MUDANÇAS
- 049.21 PARA OUTROS IMÓVEIS
- 049.22 DENTRO DO MESMO IMÓVEL
- 049.3 USO DE DEPENDÊNCIAS
- Incluem-se documentos referentes à utilização de auditório e demais dependências do imóvel, pelo órgão ou por terceiros.
- 050 ORÇAMENTO E FINANÇAS
- Incluem-se normas, regulamentações, diretrizes, procedimentos, estudos e/ou decisões de caráter geral.
- 050.1 AUDITORIA
- 051 ORÇAMENTO
- 051.1 PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
- 051.11 PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
- 051.12 PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA
- 051.13 QUADRO DE DETALHAMENTO DE DESPESA (QDD)
- Incluem-se documentos referentes às metas e destinação de recursos e receitas por fontes.

051.14	CRÉDITOS ADICIONAIS
	- Incluem-se documentos referentes aos créditos suplementar, especial e extraordinário.
051.2	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
051.21 (DISTRIBUIÇÃO)	DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIA)
	- Incluem-se documentos referentes às transferências, provisão, destaques, estornos e subvenções.
051.22	ACOMPANHAMENTO DE DESPESA MENSAL (PESSOAL/DÍVIDA)
051.23	PLANO OPERATIVO. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO
052	FINANÇAS
052.1	PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA DE DESEMBOLSO
052.2	EXECUÇÃO FINANCEIRA
	- Incluem-se documentos referentes às despesas correntes e de capital.
052.21	RECEITA
	- Incluem-se documentos referentes aos créditos do Tesouro Nacional (cota, repasse e sub-repasse), taxas cobradas por serviços, multas, emolumentos e outras rendas arrecadadas.
052.22	DESPESA
	- Incluem-se documentos referentes às despesas correntes e de capital, bem como adiantamentos, subvenções, suprimimento de fundos e restos a pagar.
053	FUNDOS ESPECIAIS
054	ESTÍMULOS FINANCEIROS E CREDITÍCIOS
	- Incluem-se documentos referentes aos subsídios, incentivos fiscais e investimentos.
055	OPERAÇÕES BANCÁRIAS
055.01	PAGAMENTOS EM MOEDA ESTRANGEIRA
055.1	CONTA ÚNICA (inclusive assinaturas autorizadas e extratos de contas)

- 055.2 OUTRAS CONTAS: TIPO B, C e D (inclusive assinaturas autorizadas e extratos de contas)
- 056 BALANÇOS. BALANCETES
- 057 TOMADA DE CONTAS. PRESTAÇÃO DE CONTAS (inclusive parecer de aprovação das contas)
- 059 OUTROS ASSUNTOS REFERENTES A ORÇAMENTO E FINANÇAS
- 059.1 TRIBUTOS (IMPOSTOS E TAXAS)
- 060 DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO
- 060.1 PUBLICAÇÃO DE MATÉRIAS NO DIÁRIO OFICIAL
- 060.2 PUBLICAÇÃO DE MATÉRIAS NOS BOLETINS ADMINISTRATIVO, DE PESSOAL E DE SERVIÇO
- 060.3 PUBLICAÇÃO DE MATÉRIAS EM OUTROS PERIÓDICOS
- 061 PRODUÇÃO EDITORIAL (inclusive edição ou co-edição de publicações em geral produzidas pelo órgão em qualquer suporte)
- 061.1 EDITORAÇÃO. PROGRAMAÇÃO VISUAL
- Incluem-se documentos referentes à composição, copidesque e revisão de textos.
- 061.2 DISTRIBUIÇÃO. PROMOÇÃO. DIVULGAÇÃO
- Incluem-se documentos referentes à doação, permuta e venda.
 - Quanto à permuta de documentação bibliográfica, ver 062.13.
- 062 DOCUMENTAÇÃO BIBLIOGRÁFICA (livros, periódicos, folhetos e audiovisuais)
- 062.01 NORMAS E MANUAIS
- Incluem-se estudos e textos referentes à elaboração de metodologias e procedimentos técnicos adotados para o tratamento da documentação bibliográfica.
- 062.1 AQUISIÇÃO (no Brasil e no exterior)
- 062.11 COMPRA (inclusive assinaturas de periódicos)
- 062.12 DOAÇÃO
- 062.13 PERMUTA
- Quanto à permuta da produção editorial do órgão, ver 061.2.

- 062.2 REGISTRO
- Incluem-se documentos referentes à incorporação de livros e periódicos ao acervo.
- 062.3 CATALOGAÇÃO. CLASSIFICAÇÃO. INDEXAÇÃO
- 062.4 REFERÊNCIA E CIRCULAÇÃO
- Incluem-se documentos referentes às consultas, pesquisas bibliográficas, bibliografias, empréstimos e intercâmbio entre bibliotecas.
- 062.5 INVENTÁRIO
- 063 DOCUMENTAÇÃO ARQUIVÍSTICA: GESTÃO DE DOCUMENTOS E SISTEMA DE ARQUIVOS
- 063.01 NORMAS E MANUAIS
- Incluem-se estudos e orientações referentes à elaboração de documentos, metodologias e procedimentos técnicos.
- 063.1 PRODUÇÃO DE DOCUMENTOS. LEVANTAMENTO. DIAGNÓSTICO. FLUXO
- 063.2 PROTOCOLO: RECEPÇÃO, TRAMITAÇÃO E EXPEDIÇÃO DE DOCUMENTOS
- 063.3 ASSISTÊNCIA TÉCNICA
- 063.4 CLASSIFICAÇÃO E ARQUIVAMENTO (inclusive códigos de classificação de documentos)
- 063.5 POLÍTICA DE ACESSO AOS DOCUMENTOS
- 063.51 CONSULTAS. EMPRÉSTIMOS
- 063.6 DESTINAÇÃO DE DOCUMENTOS
- 063.61 ANÁLISE. AVALIAÇÃO. SELEÇÃO (inclusive tabelas de temporalidade)
- 063.62 ELIMINAÇÃO (inclusive termos, listagens e editais de ciência de eliminação)
- 063.63 TRANSFERÊNCIA. RECOLHIMENTO (inclusive guias e termos de transferência; guias, relações e termos de recolhimento; e listagens descritivas do acervo)
- 064 DOCUMENTAÇÃO MUSEOLÓGICA
- Esta classificação poderá ser subdividida quando houver necessidade.

- 065 REPRODUÇÃO DE DOCUMENTOS
- Incluem-se documentos referentes à reprodução, em qualquer suporte, de material arquivístico, bibliográfico e museológico.
 - Quanto à requisição de cópias eletrostáticas, ver 032.
- 066 CONSERVAÇÃO DE DOCUMENTOS
- 066.1 DESINFESTAÇÃO. HIGIENIZAÇÃO
- 066.2 ARMAZENAMENTO. DEPÓSITOS
- 066.3 RESTAURAÇÃO (inclusive encadernação)
- 067 INFORMÁTICA
- 067.1 PLANOS E PROJETOS
- 067.2 PROGRAMAS. SISTEMAS. REDES (inclusive licença e registro de uso e compra)
- 067.21 MANUAIS TÉCNICOS
- 067.22 MANUAIS DO USUÁRIO
- 067.3 ASSISTÊNCIA TÉCNICA
- 069 OUTROS ASSUNTOS REFERENTES À DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO
- 070 COMUNICAÇÕES
- Incluem-se normas, regulamentações, diretrizes, procedimentos, estudos e/ou decisões de caráter geral.
- 071 SERVIÇO
- 071.1 SERVIÇOS DE ENTREGA EXPRESSA
- 071.11 NACIONAL
- 071.12 INTERNACIONAL
- 071.2 SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE E ENTREGA DE CORRESPONDÊNCIA AGRUPADA – MALOTE
- 071.3 MALA OFICIAL
- 071.9 OUTROS SERVIÇOS POSTAIS
- 072 SERVIÇO DE RÁDIO

- 072.1 INSTALAÇÃO. MANUTENÇÃO. REPARO
- 073 SERVIÇO DE TELEX
- 073.1 INSTALAÇÃO. MANUTENÇÃO. REPARO
- 074 SERVIÇO TELEFÔNICO (inclusive autorização para ligações interurbanas). FAC-SÍMILE (fax)
- 074.1 INSTALAÇÃO. TRANSFERÊNCIA. MANUTENÇÃO. REPARO
- 074.2 LISTAS TELEFÔNICAS INTERNAS
- 074.3 CONTAS TELEFÔNICAS
- 075 SERVIÇO DE TRANSMISSÃO DE DADOS, VOZ E IMAGEM
- 079 OUTROS ASSUNTOS REFERENTES A COMUNICAÇÕES
- 090 OUTROS ASSUNTOS REFERENTES À ADMINISTRAÇÃO GERAL
- 091 AÇÕES JUDICIAIS
- CLASSE 900 – ASSUNTOS DIVERSOS
 - 910 – SOLENIDADES. COMEMORAÇÕES. HOMENAGENS
 - 920 – CONGRESSOS. CONFERÊNCIAS. SEMINÁRIOS. SIMPÓSIOS. ENCONTROS. CONVENÇÕES. CICLOS DE PALESTRAS. MESAS REDONDAS
 - 930 – FEIRAS. SALÕES. EXPOSIÇÕES. MOSTRAS. CONCURSOS. FESTAS
 - 940 – VISITAS E VISITANTES
 - 950 – (vaga)
 - 960 – (vaga)
 - 970 – (vaga)
 - 980 – (vaga)
 - 990 – ASSUNTOS TRANSITÓRIOS
- 900 ASSUNTOS DIVERSOS
 - Incluem-se documentos de caráter genérico referentes à administração geral cujos assuntos não possuem classificação específica nas demais classes do código.
- 910 SOLENIDADES. COMEMORAÇÕES. HOMENAGENS (inclusive discursos e palestras)
 - Ordenar por evento, em ordem alfabética ou cronológica.

- 920 CONGRESSOS. CONFERÊNCIAS. SEMINÁRIOS. SIMPÓSIOS.
ENCONTROS. CONVENÇÕES. CICLOS DE PALESTRAS.
MESAS REDONDAS
- Incluem-se documentos referentes tanto aos eventos promovidos pelo órgão, quanto à participação e apresentação de trabalhos por técnicos do órgão.
 - Ordenar por evento, em ordem alfabética ou cronológica.
- 930 FEIRAS. SALÕES. EXPOSIÇÕES. MOSTRAS. CONCURSOS. FESTAS
- 940 VISITAS E VISITANTES
- Incluem-se documentos referentes às solicitações de audiência, assistência, orientação e assessoramento a visitantes.
- 990 ASSUNTOS TRANSITÓRIOS
- 991 APRESENTAÇÃO. RECOMENDAÇÃO
- Incluem-se documentos referentes a cartas de apresentação e recomendação.
- 992 COMUNICADOS E INFORMES
- Incluem-se documentos referentes às comunicações de posse, afastamento de cargos e alterações de endereços e telefones.
- 993 AGRADECIMENTOS. CONVITES. FELICITAÇÕES. PÊSAMES
- 994 PROTESTOS. REIVINDICAÇÕES. SUGESTÕES
- 995 PEDIDOS, OFERECIMENTOS E INFORMAÇÕES DIVERSAS
- 996 ASSOCIAÇÕES: CULTURAIS, DE AMIGOS E DE SERVIDORES

ANEXO 3

PLANO DE CLASSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO: ATIVIDADES-MEIO – SAESP (RECORTE) – MODELO FUNCIONAL

DESCRIÇÃO DAS FUNÇÕES E SUBFUNÇÕES

01 ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA (FUNÇÃO)

Esta função compreende as diretrizes e regulamentação interna, o funcionamento, a criação e as ações de planejamento e controle que possibilitam o andamento das rotinas administrativas dos diferentes órgãos, definindo as regras jurídico-administrativas da organização estatal e estratégias para assegurar a defesa dos direitos de usuários do serviço público.

01.01 Ordenamento jurídico (SUBFUNÇÃO)

Esta subfunção refere-se ao cumprimento das determinações de caráter de direito administrativo organizatório que estabelecem as relações entre os órgãos, as funções e os agentes que irão desempenhá-las. Abrange as atividades de elaboração de atos administrativos, formalização de acordos bilaterais, habilitação jurídica e regulamentação fiscal dos órgãos, entidades e empresas, acompanhamento de ações judiciais, elaboração de pareceres, uniformização da jurisprudência administrativa e assessoramento técnico-legislativo.

01.02 Planejamento das ações de governo e controle dos serviços (SUBFUNÇÃO)

Esta subfunção refere-se à elaboração, com bases técnicas, de planos e diretrizes, permitindo o desenvolvimento de programas de governo com fins específicos, abrangendo também o acompanhamento sistemático e o controle da execução daqueles planos e diretrizes, bem como, ações que assegurem a qualidade e a produtividade na prestação dos serviços públicos e a defesa dos direitos de seus usuários.

01.03 Apoio à administração pública (SUBFUNÇÃO)

Esta subfunção refere-se ao agendamento e acompanhamento de compromissos oficiais, assim como à publicidade de atos oficiais no Diário Oficial e o controle da redação, do envio e da publicação.

02 COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL (FUNÇÃO)

Esta função compreende o conjunto de procedimentos destinados a difundir informações sobre as políticas e sobre o funcionamento dos órgãos, de modo a torná-las claras e compreensíveis para diferentes públicos, internos e externos, além de definir estratégias de governo para estabelecer relações inter-institucionais.

02.01 Assessoria de imprensa (SUBFUNÇÃO)

Esta subfunção refere-se ao acompanhamento das relações entre os órgãos governamentais e a imprensa escrita, falada e televisiva, por meio da redação, seleção e distribuição de *press releases* e de notícias, organização de entrevistas, elaboração de normas de redação e de declarações a serem divulgadas, bem como da cobertura dos eventos ou solenidades oficiais.

02.02 Cerimonial e relações públicas (SUBFUNÇÃO)

Esta subfunção refere-se ao conjunto de formalidades que devem ser obedecidas nas cerimônias oficiais, incluindo-se pessoal a ser convocado, normas para a execução de atos e serviços e todo o atendimento consular, além dos parâmetros de governo para o estabelecimento de relações institucionais.

02.03 Promoção de eventos ou cerimônias oficiais (SUBFUNÇÃO)

Esta subfunção refere-se à organização de eventos tais como congressos, cursos, seminários, simpósios, encontros, feiras e exposições, bem como solenidades e recepções oficiais.

02.04 Propaganda e marketing (SUBFUNÇÃO)

Esta subfunção refere-se ao planejamento, criação e execução de atividades de propaganda e campanhas de publicidade, bem como à promoção de ações governamentais relativas à divulgação de determinados serviços públicos.

02.05 Produção editorial (SUBFUNÇÃO)

Esta subfunção refere-se à edição de publicações oficiais ou de publicações editadas por órgãos públicos em parceria com outras entidades.

03 GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (FUNÇÃO)

Esta função corresponde a coordenação das ações de recrutamento, seleção, desenvolvimento e capacitação, avaliação e acompanhamento da vida funcional dos funcionários ou servidores encarregados da execução de serviços públicos ou de natureza pública, dentro das hierarquias funcionais e dos regimes jurídicos aos quais se submetem.

03.01 Planejamento e formulação de políticas de recursos humanos (SUBFUNÇÃO)

Esta subfunção refere-se à elaboração de manuais de procedimentos, realização de estudos e pesquisas relativos aos padrões de lotação, de adequação dos quadros de pessoal, de planos de salários e programas de regimes de trabalho e da classificação e cadastro de cargos e funções.

03.02 Seleção e desenvolvimento de recursos humanos (SUBFUNÇÃO)

Esta subfunção refere-se à coordenação dos processos seletivos, concursos públicos, capacitação e qualificação dos funcionários e servidores públicos ou dos candidatos a cargos e funções nos diferentes órgãos.

03.03 Expediente de pessoal (SUBFUNÇÃO)

Esta subfunção refere-se à elaboração de atos administrativos relativos à vida funcional, às atividades de avaliação de desempenho, de elaboração de expedientes para concessão de vantagens e benefícios e aos procedimentos para apuração e aplicação de punição disciplinar.

03.04 Controle de frequência (SUBFUNÇÃO)

Esta subfunção refere-se ao registro da frequência, à concessão de horário de estudante e horário especial, à apuração do tempo de serviço para aposentadoria e expedição de certidões para comprovação de direitos.

03.05 Pagamento de pessoal (SUBFUNÇÃO)

Esta subfunção refere-se à elaboração dos expedientes necessários ao processamento da folha de pagamento e ao controle efetivo do pagamento.

03.06 Segurança e medicina do trabalho (SUBFUNÇÃO)

Esta subfunção refere-se às atividades relativas à avaliação da saúde do funcionário ou servidor, registro de ocorrências médicas, medicina do trabalho e prevenção de acidentes do trabalho.

03.07 Promoção do desenvolvimento social de funcionários e servidores (SUBFUNÇÃO)

Esta subfunção refere-se às atividades de promoção da qualidade de vida dos funcionários ou servidores, atendimento de suas necessidades básicas e de seus familiares.

03.08 Coordenação de atividades de convivência infantil (SUBFUNÇÃO)

Esta subfunção refere-se às atividades de atendimento e assistência às crianças, filhos e dependentes de funcionários ou servidores, nos Centros de Convivência Infantil.

04 GESTÃO DE BENS MATERIAIS E PATRIMONIAIS (FUNÇÃO)

Esta função corresponde à administração de bens móveis e imóveis do Estado, compreendendo sua aquisição, controle, uso, alienação e inutilização, assim como a contratação e administração de serviços, nas mais diversas modalidades, previstas em legislação específica.

04.01 Controle de compras, serviços e obras (SUBFUNÇÃO)

Esta subfunção refere-se à administração das diferentes modalidades de aquisição de material de consumo ou permanente, seja por compra direta, adiantamento, licitação (concorrência, convite,

tomada de preço), seja por doação, empréstimo, *leasing* ou permuta. Compreende também a administração das contratações de serviços e obras públicas por concorrência, por convite, por tomada de preços e as relações com os prestadores de serviços e fornecedores.

04.02 Controle de bens patrimoniais (SUBFUNÇÃO)

Esta subfunção refere-se às ações de registro, defesa, acompanhamento da utilização e arrolamento das baixas para inutilização ou alienação de bens patrimoniais do Estado em suas diferentes modalidades (doação, cessão, transferência, permuta).

04.03 Controle de almoxarifado (SUBFUNÇÃO)

Esta subfunção refere-se às ações de recebimento, formação, distribuição e controle de estoque de material de consumo e permanente dos órgãos públicos, incluindo previsão de consumo.

04.04 Controle do patrimônio imobiliário (SUBFUNÇÃO)

Esta subfunção refere-se às ações de aquisição de bens imóveis, nas mais diversas modalidades (compra, permuta, doação, dação em pagamento, desapropriação, adjudicação em execução de sentença, reintegração de posse, transferência, usucapião), bem como do cadastramento, conservação, alienação, locação e administração dos próprios do Estado.

04.05 Controle de transportes internos (SUBFUNÇÃO)

Esta subfunção refere-se às ações relativas à fixação da frota, aquisição, registro, regularização, manutenção, abastecimento, controle do uso, da movimentação e da guarda de veículos oficiais, em convênio ou locados.

05 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (FUNÇÃO)

Esta função compreende o cumprimento das diretrizes da política orçamentária e financeira por meio do planejamento orçamentário e da execução orçamentária e financeira no que se refere ao controle da execução, distribuição de recursos e alterações orçamentárias, até o pagamento de despesas e a prestação de contas.

05.01 Planejamento orçamentário (SUBFUNÇÃO)

Esta subfunção refere-se à fixação das diretrizes e formulação de propostas orçamentárias por meio da elaboração, consolidação e formalização de projetos de lei.

05.02 Execução orçamentária e financeira (SUBFUNÇÃO)

Esta subfunção refere-se às atividades de distribuição, acompanhamento, reserva de recursos, adiantamento de despesas, prestação de contas, pagamento de despesas, operações de crédito e

pagamento da dívida pública, abrangendo todo o controle da contabilidade dos órgãos públicos da Administração Estadual.

06 GESTÃO DE DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES (FUNÇÃO)

Esta função refere-se às políticas arquivísticas do órgão e aos procedimentos relativos à comunicação externa e interna, aos serviços de protocolo, arquivo e acesso aos documentos, bem como ao controle de acervos. Abrange, ainda, as ações de incorporação e utilização de tecnologias da informação.

06.01 Comunicação administrativa (SUBFUNÇÃO)

Esta subfunção refere-se às atividades relativas ao recebimento, registro, classificação, arquivamento, avaliação e descrição de documentos, assim como ao controle dos acervos arquivístico, bibliográfico, museológico ou artístico.

06.02 Gestão de tecnologia da informação (SUBFUNÇÃO)

Esta subfunção refere-se ao controle da implantação, funcionamento e manutenção dos sistemas informatizados e dos equipamentos eletrônicos, bem como às atividades de desenvolvimento de programas de computador e de vistoria e proteção à integridade dos documentos eletrônicos.

07 GESTÃO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES (FUNÇÃO)

Esta função compreende os serviços de recepção e controle de portaria, manutenção e vigilância de edifícios e equipamentos, assim como os serviços de limpeza, de copa, de reprografia, de gráfica e de telecomunicações.

PLANO DE CLASSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO: ATIVIDADES-MEIO

Função:	01	ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA
Subfunção:	01.01	Ordenamento jurídico
Atividade:	01.01.01	Elaboração de atos normativos
Documento:	01.01.01.01	Decreto, estatuto, código, regulamento, regimento, instrução normativa, norma, resolução, deliberação, portaria
Atividade:	01.01.02	Habilitação jurídica e regularização fiscal dos órgãos, entidades e empresas
Documentos:	01.01.02.01	Alvará de funcionamento
	01.01.02.02	Certificado de matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI
	01.01.02.03	Comprovante de atualização de dados no Cadastro Nacional do Trabalhador - CNT
	01.01.02.04	Comprovante de inscrição e de situação cadastral no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ
	01.01.02.05	Comprovante de inscrição no Cadastro de Contribuinte Mobiliário - CCM
	01.01.02.06	Comprovante de inscrição no Cadastro de Contribuintes do ICMS
	01.01.02.07	Comprovante de inscrição no Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT
	01.01.02.08	Comprovante de matrícula na Junta Comercial

	01.01.02.09	Processo de cadastramento no Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS
Atividade:	01.01.03	Formalização de acordos bilaterais
Documentos:	01.01.03.01	Convênio, termo de cooperação, acordo, protocolo de intenções, termo de parceria
	01.01.03.02	Processo de dissídio coletivo de trabalho
Atividade:	01.01.04	Acompanhamento e instrução de ações judiciais e administrativas
Documentos:	01.01.04.01	Expediente de acompanhamento de ação judicial
	01.01.04.02	Expediente de atendimento de requisições, ordens judiciais ou administrativas
	01.01.04.03	Ficha de acompanhamento de ação judicial
	01.01.04.04	Livro de controle de ações judiciais
	01.01.04.05	Minutas de petições iniciais
Atividade:	01.01.05	Elaboração de pareceres e uniformização da jurisprudência administrativa
Documentos:	01.01.05.01	Despacho normativo
	01.01.05.02	Parecer jurídico
	01.01.05.03	Parecer técnico
	01.01.05.04	Súmula
Atividade:	01.01.06	Assessoramento técnico-legislativo
Documentos:	01.01.06.01	Leis
	01.01.06.02	Livro de mensagens à Assembléia Legislativa
	01.01.06.03	Livro de vetos
	01.01.06.04	Processo de estudo de projeto de lei
	01.01.06.05	Processo de indicação de propostas
	01.01.06.06	Processo de projeto de lei
	01.01.06.07	Processo de proposta de emenda constitucional
	01.01.06.08	Processo de requerimento de esclarecimentos sobre atos administrativos ou normativos
Subfunção:	01.02	Planejamento das ações de governo e controle dos serviços
Atividade:	01.02.01	Formulação de diretrizes e metas de ação
Documento:	01.02.01.01	Plano, programa ou projeto
Atividade:	01.02.02	Execução, acompanhamento e avaliação de atividades
Documentos:	01.02.02.01	Cronograma de atividades
	01.02.02.02	Manual técnico, de procedimentos ou do usuário
	01.02.02.03	Processo de constituição de comissão, conselho ou grupo de trabalho
	01.02.02.04	Processo de prestação de contas anual ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo
	01.02.02.05	Proposta técnica
	01.02.02.06	Relatório anual de atividades do órgão, entidade ou empresa
	01.02.02.07	Relatório de acompanhamento de contrato
	01.02.02.08	Relatório de acompanhamento de convênio, termo de cooperação, acordo, protocolo de intenções, termo de parceria
	01.02.02.09	Relatório de atividades
	01.02.02.10	Relatório de final de mandato - prestação de contas
Atividade:	01.02.03	Defesa dos direitos de usuários do serviço público
Documentos:	01.02.03.01	Carta-resposta
	01.02.03.02	Código de ética
	01.02.03.03	Expediente de acompanhamento da reclamação ou sugestão
	01.02.03.04	Ficha de acompanhamento de reclamações ou sugestões em ordem cronológica
	01.02.03.05	Formulário de reclamação ou sugestão sobre serviço público
	01.02.03.06	Lista de reclamações contra órgãos públicos
	01.02.03.07	Ofício encaminhando reclamações ou sugestões à autoridade competente
	01.02.03.08	Parecer da Ouvidoria

- 01.02.03.09 Processo para apuração de denúncias
- 01.02.03.10 Quadro geral de serviços públicos prestados pelo Estado
- 01.02.03.11 Relatório de avaliação de serviços públicos
- 01.02.03.12 Relatório estatístico de reclamações

Subfunção: 01.03 Apoio à administração pública

Atividade: 01.03.01 Controle de compromissos oficiais

- Documentos:
- 01.03.01.01 Agenda de compromissos oficiais
 - 01.03.01.02 Ata de reunião
 - 01.03.01.03 Ata de sessão
 - 01.03.01.04 Carta de representação
 - 01.03.01.05 Cédula de votação de conselheiro
 - 01.03.01.06 Comunicado agendando audiência
 - 01.03.01.07 Convite recebido
 - 01.03.01.08 Mala direta
 - 01.03.01.09 Ofício autorizando funcionário ou servidor a conceder entrevista à imprensa
 - 01.03.01.10 Ofício convocando para reunião
 - 01.03.01.11 Ofício solicitando agendamento de audiência
 - 01.03.01.12 Pauta de compromissos
 - 01.03.01.13 Pauta de reunião
 - 01.03.01.14 Registro de convites recebidos

Atividade: 01.03.02 Publicidade de atos oficiais

- Documentos:
- 01.03.02.01 Formulário de encaminhamento de matéria para publicação no Diário Oficial do Estado
 - 01.03.02.02 Lista de códigos de identificação e autorização
 - 01.03.02.03 Matéria para publicação no Diário Oficial do Estado

Função: 02 COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

Subfunção: 02.01 Assessoria de imprensa

Atividade: 02.01.01 Compilação de notícias sobre a administração estadual

- Documento:
- 02.01.01.01 *Clipping*

Atividade: 02.01.02 Divulgação das ações de governo

- Documentos:
- 02.01.02.01 Artigo, nota e notícia
 - 02.01.02.02 Credencial
 - 02.01.02.03 Pauta para a imprensa
 - 02.01.02.04 *Release* e sinopse
 - 02.01.02.05 *Site* institucional

Atividade: 02.01.03 Editoração e programação visual

- Documento:
- 02.01.03.01 Modelo de diagramação para matérias de *site* institucional

Atividade: 02.01.04 Produção de registros de imagem e som

- Documentos:
- 02.01.04.01 Banco de imagem
 - 02.01.04.02 Registro fotográfico
 - 02.01.04.03 Registro sonoro
 - 02.01.04.04 Vídeo institucional

Subfunção: 02.02 Cerimonial e relações públicas

Atividade: 02.02.01 Elaboração de normas para recepções oficiais

- Documento:
- 02.02.01.01 Normas do Cerimonial Público

Atividade: 02.02.02 Apoio logístico

- Documentos:
- 02.02.02.01 Comunicado de instrução de serviço
 - 02.02.02.02 Memorando solicitando contingente
 - 02.02.02.03 Ofício solicitando ajudantes de ordem
 - 02.02.02.04 Requisição de veículo

Atividade: 02.02.03 Relações institucionais

- Documentos:
- 02.02.03.01 Expediente de indicações políticas

	02.02.03.02	Expediente de solicitação de apoio político-financeiro
Atividade:	02.02.04	Redação ou tradução de correspondências e comunicados
Documentos:	02.02.04.01	Comunicado de luto oficial
	02.02.04.02	Comunicado sobre a realização de cerimônia oficial
	02.02.04.03	Ofício de agradecimento, cumprimento, despedida ou pêsames
	02.02.04.04	Ofício encaminhando o programa e o cerimonial da solenidade ou recepção
	02.02.04.05	Ofício para autoridade diplomática ou consular
	02.02.04.06	Ofício solicitando serviços de tradução
Atividade:	02.02.05	Atendimento consular
Documentos:	02.02.05.01	Cadastro de datas nacionais
	02.02.05.02	Cadastro do corpo consular
	02.02.05.03	Expediente referente à emissão de identidade consular
	02.02.05.04	Ficha de atualização de dados consulares
	02.02.05.05	Livro de atas de expedição de identificação consular
	02.02.05.06	Processo de designação de autoridade consular
Subfunção:	02.03	Promoção de eventos ou cerimônias oficiais
Atividade:	02.03.01	Organização de eventos ou cerimônias oficiais
Documentos:	02.03.01.01	Agenda de eventos
	02.03.01.02	Cadastro de autoridades estrangeiras recebidas
	02.03.01.03	Cadastro de comendas outorgadas
	02.03.01.04	Convite de evento organizado por órgão estadual
	02.03.01.05	Credencial de evento ou cerimônia oficial
	02.03.01.06	Discurso, palestra ou conferência
	02.03.01.07	Dossiê de evento
	02.03.01.08	Expediente de solenidade rotineira
	02.03.01.09	Folheto, catálogo ou cartaz de divulgação de evento
	02.03.01.10	Lista de presença em evento
	02.03.01.11	Lista de presentes oferecidos e recebidos
	02.03.01.12	Livro de assinaturas de autoridades
	02.03.01.13	Programa de solenidade, recepção oficial ou evento
	02.03.01.14	Relação de convidados para eventos ou solenidades oficiais
Subfunção:	02.04	Propaganda e marketing
Atividade:	02.04.01	Elaboração da identidade visual
Documento:	02.04.01.01	Projeto executivo de identidade visual
Atividade:	02.04.02	Contratação de agências de publicidade
Documentos:	02.04.02.01	<i>Briefing</i> de licitação
	02.04.02.02	Edital para contratação de agência de publicidade
	02.04.02.03	Processo de contratação de agência de publicidade
Atividade:	02.04.03	Planejamento e controle de atividades de publicidade
Documentos:	02.04.03.01	<i>Briefing</i> de campanha
	02.04.03.02	Cadastro de despesas com comunicação
	02.04.03.03	Cadastro dos meios de comunicação
	02.04.03.04	Ofício encaminhando o Relatório em ordem cronológica de pagamento
	02.04.03.05	Ofício relativo aos serviços de comunicação
	02.04.03.06	Pedido de campanha de publicidade
	02.04.03.07	Termo de especificação técnica de campanha de publicidade
Atividade:	02.04.04	Análise de propostas de campanhas publicitárias ou de eventos
Documentos:	02.04.04.01	Arte final de peça de campanha publicitária
	02.04.04.02	Ofício solicitando aprovação de peças de campanha ou evento
	02.04.04.03	Parecer técnico sobre atividades de propaganda e marketing
	02.04.04.04	Peça de campanha publicitária
	02.04.04.05	Plano de mídia
	02.04.04.06	Vídeo de campanha publicitária

Subfunção:	02.05	Produção editorial
Atividade:	02.05.01	Publicação oficial e co-edição
Documentos:	02.05.01.01	Livro, periódico, folheto
	02.05.01.02	Projeto gráfico
	02.05.01.03	Prova do projeto gráfico
Função:	03	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS
Subfunção:	03.01	Planejamento e formulação de políticas de recursos humanos
Atividade:	03.01.01	Elaboração de estudos e pesquisas
Documentos:	03.01.01.01	Processo de estudo de política salarial
	03.01.01.02	Processo de estudo para aperfeiçoamento de métodos e técnicas de recrutamento e seleção
	03.01.01.03	Processo de estudo para classificação de cargos e funções
	03.01.01.04	Processo de estudo para definição das exigências, requisitos, interstícios e demais procedimentos aplicáveis ao acesso
	03.01.01.05	Processo de estudo para subsidiar as políticas de recrutamento e seleção
	03.01.01.06	Processo de estudo sobre a necessidade de cursos
	03.01.01.07	Processo de planejamento anual de concursos públicos e seleção
	03.01.01.08	Processo de proposta de contratação e qualificação de recursos humanos
	03.01.01.09	Processo de proposta de padrão de lotação
	03.01.01.10	Relatório de pesquisa sobre mercado de trabalho
	03.01.01.11	Relatório técnico de dimensionamento do quadro de pessoal
Atividade:	03.01.02	Classificação e cadastramento de cargos e funções
Documentos:	03.01.02.01	Decreto de fixação, extinção ou relocação de postos de trabalho
	03.01.02.02	Ficha de cadastro de cargos e funções
	03.01.02.03	Organograma funcional
	03.01.02.04	Processo de alteração de grade
	03.01.02.05	Processo de criação de cargo
	03.01.02.06	Processo de extinção de cargo
	03.01.02.07	Processo de identificação e classificação de função
	03.01.02.08	Processo de transformação de cargo
	03.01.02.09	Quadro anual de pessoal, de cargos criados, providos e vagos
	03.01.02.10	Quadro de cargos e funções
	03.01.02.11	Quadro de classificação de cargos e funções
	03.01.02.12	Relatório mensal de cargos e funções
Subfunção:	03.02	Seleção e desenvolvimento de recursos humanos
Atividade:	03.02.01	Recrutamento e seleção
Documentos:	03.02.01.01	Currículo de candidato a emprego público
	03.02.01.02	Ficha de inscrição de candidato a emprego público
	03.02.01.03	Livro de registro de concurso público
	03.02.01.04	Processo de abertura de concurso público para provimento de cargo mediante nomeação
	03.02.01.05	Processo de abertura de processo seletivo especial ou concurso interno
	03.02.01.06	Processo de abertura de processo seletivo para preenchimento de função-atividade mediante admissão
	03.02.01.07	Processo de abertura de processo seletivo para prestação voluntária de serviços
	03.02.01.08	Processo de aproveitamento de remanescentes de concurso público
	03.02.01.09	Processo referente aos programas de recrutamento e seleção
	03.02.01.10	Provas e gabaritos de concurso público ou processo seletivo
	03.02.01.11	Relação das admissões por concurso público ou processo seletivo
	03.02.01.12	Relação das contratações por tempo determinado
	03.02.01.13	Relação de servidores e funcionários cedidos à Organização Social
Atividade:	03.02.02	Capacitação e aperfeiçoamento funcional

Documentos:	03.02.02.01	Atestado de frequência em curso
	03.02.02.02	Cadastro de instrutores e instituições especializadas em ensino e treinamento
	03.02.02.03	Calendário de Cursos e Estágios - CCE
	03.02.02.04	Cronograma de cursos
	03.02.02.05	Dossiê de curso
	03.02.02.06	Plano de atividades de desenvolvimento e capacitação
	03.02.02.07	Processo de autorização de curso
	03.02.02.08	Processo de capacitação de recursos humanos
	03.02.02.09	Processo de concessão de bolsa de estudo
	03.02.02.10	Processo de concurso para admissão em cursos da Academia da Polícia Militar
	03.02.02.11	Relatório de avaliação de curso de capacitação ou qualificação técnica
	03.02.02.12	Relatório de desempenho de participantes de cursos
	03.02.02.13	Relatório mensal de custos com cursos

Subfunção: 03.03 Expediente de pessoal

Atividade: 03.03.01 Elaboração e registro de atos relativos à vida funcional

Documentos:	03.03.01.01	Formulário para o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED
	03.03.01.02	Planilha de progressão funcional
	03.03.01.03	Processo de acumulação de cargo ou função-atividade
	03.03.01.04	Processo de mobilidade funcional
	03.03.01.05	Processo de promoção por bravura
	03.03.01.06	Processo de promoção por merecimento ou antiguidade
	03.03.01.07	Prontuário do estagiário
	03.03.01.08	Prontuário funcional
	03.03.01.09	Relatório de movimentação de funcionários

Atividade: 03.03.02 Elaboração de expedientes para posse, preenchimento de função-atividade, provimento de cargo, vacância e substituição

Documentos:	03.03.02.01	Comunicado de falecimento
	03.03.02.02	Declaração negativa de admissão de pessoal
	03.03.02.03	Livro de posse de servidores
	03.03.02.04	Pedido de prorrogação de prazo para o exercício do cargo
	03.03.02.05	Pedido de prorrogação de prazo para posse
	03.03.02.06	Processo de dispensa de função-atividade
	03.03.02.07	Processo de exoneração do cargo
	03.03.02.08	Processo de substituição de ocupante de cargo ou função-atividade
	03.03.02.09	Processo para preenchimento de função-atividade
	03.03.02.10	Processo para provimento de cargo
	03.03.02.11	Relação de substituições remuneradas

Atividade: 03.03.03 Elaboração de contratos de trabalho e atos relativos à sua alteração, suspensão e rescisão

Documentos:	03.03.03.01	Aviso prévio
	03.03.03.02	Comunicado de dispensa ou desligamento
	03.03.03.03	Comunicado de exclusão de pessoal da Frente de Trabalho
	03.03.03.04	Contrato individual de trabalho
	03.03.03.05	Livro de registro de empregados
	03.03.03.06	Pedido de demissão
	03.03.03.07	Processo de admissão para prestação voluntária de serviços
	03.03.03.08	Processo de contratação de estagiário
	03.03.03.09	Processo de rescisão de contrato individual de trabalho
	03.03.03.10	Recibo de entrega de comunicado de dispensa
	03.03.03.11	Recibo de entrega de requerimento do seguro-desemprego
	03.03.03.12	Relatório de débito
	03.03.03.13	Termo aditivo ao contrato individual de trabalho

	03.03.03.14	Termo de rescisão de contrato individual de trabalho
Atividade:	03.03.04	Concessão de direitos, vantagens e benefícios
Documentos:	03.03.04.01	Aviso de férias
	03.03.04.02	Escala de férias
	03.03.04.03	Escala de licenças-prêmio
	03.03.04.04	Pedido de retenção ou suplementação do auxílio-alimentação
	03.03.04.05	Processo de afastamentos ou licenças
	03.03.04.06	Processo de aposentadoria
	03.03.04.07	Processo de aposentadoria e pensão de advogados, economistas e serventuários
	03.03.04.08	Processo de complementação de proventos de aposentadoria
	03.03.04.09	Processo de complementação do valor da pensão
	03.03.04.10	Processo de concessão de direitos e benefícios
	03.03.04.11	Processo de concessão e incorporação de vantagens pecuniárias
	03.03.04.12	Processo de incorporação de décimos
	03.03.04.13	Processo de indeferimento de férias por absoluta necessidade do serviço
	03.03.04.14	Processo de pensão mensal ao beneficiário do servidor público estadual
	03.03.04.15	Processo de pensão mensal ao beneficiário do servidor público municipal - CASEM
	03.03.04.16	Processo de reforma ou transferência para a reserva
	03.03.04.17	Quadro demonstrativo de pagamento de férias
	03.03.04.18	Recibo de 13.º salário
	03.03.04.19	Recibo de abono de férias
	03.03.04.20	Recibo de adiantamento de 13.º salário
	03.03.04.21	Recibo de entrega de auxílio-alimentação
	03.03.04.22	Recibo de entrega de vale-transporte
	03.03.04.23	Recibo de gozo de férias
	03.03.04.24	Recibo de pagamento de férias
	03.03.04.25	Recibo de pagamento de salário-educação
	03.03.04.26	Relação de funcionários afastados
	03.03.04.27	Relatório de auxílio-alimentação
	03.03.04.28	Requerimento para gozo de férias indeferidas
	03.03.04.29	Solicitação da 1.ª parcela do 13.º salário
	03.03.04.30	Solicitação de abono de férias
Atividade:	03.03.05	Concessão de financiamento aos servidores
Documentos:	03.03.05.01	Ficha de Informação de Financiamento - FIF
	03.03.05.02	Processo de carteira do lazer
	03.03.05.03	Processo de concessão de bolsa de estudos reembolsável
	03.03.05.04	Processo de financiamento habitacional
	03.03.05.05	Processo de repasse de pagamento de seguro habitacional e Fundo de Compensação e Variação Salarial - FCVS
	03.03.05.06	Processo de repasse de pagamento do Fundo de Compensação e Variação Salarial - FCVS
	03.03.05.07	Relatório do Fundo de Compensação e Variação Salarial - FCVS
Atividade:	03.03.06	Avaliação de desempenho e incentivo funcional
Documentos:	03.03.06.01	Apostila de avaliação de desempenho
	03.03.06.02	Ata de reunião dos responsáveis pela avaliação
	03.03.06.03	Boletim de desempenho para readaptação funcional
	03.03.06.04	Dossiê de avaliação de funcionários demitidos
	03.03.06.05	Formulário de avaliação de cursos de formação e aperfeiçoamento funcional
	03.03.06.06	Formulário de avaliação de desempenho
	03.03.06.07	Formulário de manifestação sobre o cumprimento de metas
	03.03.06.08	Plano de desempenho do órgão ou unidade
	03.03.06.09	Processo administrativo de avaliação de desempenho e estágio probatório
	03.03.06.10	Processo avaliatório para concessão do Prêmio de Incentivo à Produtividade e Qualidade - PIPQ
	03.03.06.11	Recibo de entrega do demonstrativo da avaliação de desempenho

	03.03.06.12	Relatório dos processos avaliatórios
Atividade:	03.03.07	Contencioso disciplinar
Documentos:	03.03.07.01	Pedido de reconsideração de decisão em processo administrativo
	03.03.07.02	Processo administrativo para aplicação de pena disciplinar
	03.03.07.03	Processo de pedido de justificação para apuração de irregularidades na conduta de oficiais
	03.03.07.04	Processo de perda do posto, da patente e de graduação das praças
	03.03.07.05	Processo de revisão de Processo administrativo ou de Processo de sindicância
	03.03.07.06	Processo de sindicância para apuração de abandono de cargo
	03.03.07.07	Processo de sindicância para apuração de falta disciplinar
Atividade:	03.03.08	Recolhimento de encargos sociais e contribuições
Documentos:	03.03.08.01	Processo de recolhimento de contribuição para o Plano da Seguridade Social
	03.03.08.02	Processo de recolhimento de contribuição sindical
	03.03.08.03	Processo de recolhimento do FGTS
	03.03.08.04	Processo de recolhimento do PIS/PASEP
	03.03.08.05	Relação Anual de Informações Sociais - RAIS
	03.03.08.06	Relação de contribuição sindical, assistencial e confederativa
Subfunção:	03.04	Controle de frequência
Atividade:	03.04.01	Registro de frequência
Documentos:	03.04.01.01	Atestado de frequência
	03.04.01.02	Banco de horas
	03.04.01.03	Boletim de frequência
	03.04.01.04	Comunicado de ocorrências
	03.04.01.05	Escala de serviço
	03.04.01.06	Ficha de registro de frequência (modelo 100)
	03.04.01.07	Ficha individual de alterações
	03.04.01.08	Formulário de justificativa de falta
	03.04.01.09	Mapa de frequência
	03.04.01.10	Mapa de horas-extras
	03.04.01.11	Pedido de abono de faltas
	03.04.01.12	Planilha de controle de horas-extras
	03.04.01.13	Processo de concessão de horário de estudante
	03.04.01.14	Processo de concessão de horário especial
	03.04.01.15	Processo de convocação de prestação de serviço extraordinário e horas-extras
	03.04.01.16	Quadro demonstrativo de registro de frequência
	03.04.01.17	Registro de ponto
	03.04.01.18	Relação de servidores com ocorrências
Atividade:	03.04.02	Registro de atos de aposentadoria, reforma, pensão e disponibilidade
Documentos:	03.04.02.01	Processo Único de Contagem de Tempo - PUCT
	03.04.02.02	Relação de apostilas retificatórias de vantagens decorrentes de decisão judicial
	03.04.02.03	Relação de atos concessórios de aposentadoria
	03.04.02.04	Relação de atos concessórios de complementação de proventos de aposentadoria
	03.04.02.05	Relação de atos concessórios de complementação do valor da pensão
	03.04.02.06	Relação de atos concessórios de pensão dos servidores civis e militares
	03.04.02.07	Relação de atos concessórios de reforma ou transferência para a reserva
Subfunção:	03.05	Pagamento de pessoal
Atividade:	03.05.01	Elaboração de expedientes para a folha de pagamento
Documentos:	03.05.01.01	Autorização para descontos não previstos em lei

	03.05.01.02	Boletim informativo para elaboração da Folha de pagamento
	03.05.01.03	Formulário de atualização de dados pessoais e funcionais para a elaboração da Folha de pagamento (via arquivada na Secretaria da Fazenda)
	03.05.01.04	Formulário de atualização de dados pessoais e funcionais para a elaboração da Folha de pagamento (via arquivada nas Unidades de Recursos Humanos)
	03.05.01.05	Guia de autorização para consignação em Folha de pagamento
	03.05.01.06	Informação judicial
	03.05.01.07	Processo de auditoria de contratos de consignatárias
	03.05.01.08	Processo de cálculo de incorporação de vantagens pecuniárias
	03.05.01.09	Processo de cálculo para pagamento de precatório
	03.05.01.10	Processo de compensação previdenciária
	03.05.01.11	Processo de consolidação de decisões judiciais
	03.05.01.12	Processo de desconto de honorário advocatício em Folha de pagamento
	03.05.01.13	Processo de diferença de vencimentos
	03.05.01.14	Processo de dispensa de reposição de vencimentos
	03.05.01.15	Processo de estorno ou reposição
	03.05.01.16	Processo de guias de recolhimento de PIS/PASEP
	03.05.01.17	Processo de inscrição para consignação em Folha de pagamento
	03.05.01.18	Processo de pagamento a quem de direito
	03.05.01.19	Processo de pagamento de férias e licença-prêmio em pecúnia
	03.05.01.20	Processo de pagamento do salário-maternidade
	03.05.01.21	Processo de pedido de ressarcimento do PIS/PASEP
	03.05.01.22	Processo de renúncia de proventos
	03.05.01.23	Processo de unificação de critérios de pagamento
	03.05.01.24	Processo para cancelamento de inscrição no IAMSPE
	03.05.01.25	Processo para pagamento de benefício da Lei de Guerra
	03.05.01.26	Processo para pagamento de pensão - Segurança Pública
	03.05.01.27	Processo para pagamento de pensão alimentícia
	03.05.01.28	Processo para pagamento de pensão auxílio-acidente
	03.05.01.29	Processo para pagamento de pensão especial
	03.05.01.30	Processo para pagamento de pensão especial a participantes da Revolução Constitucionalista de 1932
	03.05.01.31	Processo para pagamento de pensão parlamentar
	03.05.01.32	Processo relatório de gratificação de Gestão e Controle do Erário Estadual - GECE de Autarquia
	03.05.01.33	Processo relatório de gratificação de representação de Autarquia
	03.05.01.34	Requerimento de revisão de pagamento
	03.05.01.35	Requerimento para pagamento de auxílio-funeral
Atividade:	03.05.02	Elaboração da folha de pagamento
Documentos:	03.05.02.01	Declaração de encargos de dependentes para fins de Imposto de Renda
	03.05.02.02	Extrato do INSS para fins de complementação de aposentadoria
	03.05.02.03	Ficha financeira de pagamento de servidores, inativos ou pensionistas
	03.05.02.04	Folha de pagamento (via arquivada na Secretaria da Fazenda)
	03.05.02.05	Folha de pagamento (via arquivada nas Unidades de Recursos Humanos)
	03.05.02.06	Ordem de crédito complementar individual
	03.05.02.07	Ordem de crédito das folhas de pagamento
	03.05.02.08	Planilha de concessão de décimos incorporados
	03.05.02.09	Planilha de concessão de incorporação de gratificação de representação
	03.05.02.10	Quadro demonstrativo da Folha de pagamento de Autarquias e Fundações
	03.05.02.11	Relação de crédito bancário
	03.05.02.12	Relatório anual da Folha de pagamento
	03.05.02.13	Relatório com o total de consignação por entidade
	03.05.02.14	Relatório com quantidade de <i>holleriths</i>
	03.05.02.15	Relatório comparativo da Folha de pagamento
	03.05.02.16	Relatório de 1/3 de férias por Secretaria

- 03.05.01.02 Boletim informativo para elaboração da Folha de pagamento
 - 03.05.01.03 Formulário de atualização de dados pessoais e funcionais para a elaboração da Folha de pagamento (via arquivada na Secretaria da Fazenda)
 - 03.05.01.04 Formulário de atualização de dados pessoais e funcionais para a elaboração da Folha de pagamento (via arquivada nas Unidades de Recursos Humanos)
 - 03.05.01.05 Guia de autorização para consignação em Folha de pagamento
 - 03.05.01.06 Informação judicial
 - 03.05.01.07 Processo de auditoria de contratos de consignatárias
 - 03.05.01.08 Processo de cálculo de incorporação de vantagens pecuniárias
 - 03.05.01.09 Processo de cálculo para pagamento de precatório
 - 03.05.01.10 Processo de compensação previdenciária
 - 03.05.01.11 Processo de consolidação de decisões judiciais
 - 03.05.01.12 Processo de desconto de honorário advocatício em Folha de pagamento
 - 03.05.01.13 Processo de diferença de vencimentos
 - 03.05.01.14 Processo de dispensa de reposição de vencimentos
 - 03.05.01.15 Processo de estorno ou reposição
 - 03.05.01.16 Processo de guias de recolhimento de PIS/PASEP
 - 03.05.01.17 Processo de inscrição para consignação em Folha de pagamento
 - 03.05.01.18 Processo de pagamento a quem de direito
 - 03.05.01.19 Processo de pagamento de férias e licença-prêmio em pecúnia
 - 03.05.01.20 Processo de pagamento do salário-maternidade
 - 03.05.01.21 Processo de pedido de ressarcimento do PIS/PASEP
 - 03.05.01.22 Processo de renúncia de proventos
 - 03.05.01.23 Processo de unificação de critérios de pagamento
 - 03.05.01.24 Processo para cancelamento de inscrição no IAMSPE
 - 03.05.01.25 Processo para pagamento de benefício da Lei de Guerra
 - 03.05.01.26 Processo para pagamento de pensão - Segurança Pública
 - 03.05.01.27 Processo para pagamento de pensão alimentícia
 - 03.05.01.28 Processo para pagamento de pensão auxílio-acidente
 - 03.05.01.29 Processo para pagamento de pensão especial
 - 03.05.01.30 Processo para pagamento de pensão especial a participantes da Revolução Constitucionalista de 1932
 - 03.05.01.31 Processo para pagamento de pensão parlamentar
 - 03.05.01.32 Processo relatório de gratificação de Gestão e Controle do Erário Estadual - GECE de Autarquia
 - 03.05.01.33 Processo relatório de gratificação de representação de Autarquia
 - 03.05.01.34 Requerimento de revisão de pagamento
 - 03.05.01.35 Requerimento para pagamento de auxílio-funeral
- Atividade: 03.05.02 Elaboração da folha de pagamento**
- Documentos:
- 03.05.02.01 Declaração de encargos de dependentes para fins de Imposto de Renda
 - 03.05.02.02 Extrato do INSS para fins de complementação de aposentadoria
 - 03.05.02.03 Ficha financeira de pagamento de servidores, inativos ou pensionistas
 - 03.05.02.04 Folha de pagamento (via arquivada na Secretaria da Fazenda)
 - 03.05.02.05 Folha de pagamento (via arquivada nas Unidades de Recursos Humanos)
 - 03.05.02.06 Ordem de crédito complementar individual
 - 03.05.02.07 Ordem de crédito das folhas de pagamento
 - 03.05.02.08 Planilha de concessão de décimos incorporados
 - 03.05.02.09 Planilha de concessão de incorporação de gratificação de representação
 - 03.05.02.10 Quadro demonstrativo da Folha de pagamento de Autarquias e Fundações
 - 03.05.02.11 Relação de crédito bancário
 - 03.05.02.12 Relatório anual da Folha de pagamento
 - 03.05.02.13 Relatório com o total de consignação por entidade
 - 03.05.02.14 Relatório com quantidade de *holleriths*
 - 03.05.02.15 Relatório comparativo da Folha de pagamento
 - 03.05.02.16 Relatório de 1/3 de férias por Secretaria

Subfunção:	03.07	Promoção do desenvolvimento social de funcionários e servidores
Atividade:	03.07.01	Planejamento e controle de ações sociais
Documentos:	03.07.01.01	Dossiê por programa social de qualidade de vida
	03.07.01.02	Processo relativo ao programa social de qualidade de vida
	03.07.01.03	Proposta anual de trabalho
	03.07.01.04	Relatório anual de avaliação das atividades de serviço social
Atividade:	03.07.02	Execução e registro de ações sociais
Documentos:	03.07.02.01	Cadastro de funcionários e familiares atendidos
	03.07.02.02	Ficha de avaliação sócio-econômica
	03.07.02.03	Formulário agendando consulta
	03.07.02.04	Formulário de encaminhamento ao IAMSPE
	03.07.02.05	Prontuário social
	03.07.02.06	Relatório de visita domiciliar
Subfunção:	03.08	Coordenação de atividades de convivência infantil
Atividade:	03.08.01	Controle de ingresso e de frequência
Documentos:	03.08.01.01	Cadastro de crianças matriculadas e inscritas
	03.08.01.02	Ficha de inscrição da criança
	03.08.01.03	Ficha de matrícula da criança
	03.08.01.04	Ficha de registro mensal de frequência
	03.08.01.05	Livro de matrícula de crianças
	03.08.01.06	Prontuário da criança
Atividade:	03.08.02	Realização de atividades recreativas e pedagógicas
Documentos:	03.08.02.01	Lista de frequência em passeios ou viagens
	03.08.02.02	Programa de atividades recreativas e pedagógicas
	03.08.02.03	Registro fotográfico de evento infantil
	03.08.02.04	Vídeo de evento infantil
Atividade:	03.08.03	Controle da saúde e da alimentação
Documentos:	03.08.03.01	Cardápio semanal
	03.08.03.02	Ficha de controle de estoque de alimentos e medicamentos
	03.08.03.03	Ficha individual de vacinação
	03.08.03.04	Mapa mensal de refeições
	03.08.03.05	Planilha de controle de vacinação
	03.08.03.06	Relatório de enfermagem
	03.08.03.07	Relatório mensal de saúde da criança
Atividade:	03.08.04	Acompanhamento do desenvolvimento da criança
Documentos:	03.08.04.01	Ficha de controle mensal de peso e altura
	03.08.04.02	Lista de presença em reuniões de pais
	03.08.04.03	Livro de ocorrências com as crianças
	03.08.04.04	Planilha anual de controle de pesos e medidas
Função:	04	GESTÃO DE BENS MATERIAIS E PATRIMONIAIS
Subfunção:	04.01	Controle de compras, serviços e obras
Atividade:	04.01.01	Licitação e administração de contratos
Documentos:	04.01.01.01	Contratos
	04.01.01.02	Pedido de inclusão no cadastro de impedimentos
	04.01.01.03	Pedido de reabilitação no cadastro de impedimentos
	04.01.01.04	Processo relativo aos trabalhos de Comissão Permanente ou Especial de Licitação
	04.01.01.05	Relação de contratos e atos jurídicos análogos e seus aditamentos
	04.01.01.06	Relação de despesas com dispensa ou inexigibilidade de licitação
	04.01.01.07	Relação de licitações por modalidade
Atividade:	04.01.02	Registro de preços
Documentos:	04.01.02.01	Cadastro de registro de preços
	04.01.02.02	Processo de registro de preços
Atividade:	04.01.03	Cadastramento de fornecedores e prestadores de serviços

Documentos:	04.01.03.01	Cadastro de fornecedores e prestadores de serviços
	04.01.03.02	Cadastro de serviços terceirizados
	04.01.03.03	Processo de registro cadastral
Atividade:	04.01.04	Aquisição de bens materiais e patrimoniais
Documentos:	04.01.04.01	Processo de aquisição de bens de informática e automação
	04.01.04.02	Processo de aquisição de material de consumo
	04.01.04.03	Processo de aquisição de material permanente
	04.01.04.04	Processo de aquisição de semovente
Atividade:	04.01.05	Contratação de serviços e obras
Documentos:	04.01.05.01	Processo de contratação de obra pública
	04.01.05.02	Processo de contratação de serviço de informática e automação
	04.01.05.03	Processo de contratação de serviço técnico profissional especializado
	04.01.05.04	Processo de contratação de serviço técnico profissional generalizado
	04.01.05.05	Processo de contratação de serviços comuns
	04.01.05.06	Processo de contratação de serviços terceirizados
	04.01.05.07	Processo de credenciamento de pessoal
Subfunção:	04.02	Controle de bens patrimoniais
Atividade:	04.02.01	Cadastro e chapeamento de bens patrimoniais
Documentos:	04.02.01.01	Inventário físico de bens patrimoniais
	04.02.01.02	Inventário físico-financeiro de bens patrimoniais
	04.02.01.03	Livro de controle de chapa patrimonial
Atividade:	04.02.02	Defesa de bens patrimoniais
Documentos:	04.02.02.01	Certificado de garantia
	04.02.02.02	Processo de contratação de seguro para bens patrimoniais
	04.02.02.03	Processo de sindicância relativa à defesa de bens patrimoniais
Atividade:	04.02.03	Locação de bens patrimoniais
Documento:	04.02.03.01	Processo de locação de máquinas e equipamentos
Atividade:	04.02.04	Registro da movimentação de bens patrimoniais
Documentos:	04.02.04.01	Comunicado de transferência de bens patrimoniais
	04.02.04.02	Processo de alienação de bens patrimoniais
	04.02.04.03	Processo de permuta de bens patrimoniais
	04.02.04.04	Processo de transferência de bens patrimoniais
	04.02.04.05	Termo de responsabilidade pelo uso de bens patrimoniais
Atividade:	04.02.05	Arrolamento e baixa de bens patrimoniais
Documentos:	04.02.05.01	Ata de inutilização de bens
	04.02.05.02	Processo de arrolamento de bens excedentes, inservíveis ou em desuso
	04.02.05.03	Recibo de doação de remanescentes de inutilização
Subfunção:	04.03	Controle de almoxarifado
Atividade:	04.03.01	Verificação de estoque e distribuição
Documentos:	04.03.01.01	Balancete de material de almoxarifado
	04.03.01.02	Balanço de material de almoxarifado
	04.03.01.03	Boletim de saída de material
	04.03.01.04	Formulário de previsão de consumo de material
	04.03.01.05	Formulário de requisição de material
	04.03.01.06	Inventário físico de material de almoxarifado
	04.03.01.07	Inventário físico-financeiro de material de almoxarifado
	04.03.01.08	Lista de material de almoxarifado
	04.03.01.09	Nota de fornecimento
	04.03.01.10	Relação de materiais excedentes, inservíveis ou em desuso
Atividade:	04.03.02	Formação de estoque ou reposição de material
Documentos:	04.03.02.01	Comunicado de irregularidades no fornecimento de material
	04.03.02.02	Pedido de aquisição de material
Atividade:	04.03.03	Recebimento e conferência
Documentos:	04.03.03.01	Atestado de recebimento de material

	04.03.03.02	Nota fiscal (cópia)
	04.03.03.03	Processo relativo aos trabalhos de Comissão de Recebimento de Material
Atividade:	04.03.04	Arrolamento e baixa de materiais
Documento:	04.03.04.01	Processo de arrolamento de materiais excedentes, inservíveis ou em desuso
Subfunção:	04.04	Controle do patrimônio imobiliário
Atividade:	04.04.01	Aquisição de imóveis
Documentos:	04.04.01.01	Escritura de imóveis
	04.04.01.02	Planta de imóveis
	04.04.01.03	Processo de aquisição de imóvel
Atividade:	04.04.02	Cadastramento de imóveis
Documentos:	04.04.02.01	Cadastro do patrimônio imobiliário
	04.04.02.02	Dossiê de imóvel próprio do Estado
Atividade:	04.04.03	Defesa de bens imóveis
Documentos:	04.04.03.01	Processo de contratação de seguro para imóveis
	04.04.03.02	Processo de reintegração de posse de imóvel
	04.04.03.03	Processo de restauração de imóvel
Atividade:	04.04.04	Vistoria de imóveis
Documentos:	04.04.04.01	Laudo de avaliação de imóvel
	04.04.04.02	Relatório de visita de imóvel
	04.04.04.03	Termo de inspeção de imóvel
Atividade:	04.04.05	Locação de imóveis
Documentos:	04.04.05.01	Processo de locação de imóvel para o Estado
	04.04.05.02	Processo de locação de imóvel próprio do Estado
Atividade:	04.04.06	Alienação de imóveis
Documento:	04.04.06.01	Processo de alienação de imóvel
Atividade:	04.04.07	Administração do uso de imóveis
Documentos:	04.04.07.01	Processo de autorização de uso de imóvel
	04.04.07.02	Processo de cessão de uso de imóvel
	04.04.07.03	Processo de concessão de uso de imóvel
	04.04.07.04	Processo de empréstimo de imóvel
	04.04.07.05	Processo de permissão de uso de imóvel
	04.04.07.06	Processo de permuta de imóvel
	04.04.07.07	Processo de transferência de imóvel
Atividade:	04.04.08	Elaboração de projetos de edificação
Documentos:	04.04.08.01	Processo de aprovação de edificação
	04.04.08.02	Processo de construção de conjuntos habitacionais
Atividade:	04.04.09	Regularização e registro dos imóveis
Documentos:	04.04.09.01	Convenção de condomínio
	04.04.09.02	Processo de registro de incorporação imobiliária
	04.04.09.03	Processo de registro de loteamento
	04.04.09.04	Projeto de edificação
Subfunção:	04.05	Controle de transportes internos
Atividade:	04.05.01	Fixação da frota
Documentos:	04.05.01.01	Decreto relativo à fixação da frota
	04.05.01.02	Processo de fixação da frota
	04.05.01.03	Proposta de fixação da frota
Atividade:	04.05.02	Aquisição de veículos
Documentos:	04.05.02.01	Ofício solicitando autorização para aquisição de veículo
	04.05.02.02	Parecer sobre aquisição de veículo
	04.05.02.03	Processo de aquisição de veículo
	04.05.02.04	Programa anual de renovação da frota
	04.05.02.05	Resolução para incorporação de veículo doado na frota
Atividade:	04.05.03	Locação de veículos
Documentos:	04.05.03.01	Ofício solicitando autorização para locação de veículo

	04.05.03.02	Processo de locação de veículo
Atividade:	04.05.04	Classificação e cadastramento de veículos
Documentos:	04.05.04.01	Cadastro de veículos oficiais, em convênio e locados
	04.05.04.02	Portaria referente à classificação e enquadramento de veículos
	04.05.04.03	Quadro demonstrativo da frota
Atividade:	04.05.05	Contratação de seguro
Documento:	04.05.05.01	Processo de contratação de seguro para veículo oficial
Atividade:	04.05.06	Registro da movimentação de veículos
Documento:	04.05.06.01	Processo de transferência de veículo
Atividade:	04.05.07	Readequação da frota
Documentos:	04.05.07.01	Decreto de remanejamento, ou ampliação, ou redução de frota
	04.05.07.02	Processo de remanejamento, ou ampliação, ou redução de vagas na frota
	04.05.07.03	Proposta de remanejamento, ou ampliação, ou redução de vagas na frota
Atividade:	04.05.08	Controle da guarda e do uso de veículos
Documentos:	04.05.08.01	Autorização para uso de veículo oficial
	04.05.08.02	Boletim de ocorrência com veículo
	04.05.08.03	Certificado de registro e licenciamento de veículo oficial
	04.05.08.04	Ficha de controle de tráfego de veículos
	04.05.08.05	Normas de serviços de transportes internos
	04.05.08.06	Notificação de multa de trânsito
	04.05.08.07	Ofício relativo à devolução de veículo oficial
	04.05.08.08	Ofício solicitando autorização para inscrição no regime de quilometragem
	04.05.08.09	Ordem de serviço para guarda de veículos em outras garagens
	04.05.08.10	Planilha de uso de veículo oficial
	04.05.08.11	Processo de autorização para funcionário ou servidor dirigir veículo oficial
	04.05.08.12	Processo de inscrição de funcionário ou servidor no regime de quilometragem
	04.05.08.13	Processo de sindicância de acidente com veículo
	04.05.08.14	Processo de sindicância de multa de trânsito
	04.05.08.15	Processo relativo ao uso irregular de veículo oficial
	04.05.08.16	Registro de ferramentas e acessórios sobressalentes
	04.05.08.17	Registro de ocorrência com veículo oficial
	04.05.08.18	Termo de inspeção de veículo
Atividade:	04.05.09	Controle do consumo de combustível
Documentos:	04.05.09.01	Formulário de agendamento para uso de veículo oficial
	04.05.09.02	Ofício solicitando suplementação de combustível
	04.05.09.03	Processo de aquisição de combustível
	04.05.09.04	Processo de fixação de cota de combustível
	04.05.09.05	Quadro demonstrativo mensal de consumo de combustível
	04.05.09.06	Registro de quilometragem e de consumo de combustível
	04.05.09.07	Relatório anual de consumo de combustível
	04.05.09.08	Relatório semestral de consumo de combustível
Atividade:	04.05.10	Manutenção de veículos
Documentos:	04.05.10.01	Ficha de controle de substituição de peças e acessórios
	04.05.10.02	Ofício referente à troca de óleo
	04.05.10.03	Ofício referente ao consumo de combustível
	04.05.10.04	Ordem de liberação de veículo
	04.05.10.05	Ordem de serviço para manutenção ou conserto de veículo
	04.05.10.06	Quadro demonstrativo de manutenção de veículo
	04.05.10.07	Quadro demonstrativo de quantidade de veículo
	04.05.10.08	Quadro demonstrativo mensal de quilometragem percorrida
Atividade:	04.05.11	Arrolamento e baixa de veículos
Documento:	04.05.11.01	Processo de arrolamento de veículos excedentes, inservíveis ou em desuso
Atividade:	04.05.12	Alienação de veículos
Documentos:	04.05.12.01	Processo de alienação de veículo
	04.05.12.02	Processo de alienação de veículo por venda direta para as prefeituras

04.05.12.03 Processo de permuta de veículo

Função:	05	GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
Subfunção:	05.01	Planejamento orçamentário
Atividade:	05.01.01	Fixação de diretrizes da política orçamentária e financeira
Documentos:	05.01.01.01	Lei de diretrizes orçamentárias
	05.01.01.02	Lei do plano plurianual
	05.01.01.03	Lei orçamentária anual
Atividade:	05.01.02	Normalização orçamentária
Documentos:	05.01.02.01	Decreto institucional
	05.01.02.02	Instruções do Grupo de Pesquisa e Desenvolvimento Orçamentário - GPDO
	05.01.02.03	Portaria de classificação da despesa
	05.01.02.04	Tabela de classificação funcional
Atividade:	05.01.03	Elaboração de propostas orçamentárias
Documentos:	05.01.03.01	Ofício informando o Valor Referencial de Custeio - VRC
	05.01.03.02	Proposta orçamentária das empresas
	05.01.03.03	Proposta Orçamentária Setorial - POS
Atividade:	05.01.04	Consolidação e formalização de projetos de lei
Documentos:	05.01.04.01	Projeto de lei de diretrizes orçamentárias
	05.01.04.02	Projeto de lei do plano plurianual
	05.01.04.03	Projeto de lei orçamentária anual
Subfunção:	05.02	Execução orçamentária e financeira
Atividade:	05.02.01	Normalização da execução orçamentária e financeira
Documentos:	05.02.01.01	Decreto de execução orçamentária
	05.02.01.02	Portaria conjunta de execução orçamentária
Atividade:	05.02.02	Elaboração de alterações orçamentárias
Documentos:	05.02.02.01	Decreto de alteração orçamentária
	05.02.02.02	Processo de alteração orçamentária
Atividade:	05.02.03	Distribuição de recursos orçamentários
Documentos:	05.02.03.01	Nota de crédito
	05.02.03.02	Nota de dotação
	05.02.03.03	Nota de lançamento de quota mensal
Atividade:	05.02.04	Acompanhamento da execução orçamentária e financeira
Documentos:	05.02.04.01	Programação da despesa orçamentária
	05.02.04.02	Programação financeira de desembolso
	05.02.04.03	Tabela de reprogramação financeira
Atividade:	05.02.05	Reserva de recurso, empenho e liquidação da despesa
Documentos:	05.02.05.01	Nota de empenho
	05.02.05.02	Nota de lançamento de liquidação da despesa
	05.02.05.03	Nota de reserva
	05.02.05.04	Ordem bancária
	05.02.05.05	Programação de desembolso
Atividade:	05.02.06	Adiantamento de despesas
Documentos:	05.02.06.01	Balancete de despesas com adiantamento
	05.02.06.02	Ficha de controle de adiantamentos
	05.02.06.03	Processo de adiantamento
	05.02.06.04	Recibo de adiantamento
	05.02.06.05	Relação de adiantamentos concedidos
Atividade:	05.02.07	Prestação de contas e controle interno
Documentos:	05.02.07.01	Processo de prestação de contas de adiantamento
	05.02.07.02	Processo de relatório de auditoria do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo
	05.02.07.03	Relatório de gestão fiscal
	05.02.07.04	Relatório e pareceres relativos à auditoria e controle interno para o Tribunal

		de Contas do Estado de São Paulo
	05.02.07.05	Relatório para consulta das prestações de contas
	05.02.07.06	Relatório resumido da execução orçamentária
Atividade:	05.02.08	Pagamento de despesas específicas
Documentos:	05.02.08.01	Planilha de pagamento de diárias e ajuda de custo
	05.02.08.02	Processo de empenho para pagamento de pessoal e reflexos
	05.02.08.03	Processo de pagamento ao PASEP
	05.02.08.04	Processo de pagamento de anuidade de órgãos ou entidades de classe
	05.02.08.05	Processo de pagamento de condomínio
	05.02.08.06	Processo de pagamento de contas de utilidade pública
	05.02.08.07	Processo de pagamento de despesas inscritas em restos a pagar
	05.02.08.08	Processo de pagamento de diárias e ajuda de custo
	05.02.08.09	Processo de pagamento de FGTS
	05.02.08.10	Processo de pagamento de gratificação de representação
	05.02.08.11	Processo de pagamento de honorários
	05.02.08.12	Processo de pagamento de impostos e taxas
	05.02.08.13	Processo de pagamento de indenização
	05.02.08.14	Processo de pagamento de INSS
	05.02.08.15	Processo de pagamento de multa sobre terrenos e imóveis próprios do Estado
	05.02.08.16	Processo de pagamento de precatório
	05.02.08.17	Processo de pagamento de restituição
Atividade:	05.02.09	Controle da receita
Documentos:	05.02.09.01	Demonstrativo mensal de arrecadação
	05.02.09.02	Processo de aplicação financeira
	05.02.09.03	Processo de cobrança da dívida ativa
	05.02.09.04	Processo de recebimento de sucumbência judicial
	05.02.09.05	Processo de ressarcimento de valores ao Estado
	05.02.09.06	Processo de venda de produtos
Atividade:	05.02.10	Operações de crédito e pagamento da dívida pública
Documentos:	05.02.10.01	Balancete do fundo da dívida pública
	05.02.10.02	Processo de contratação de financiamentos
	05.02.10.03	Processo de pagamento de encargos da dívida
	05.02.10.04	Processo de pagamento de juros da dívida
	05.02.10.05	Processo de pagamento do principal da dívida
	05.02.10.06	Relação de empréstimos, financiamentos e operações de crédito
Atividade:	05.02.11	Controle da contabilidade
Documentos:	05.02.11.01	Balancete analítico
	05.02.11.02	Balanço financeiro
	05.02.11.03	Balanço orçamentário
	05.02.11.04	Balanço patrimonial
	05.02.11.05	Boletim de caixa e de bancos
	05.02.11.06	Extrato bancário
	05.02.11.07	Guia de recolhimento de COFINS
	05.02.11.08	Guia de recolhimento de contribuição sindical
	05.02.11.09	Guia de recolhimento de FGTS
	05.02.11.10	Guia de recolhimento de FINSOCIAL
	05.02.11.11	Guia de recolhimento de ICMS
	05.02.11.12	Guia de recolhimento de Imposto de Renda
	05.02.11.13	Guia de recolhimento de INSS
	05.02.11.14	Guia de recolhimento do PIS/PASEP
	05.02.11.15	Livro de Apuração de Lucro Real - LALUR
	05.02.11.16	Livro diário
	05.02.11.17	Livro razão
	05.02.11.18	Nota fiscal
	05.02.11.19	Relação das carteiras de ações
	05.02.11.20	Relação de ações negociadas

05.02.11.21	Relatório contábil
05.02.11.22	Relatório das atividades desenvolvidas com exposição sobre as demonstrações contábeis e seus resultados
05.02.11.23	Relatório de conciliação bancária
05.02.11.24	Relatório de conciliação contábil
05.02.11.25	Relatório de saldo de contas correntes por Unidade
05.02.11.26	Relatório do ativo imobilizado
05.02.11.27	Relatório em ordem cronológica de pagamentos

Função:	06	GESTÃO DE DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES
Subfunção:	06.01	Comunicação administrativa
Atividade:	06.01.01	Normalização das atividades de arquivo
Documentos:	06.01.01.01	Instrução normativa sobre arquivos e documentos
	06.01.01.02	Regimento interno
Atividade:	06.01.02	Autuação e protocolo
Documentos:	06.01.02.01	Despacho de devolução à origem
	06.01.02.02	Livro de controle interno de documentos
	06.01.02.03	Livro de registro de entrada de documentos avulsos
	06.01.02.04	Livro de registro de processos
Atividade:	06.01.03	Classificação de documentos
Documento:	06.01.03.01	Plano de classificação de documentos
Atividade:	06.01.04	Distribuição e acompanhamento do trâmite
Documentos:	06.01.04.01	Ficha de controle da tramitação
	06.01.04.02	Relação de remessa de documentos
	06.01.04.03	Requisição de processo
Atividade:	06.01.05	Arquivamento
Documentos:	06.01.05.01	Cadastro de ingresso de documento
	06.01.05.02	Relação de recolhimento de documentos
	06.01.05.03	Relação de transferência de documentos
Atividade:	06.01.06	Avaliação e destinação de documentos
Documentos:	06.01.06.01	Processo relativo aos trabalhos da Comissão de Avaliação de Documentos de Arquivo
	06.01.06.02	Tabela de temporalidade de documentos
Atividade:	06.01.07	Descrição de acervos arquivístico, bibliográfico, museológico ou artístico
Documentos:	06.01.07.01	Ficha catalográfica
	06.01.07.02	Ficha matriz
	06.01.07.03	Guia, inventário, catálogo, índice
	06.01.07.04	Relação de documentos e códigos de assuntos
Atividade:	06.01.08	Controle de acervos arquivístico, bibliográfico, museológico ou artístico
Documentos:	06.01.08.01	Cadastro de usuários
	06.01.08.02	Ficha de tombo
	06.01.08.03	Formulário de consulta de livros ou documentos
	06.01.08.04	Formulário de empréstimo de livros ou documentos
	06.01.08.05	Formulário de Empréstimo entre Bibliotecas - EEB
	06.01.08.06	Mapa topográfico de arquivo
	06.01.08.07	Ofício de transferência de acervos arquivístico, bibliográfico, museológico ou artístico
	06.01.08.08	Ofício relativo à aquisição de acervos arquivístico, bibliográfico, museológico ou artístico
	06.01.08.09	Processo de aquisição de acervos arquivístico, bibliográfico, museológico ou artístico
	06.01.08.10	Processo de empréstimo de acervos arquivístico, bibliográfico, museológico ou artístico

	06.01.08.11	Processo de transferência de acervos arquivístico, bibliográfico, museológico ou artístico
	06.01.08.12	Quadro de substituição e cancelamento de títulos
	06.01.08.13	Relação de obras bibliográficas submetidas à doação
	06.01.08.14	Relação de peças do acervo encaminhados à conservação
	06.01.08.15	Termo de compromisso de manutenção de sigilo de documentos
	06.01.08.16	Termo de doação
Atividade:	06.01.09	Expedição de certidão e transcrição de documentos
Documentos:	06.01.09.01	Cadastro de certidões expedidas
	06.01.09.02	Certidão
	06.01.09.03	Cópia certificada
Atividade:	06.01.10	Controle de correspondência
Documentos:	06.01.10.01	Circular, aviso, comunicado, memorando, comunicação interna
		Convite
	06.01.10.03	Ofício, carta, requerimento, moção ou voto, abaixo-assinado
Subfunção:	06.02	Gestão de tecnologia da informação
Atividade:	06.02.01	Desenvolvimento, implementação e controle de sistemas de informática
Documentos:	06.02.01.01	Base de dados
	06.02.01.02	Plano Diretor de Informática
	06.02.01.03	Projeto de atualização ou modernização tecnológica
	06.02.01.04	Projeto de desenvolvimento de programa de computador
	06.02.01.05	Projeto de implantação de rede
	06.02.01.06	Projeto de informatização
	06.02.01.07	Relatório de acompanhamento de projeto
	06.02.01.08	Relatório de desenvolvimento de programa de computador
	06.02.01.09	Relatório de estatística de acesso
	06.02.01.10	Relatório de resumo de dados
Atividade:	06.02.02	Vistoria e controle da integridade de sistemas de informática
Documentos:	06.02.02.01	Dicionário de dados
	06.02.02.02	Relatório técnico de vistoria
	06.02.02.03	Termo de concessão e controle de senha de acesso
Atividade:	06.02.03	Manutenção de equipamentos e instalação de programas
Documentos:	06.02.03.01	Cadastro de requisição de serviços
	06.02.03.02	Certificado de autenticidade de programa de computador
	06.02.03.03	Contrato de licença de uso de programa de computador
	06.02.03.04	Ficha de inventário de programa de computador
	06.02.03.05	Prospectos e catálogos de equipamentos e de programas de computador
	06.02.03.06	Registro de programa de computador
	06.02.03.07	Relatório de revisão técnica
	06.02.03.08	Relatório geral do equipamento
	06.02.03.09	Relatório técnico de serviços
	06.02.03.10	Requisição de serviços técnicos
	06.02.03.11	Termo de garantia de equipamentos e de programas de computador
Atividade:	06.02.04	Acompanhamento da elaboração e da execução de contratos de informática
Documentos:	06.02.04.01	Ofício comunicando inobservância de contrato
	06.02.04.02	Ofício solicitando especificação técnica de equipamentos e de programas de computador
	06.02.04.03	Ofício solicitando participação em comissão de licitação
	06.02.04.04	Parecer técnico de equipamentos e de programas de informática
Função:	07	GESTÃO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES
Subfunção:	07.00	Não há

Atividade: 07.00.01 Recepção e controle de portaria

- Documentos: 07.00.01.01 Autorização para entrada de funcionário ou servidor fora do horário de expediente
- 07.00.01.02 Ficha de controle de entrada e saída de funcionários ou servidores
- 07.00.01.03 Ficha de controle de entrada e saída de veículos
- 07.00.01.04 Guia de saída e de entrada de material
- 07.00.01.05 Livro de controle de entrada e saída de visitantes
- 07.00.01.06 Registro de reclamações ou sugestões

Atividade: 07.00.02 Vigilância do edifício, das instalações e equipamentos

- Documentos: 07.00.02.01 Comunicado de apresentação de vigilante
- 07.00.02.02 Livro de ocorrências relacionadas à segurança

Atividade: 07.00.03 Manutenção e conservação do edifício, das instalações e dos equipamentos

- Documentos: 07.00.03.01 Atestado de realização de serviços
- 07.00.03.02 Memorando solicitando serviços de limpeza e higienização
- 07.00.03.03 Memorando solicitando serviços de manutenção e conserto
- 07.00.03.04 Memorando solicitando serviços de vigilância e segurança
- 07.00.03.05 Ordem de serviço

Atividade: 07.00.04 Execução de serviços de copa

- Documento: 07.00.04.01 Memorando solicitando material

Atividade: 07.00.05 Execução de serviços de reprografia

- Documentos: 07.00.05.01 Ficha de autorização para cópia
- 07.00.05.02 Ofício autorizando funcionário ou servidor a assinar requisição de cópia
- 07.00.05.03 Relatório de quantidade de cópias
- 07.00.05.04 Requisição de cópia

Atividade: 07.00.06 Execução de serviços de gráfica

- Documentos: 07.00.06.01 Autorização para execução de serviços
- 07.00.06.02 Relatório de serviços solicitados por área

Atividade: 07.00.07 Execução de serviços de telecomunicações

- Documentos: 07.00.07.01 Cadastro de pessoal, equipamentos, redes e laboratórios de serviços de telecomunicações
- 07.00.07.02 Ficha de autorização para ligações telefônicas interurbanas ou para celular
- 07.00.07.03 Inventário de equipamentos, redes e serviços de telecomunicações
- 07.00.07.04 Ofício solicitando autorização para execução de serviços de telecomunicações
- 07.00.07.05 Planilha de controle de ligações telefônicas particulares
- 07.00.07.06 Processo de autorização para execução de serviços de telecomunicações